

# **ENTRE “*A FÁBULA E A ATA*”. O REAL E O INSTITUCIONAL NA LUSOFONIA**

**Camila Barrero Breitenvieser**

---

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais**

**(FEVEREIRO, 2011)**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica de Prof. Dra. Cristina Montalvão Sarmiento

*à Saudade...*

*“O que será... não sei... procurei sabê-lo  
em dicionários antigos e poeirentos  
e noutros livros onde não achei o sentido  
desta doce palavra de perfis ambíguos”  
(Pablo Neruda, 1919 - Crespúsculo)*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe por todo apoio e pela compreensão, pelas novas formas de nos comunicarmos e estarmos juntas que tivemos que aprender. Pelo seu amor incondicional que está sempre comigo. Pelo exemplo da renovação e da superação.

Ao meu pai por ter sido sempre a palavra necessária. Por ser o conforto nas horas difíceis e ser o afago tantas vezes desejado. Pelos debates e pontos de vistas, pelas nossas semelhanças e sobretudo pelas nossas diferenças. Por ser a fonte da confiança.

À Carol pela sua doçura, por ter me recordado o bom que é estar com quem amamos. Pela sua forma de levar a vida e assumir os caminhos escolhidos. Você é um exemplo para mim!

À Ciça pela sua preocupação “disfarçada”, nem sempre de fácil visualização mas constantemente presente. Pelas manifestações da saudade que compartilhamos. Pelas suas sutilezas!

Aos meus avós, pelo apoio e pela confiança. Pelo amor que têm entre ambos e pela vida, que chega a mim e renova o viver.

À Vóla! Por quem tenho pensado outras formas de “eternidade”.

Aos meus tias e tios, primos e primas pelas boas energias encaminhadas!

Ao Takashi pelos braços abertos! Não há palavras para expressar a gratidão e o bem querer que sinto por você! Pelo sinônimo da amizade.

Ao Rafael, pela sua paciência e prontidão. Por encher a minha vida de poesia!! Pelas dicas ortográficas, literárias, morfológicas, rosianas... pela sua amplidão. Pelo extreme!

Ao Pedro pela sua perspectiva! Pelo seu carinho tão grande e acolhedor, pela forma como leva a vida e como nela abrange a todos. Por ter me dado a oportunidade de fazer parte de você e de ser parte de mim. Por abraçar idéias com tanta vontade!

À Janaína! Pelas suas palavras inspiradoras! Por se tornar parte incondicional do meu viver lisboeta. Por toda a sua dedicação e revisão desse trabalho. Pelas infinitas vezes que se traduziu na fonte da compreensão!

À Karen e à Angela, amigas queridas sem as quais a vida se tornaria menos colorida. Pelas conversas que recordaram a identificação. Pela dedicação a esta amizade e “abraços virtuais”!

Aos amigos todos que são parte inseparável de mim.

Às pessoas maravilhosas que pude encontrar nessa nova forma de viver, que me fizeram pensar e sentir diferente. À Teresa, à Filipa, à Paula, à Nádia, à Daniela, à Helena, à Caterina, ao João. Obrigada!

Às pessoas queridas da Amnistia Internacional Portugal que tantas vezes foram o momento descontraído do dia. Sou muito grata pela recepção!

Ao Caio pelas referências bibliográficas, pela sua criticidade, pela conversa elucidadora que pude ter contigo!

Ao Suzano pelas inúmeras vezes que me socorreu!

À Clécia pela sua disponibilidade!

À Princesa e à Alda pela aprendizagem! Pela força com a qual acreditam num lugar melhor e no ser humano.

À Prof. Dra. Elisabete Sanches Rocha pela sua maneira de estar no mundo! Por cumprir tão bem e ser tão eficaz na sua graciosa profissão.

À Prof. Dra. Cristina Sarmiento por ter se disponibilizado na orientação desse trabalho, por ter sido sempre atenciosa e tão prestativa! Pela sua paciência e pela confiança. Pela motivação que deu-me para continuar! Obrigada!

*“ E pôs-se a fábula em ata ”*  
(João Guimarães Rosa, 1979 - Desenredo)

## **RESUMO**

### **ENTRE “*A FÁBULA E A ATA*”. O REAL E O INSTITUCIONAL NA LUSOFONIA**

**CAMILA BARRERO BREITENVIESER**

**PALAVRAS-CHAVE:** lusofonia; instituições lusófonas; uniformidade linguística; identidade lusófona;

O trabalho aqui apresentado assenta-se na discussão acerca do conceito-idéia da lusofonia. Ao visualizá-la inscrita em duas dimensões – imaterial e política – esta pesquisa procura compreender os mecanismos que colocam a lusofonia na ordem do dia entendendo-a como uma estratégia argumentária que visa a negociação de áreas de influência internacional. Para tal, esta pesquisa percorre a língua, a cultura e a identidade enquanto atributos simbólicos que são instrumentalizados pela política e que convergem para a reificação de estruturas e relações de poder. Nesse sentido, este trabalho busca refletir acerca das premissas que sustentam a lusofonia – a uniformidade linguística e a partilha identitária lusófona – contrapondo a sua institucionalização com a diversidade linguística, identitária e cultural dos espaços por ela atingidos.



## **ABSTRACT**

### **BETWEEN “*THE TALE AND THE RECORD*”. THE REAL AND THE INSTITUTIONAL ON LUSOPHONY**

**CAMILA BARRERO BREITENVIESER**

**KEYWORDS:** Lusophony; Lusophone institutions; linguistic uniformity; Lusophone identity.

The following thesis analyses what can be known as the concept/idea of lusophony. By addressing this issue in a two dimensional perspective – immaterial and political – this research seeks to reveal the mechanisms which put the Lusophony as the order of the day, understanding it as an argumentative strategy deployed in the negotiation of areas of international influence. In this task, this research deals with language, culture and identity as symbolic attributes that are instrumentalized by politics and converge in the reification of structures and relations of power. In that sense, this work tries to make an analysis about what sustains lusophony in the end – the linguistic uniformity and the sharing of a Lusophone identity – confronting its institutionalization with the linguistic, identitarian and cultural diversity of the spaces upon which it acts.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I: A MIRAGEM DA LUSOFONIA .....</b>	<b>20</b>
<b>I.1 Da Cultura.....</b>	<b>20</b>
<i>I.1.1 O mitológico e o simbólico na cultura .....</i>	<i>23</i>
<i>I.1.2 Na dobra da política .....</i>	<i>26</i>
<i>I.1.3 As redes internacionais de poder .....</i>	<i>30</i>
<i>I.1.4 O poder simbólico .....</i>	<i>31</i>
<i>I.1.5 A inscrição da língua.....</i>	<i>33</i>
<b>I.2 Da Miragem Lusófona .....</b>	<b>35</b>
<i>I.2.1 Da “mitologia” e do “imaginário” no universo lusófono .....</i>	<i>35</i>
<i>I.2.2 Dos mitos lusotropicals aos lusófonos .....</i>	<i>40</i>
<i>I.2.3 Entre o simbólico e o político na lusofonia .....</i>	<i>44</i>
<i>I.2.4 A ordenação lusófona .....</i>	<i>48</i>
<b>Capítulo II: INSTITUIÇÕES DA LUSOFONIA.....</b>	<b>54</b>
<b>II.1. Uma leitura crítica sobre as instituições .....</b>	<b>55</b>
<b>II. 2. União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas.....</b>	<b>60</b>
<i>II.2.1 Rede de Cidades: cooperação descentralizada.....</i>	<i>60</i>
<i>II.2.2 Surgimento e Atuação.....</i>	<i>62</i>
<i>II.2.3 UCCLA e a lusofonia .....</i>	<i>67</i>
<b>II. 3. Associação das Universidades de Língua Portuguesa .....</b>	<b>70</b>
<i>II.3.1 Rede de Universidades: cooperação científica .....</i>	<i>70</i>
<i>II.3.2 Surgimento e Atuação.....</i>	<i>71</i>
<i>II.3.3 AULP e a lusofonia .....</i>	<i>76</i>
<b>II. 4. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....</b>	<b>79</b>
<i>II.4.1 Rede de Países: comunidade linguística .....</i>	<i>80</i>

II.4.2 Surgimento e Atuação.....	81
II.4.3 CPLP e a lusofonia.....	87
<b>II. 5. Recuperando a hipótese .....</b>	<b>91</b>
<b>Capítulo III: LÍNGUA E IDENTIDADE NO ESPAÇO LUSÓFONO .....</b>	<b>93</b>
<b>III.1 Diversidade Linguística .....</b>	<b>94</b>
III.1.1 Timor-Leste.....	95
III.1.2 Cabo Verde .....	99
III.1.3 Moçambique .....	104
<b>III.2 A língua entre o social e o político.....</b>	<b>109</b>
III.2.1 A língua como fato social.....	110
III.2.2 “A língua nunca foi uma espécie de instrumento neutro” .....	112
III.2.3 As “outras” línguas no espaço lusófono.....	114
III.2.3.1 Oralidade e Escrita .....	114
III.2.3.2 Língua Materna/ Língua Oficial .....	116
III.2.3.3_A fixação da língua portuguesa.....	118
<b>III.3 Espaços de identificação .....</b>	<b>120</b>
III.3.1 A construção da identidade .....	121
III.3.2 Identidade e poder .....	122
III.3.3 A identidade e a língua .....	124
III.3.3.1 A língua nos processos de identificação do sujeito .....	124
III.3.3.2 A língua na identidade nacional .....	126
III. 3.4 A construção identitária na lusofonia .....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – A Fábula e a Ata.....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

*“o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressão de contextos, situações, mitologias culturais, de todo modo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas” (LOURENÇO, 1999, p. 179)*

O emprego do termo “lusofonia” ganhou difusão a poucas décadas<sup>1</sup> e só se firmou lexicalmente na segunda metade dos anos 1990<sup>2</sup>. Nessa direção Lourenço do Rosário (2007) aponta para o fato do termo só ter sido utilizado no momento posterior aos processos de independência das colônias africanas: “até meados de 70 do século XX [...] jamais alguém utilizou o conceito lusófono ou lusofonia para se referir ao que quer que fosse” (p. 1).

Ao termo é reservado o estatuto de neologismo, derivado do lexema *lusófono* que, segundo Peixoto da Fonseca, da Academia de Ciências de Lisboa, foi “inventado” com referência ao vocábulo francês *francophone*<sup>3</sup>, datado de 1949. Em pormenores, o autor revela que *luso* está para português e *-fono* é um sufixo de origem grega com sentido de voz, som, idioma (MADEIRA, 2003, p.12).

No decurso da pesquisa realizada nos dicionários considerados de grande expressão pôde-se observar a sobreposição de conceitos na definição do termo – tais como comunidade, povos, identidades – que acabam por conferir determinada equivalência ou coerência a dimensões ambivalentes (nações/comunidades/povos; identidade/cultura; língua materna/língua oficial):

«Lusofonia, s.f. 1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3.

---

1 Os primeiros registros do vocábulo surgem no final dos anos 1980 nas publicações do Instituto de Estudos Luso Galaicos da Fundação Viqueira, na Revista Internacional de Lusofonia. (FONTENLA, 1997 e 1998a In MADEIRA, 2003, p.11)

2 Ver Madeira 2003, p. 12

3 O termo *francophone* aparece pela primeira vez em 1887, na escrita teórica do geógrafo Onésime Reclus, que propunha uma classificação dos grupos humanos com base nas línguas faladas. Tratava-se da preocupação em classificar as “raças humanas” empregando o termo num sentido diverso do que é usado hoje (MARGARIDO, 2000, p. 12). A difusão do termo “francofonia” começa a ser banalizado já na década de 1960.

Difusão da língua portuguesa no mundo» (DICIONÁRIO DA ACADÊMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001, p. 2310, grifo nosso)

«Lu.so.fo.ni.a, s.f. 1. Conjunto de *povos ou comunidades* que falam a língua portuguesa. F.:lusó- + -fonia» (DICIONÁRIO AULETE, 2010, online, grifo nosso)

«Lusofonia, sf. 1. conjunto dos falantes de português. 2. conjunto das *identidades culturais* existentes entre os sete<sup>4</sup> países de língua oficial portuguesa. (De *Luso-* + *-fonia*)» (DICIONÁRIO PORTO EDITORA, 2009, p. 994, grifo nosso)

«Lusofonia, sf. 1. conjunto daqueles que falam o português como *língua materna* ou não. 2. conjunto de países que têm o português como *língua oficial* ou dominante (A lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau, na Ásia, e ainda a variedade de Timor, na Oceânia. ETIM *lusó-* + *-fonia*)» (DICIONÁRIO HOUAISS, 2003, p. 2323, grifo nosso)

Nota-se ainda que as palavras “lusofonia”, e seus derivantes como “lusófono”, “espaço lusófono”, “lusofalante”, vêm substituindo, cada vez mais frequentemente, vocábulos como “lusocultura”, “lusitanismo”, “lusismo”, “lusó-brasileiro”, “lusó-africano”. Nesse sentido observa Lourenço do Rosário (2007) que o termo lusofonia “tem vindo a ser consagrado como sendo o de maior utilidade para identificar os espaços e as gentes que historicamente já estiveram ligados a Portugal” (p. 1). Portanto, o termo é sedimentado em torno de uma língua comum projetada a partir de um passado partilhado.

Por sua vez, a lusofonia, o conceito, segundo Eduardo Lourenço (1999), apresenta “duas esferas” de reflexão, conexas entre si. A primeira refere-se ao “*continente imaterial*” da lusofonia, ou seja o espaço de intercompreensão e comunicação determinada pelo uso da língua portuguesa e que abrange a dimensão cultural da lusofonia:

“a lusofonia não é um reino, mesmo encartadamenente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial.

---

4 Acrescente-se Timor-Leste ao conjunto dos países de língua oficial portuguesa, de acordo com o artigo 13º alínea 1 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, promulgada em 22 de Março de 2002: “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste” (TIMOR-LESTE, 2010, online)

disperso pelos vários continentes onde a língua [...] se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos de *portuguesa*, e *outra* na modulação que o contato com novas áreas linguísticas lhe permitiu ao longo dos séculos” (LOURENÇO, 1999, p. 174, grifo do autor, sublinhado nosso)

A segunda esfera é compreendida pelo “algo mais” que ultrapassa a questão linguística, já que esta não bastaria para explicar as “*paixões e interesses investidos*”:

“ [...] esta senhora [a lusofonia] deve ter outros mistérios e outros encantos ou perplexidades, além dos científicos [...] [já que ela] se tenha transformado em tema onde investimos paixões e interesses que têm a ver não só com aquilo que somos como língua e cultura do *passado*, mas com o presente e o destino desse continente imaterial que é, ou que queremos que mais nitidamente o venha a ser, o mundo da lusofonia” (LOURENÇO, 1999, pp. 174-175, grifo do autor, sublinhado nosso).

Num sentido próximo, a lusofonia é definida por Rodrigues Lopes (2007) revestida de duas facetas. Uma delas, dimensionada como um conceito em processo histórico de construção que está em *projeção para o futuro*; e outra, como uma *vontade política* mais ou menos assumida pela elite política e/ou dirigente: “[uma] noção geral intelectualmente elaborada pelas elites, vivencialmente percebida e intuída por segmentos significativos das populações e, em maior ou menor grau, explicitamente assumido pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados” (p. 4).

Segundo o autor, o conceito de lusofonia prende-se nos seus (1) componentes básicos – nos quais se assentam a sua própria estruturação, e nas (2) perspectivas promissoras de alguns vetores dinâmicos (RODRIGUES LOPES, 2007, p.4). As componentes básicas que estruturam a lusofonia reforçam a partilha linguística como sedimentadora desse espaço:

“Os componentes básicos mais relevantes são: 1) o componente formal, *matriz diferenciadora* da Lusofonia, que é a *Língua Portuguesa*; 2) o componente antropológico resultante da construção/ elaboração secular de uma *matriz histórico-cultural*; 3) o componente político resultante da vontade dos Estados soberanos que, ao criarem a CPLP, decidiram criar e usar um amplificador/potenciador/reforçador de poder à escala global; 4) o componente geopolítico constituído pela realidade de uma cobertura espacial à escala planetária, susceptível de potenciação em termos de uma rede de articulação estratégica de projecção global; e 5) o componente sociológico que corresponde a um sentimento de *identidade interna de unificação por cada Estado, com identificação nacional reforçada pelo espaço linguístico* – e a alargar pela identificação com e pelo conjunto dos Oito” (RODRIGUES LOPES, 2007, P. 4, grifo nosso)

Quanto as perspectivas promissoras da lusofonia, seus vetores dinâmicos vertem as “potencialidades” ou as expectativas conferidas ao espaço lusófono salientando a percepção da mesma como “uma vontade política, cimentada por ligantes afectivos e com intenções e expectativas que cobrem todo um espectro, do pragmático ao emocional” (ROCHA-TRINDADE, 1998, p. 11). São estes vetores:

“1) Herança & Projecto, no que contém de cruzamento entre *resultado do passado e construção do futuro*; 2) Afirmção e Desenvolvimento, no que sintetiza de resposta às *aspirações dos Povos*; 3) Estratégia & Acção, no que mostra de lucidez da exigência de concretização seriamente assumida; 4) Convicção & Empenhamento, no que exprime de atitude perante a vida e sentido de responsabilidade face às gerações futuras; 5) Humanismo e Universalidade, no que implica de explicitação, para o presente e para o futuro, do desenvolvimento da matriz teórica e vivencial da perspectiva de *Humanismo Universalista que é capital comum*, na base da Lusofonia” (RODRIGUES ALVES, 2007, p. 4, grifo nosso).

Estas colocações impulsionam à percepção da lusofonia enquanto conceito “dilatado”. Sinteticamente, pelas reflexões de ambos os autores, podemos compreender a lusofonia como um conceito-idéia assentes em duas dimensões centrais: a primeira composta pelo “continente imaterial” de Eduardo Lourenço (1999) ou pelas componentes formal, antropológica e sociológica de Rodrigues Lopes (2007). Aqui a definimos como a (1) “*dimensão imaterial*” da lusofonia, representativa das esferas cultural e linguística, e que serve de base argumentária para legitimar a outra dimensão.

A segunda dimensão diz respeito ao que Eduardo Lourenço (1999) percebe como “outros mistérios e outros encantos ou perplexidades” da lusofonia, e Rodrigues Lopes (2007) como as componentes política e geopolítica. Esta será aqui nomeada como a (2) “*dimensão política*” da lusofonia, compreendida como a “materialização” do conceito-idéia da lusofonia através das instituições que nela se apóiam, e também o discurso legitimador que sustenta as mesmas.

Há que se referir também que o conceito-idéia da lusofonia é sedimentado em um *ser* e um *porvir* que atinge àqueles que fazem parte dessa esfera. Ser e porvir “lusófonos” apresentados nas palavras de Lourenço (1999) como: “o presente e o destino desse continente imaterial que é, ou que queremos que mais nitidamente o venha a ser, o *mundo da lusofonia*” (p. 174, grifo do autor, sublinhado nosso), e nas expectativas e “potencialidades” dos vetores dinâmicos de Rodrigues Lopes (2007).

A partir da definição terminológica e conceitual da lusofonia podemos evidenciar que a sua fundamentação liga-se a duas premissas que circunscrevem as dimensões política e imaterial: a primeira delas, a *língua portuguesa comum* como matriz diferenciadora<sup>5</sup> que é “co-vivenciada” por todos que desse espaço de intercompreensão participam. Comumente conclamada na assertiva dos cerca de “240 milhões de falantes da língua portuguesa” ou da “quinta língua mais falada do mundo”<sup>6</sup>, sendo que esta menção à língua compartilhada alude a uma certa uniformidade entre os falantes da mesma.

A segunda premissa da definição conceitual está em torno da matriz histórico-cultural, do passado compartilhado que reforça um sentimento de *identidade interna* unificada, apesar de diversa. Identidade que é enfatizada pela componente linguística. Essa alusão é percebida não só nas suposições conceituais como também nas definições terminológicas da lusofonia que a classificam como “comunidade” dos povos de fala portuguesa<sup>7</sup>, pois como referiu Hall (2003), o termo “comunidade” reflete precisamente um forte senso de identidade grupal, numa idealização que sugere certa homogeneidade através de fortes laços internos de união e fronteiras estabelecidas entre os pertencentes e os não pertencentes à comunidade<sup>8</sup> (p. 65).

Conforme os argumentos expostos acima, sinteticamente este trabalho compreende a lusofonia como um conceito dilatado composto de duas dimensões: (1)

---

5 Na definição de Rodrigues Lopes (2007) é possível notar esta ênfase no patrimônio comum de base colonial que formata o modo de pensar lusófono, conforme acima destacado nas citações: a “língua portuguesa”, a “matriz histórico-cultural”, “identidade interna de unificação por cada Estado”, “com identificação nacional reforçada pelo espaço linguístico”, “resultado do passado e construção do futuro”, “perspectiva de Humanismo Universalista”. Estas características, estes argumentos, muito próximo do que ocorre também na definição terminológica, mesclam categorias e conceitos ambivalentes e ressaltam a lusofonia como um conceito hiper-identitário (MARTINS, 2004)

6 Segundo o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) e Lewis (2009), a língua portuguesa é falada atualmente por 233 milhões de pessoas, sendo que dessas 89,9% a utilizam como língua materna e 10,1%, ou seja, 23,5 milhões como segunda língua, o que torna a quinta língua mais falada no mundo (SIL; LEWIS, 2009). Outras fontes, como o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2010) e a CPLP (2010) apontam para 245 milhões de falantes da língua. Resulta, enfim, uma margem entre os 230 e os 250 milhões de falantes de português. (SILVA, 2009)

7 Ver as definições acima empregadas.

8 Cabe colocar, que Hall (2003) refere-se sobretudo às minorias étnicas quando alude a questão da comunidade. No entanto, esta idéia pode ser alargada a uma dimensão transnacional se pensarmos que ambas tem como base referencial os Estados-Nacionais e as identidades nacionais.



*imaterial* e (2) *política* – entendendo que a primeira serve de argumentário para a legitimação das ações realizadas na segunda dimensão. Estas, entretanto, mesclam-se no *ser* e no *porvir* lusófono pois, a partir da base imaterial – surgida do contato colonial e da difusão da língua portuguesa (portanto passado e presente) – é que se desenvolve o projeto político atual em que se visiona o seu reforço e a solidificação futura.

Por sua vez, a dinâmica entre as duas dimensões é apoiada em duas premissas: a (1) *uniformidade linguística* e a (2) *partilha identitária lusófona*.

Assumindo estas perspectivas da definição do conceito-idéia da lusofonia e tendo em conta as premissas na qual se sustenta, bem como a amplitude do espaço que ela cobre, as indagações que a circundam são inúmeras. Baptista (2000) sintetiza algumas:

“[...] que realidade pretendemos nós recobrir com o conceito de lusofonia? Ou, numa linguagem e registo tipicamente lourenceanos, que realidade mitológica pretendemos nós, consciente ou inconscientemente, designar com o termo lusofonia? E o que nos leva a fazê-lo, para além da constatação empírica, e segundo Eduardo Lourenço, em si própria ‘vazia de sentido’, de que falamos a mesma língua da Galiza a Timor? Ou, ainda mais profunda e incisivamente, não será que a actual cultura, partilhada por ex-colonizadores e ex-colonizados, só é pós-colonial porque não conseguiu ainda sair da órbita do paradigma colonial europeu dos séculos XIX e XX?” (p.4)

Toma-se de empréstimo estas perguntas para direccionar este trabalho. A partir delas surgem as seguintes perguntas de partida: “Há na lusofonia o que se possa realmente designar como culturalmente partilhado efetivamente?”; “Qual o sentido político que a difusão da lusofonia apresenta?”; “Qual a sustentabilidade das premissas nas quais se apoia a lusofonia?”; “Que realidade pretendemos recobrir com o conceito de lusofonia?”.

Estes questionamentos fizeram-nos percorrer uma vasta pesquisa bibliográfica, de forma a permitir que fossem elaboradas as seguintes hipóteses de trabalho:

Hipótese 1: A afirmação linguístico-cultural lusófona enquadra-se num contexto mais amplo de configuração de poder, dimensionado na articulação entre cultura e política no qual se insere, inclusive, o processo de negociação pela ordenação simbólica do mundo.

Hipótese 2: As instituições de “argumento e inspiração lusófona” (doravante

denominadas “instituições lusófonas”) apresentam como comum característica a sobrevalorização da língua portuguesa como matriz diferenciadora<sup>9</sup> nos seus espaços e áreas de intervenção. A inserção internacional destas instituições ganha relevância ao passo que as mesmas “materializam” a ordenação simbólica a qual a “lusofonia” chama para si.

Hipótese 3: A lusofonia baseia-se em duas premissas que não são sustentáveis para além da dimensão política, ou seja, são insustentáveis social, cultural e linguisticamente. São estas premissas: a “*uniformidade linguística*” e a “*pertença identitária lusófona*”.

Ao trabalhar as hipóteses apresentadas, os capítulos que se seguem procuraram refletir formas de averiguar a aplicabilidade das mesmas.

Antes de mais, é importante referir que duas assertivas impulsionaram que os capítulos fossem organizados da forma como estão apresentados. A primeira é: “o mito dá forma à história, ou seja, o mito enche a história de existência concreta, de memória viva, enfim, de sentido humano” (DURAND, 1986, 1997; LOURENÇO 1978, 1999 In MARTINS, 2004, p. 3). E a segunda, na concepção de Bourdieu (1982), que a história toma forma a partir da palavra da instituição, pois a instituição “enquanto ator, é criadora de representação legítima, produz a realidade, chama à existência aquilo que enuncia” (p. 21). Compartilhando da simultaneidade de ambas, o primeiro capítulo reflete a primeira assertiva ao passo que o segundo toma conta da segunda, buscando, como dito anteriormente, verificar as hipóteses levantadas.

No primeiro capítulo procuramos entender como a lusofonia, enquanto atributo marcadamente linguístico-cultural, ganha dimensão política e exprime um poder essencialmente simbólico. Partimos, então, da discussão acerca da cultura e mais propriamente dos planos simbólico e mitológico que a mesma apresenta para percepcionarmos a vinculação da cultura com a política. É neste vinco que se baseia a primeira hipótese elaborada, e que permite entender o processo de negociação de

---

9 Não se quer dizer que nestas mesmas instituições não possam existir outras formas de associação a elas, como por exemplo a categoria de “membro observador” da CPLP que abre espaço para a participação de países de língua oficial não portuguesa na organização, mas antes que são instituições que valem-se da língua portuguesa como característica diferenciadora.

“poder” enquanto manipulação e estratégia simbólica e cultural, convergindo na negociação de áreas de influência internacional.

Portanto, este capítulo apóia-se na leitura que é feita da dimensão “imaterial” enquanto base argumentária que legitima as ações políticas. Questiona-se sobre a existência de mitos lusófonos e percorre-se o poder simbólico como mecanismo de inserção política internacional.

Compreendendo, no entanto, que a influência internacional passa não só pelos mitos que dão sentido à história mas também pela força das instituições nesse processo, e, pelo papel que assumem as mesmas na configuração do mundo; o segundo capítulo dessa dissertação visualiza a expressão das instituições lusófonas nesse processo de ordenação simbólica da lusofonia. Nomeadamente, serão analisadas três instituições: União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA); Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); e, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nesse sentido, os dois primeiros capítulos dialogam entre si e buscam responder as seguintes questões colocadas: “Há na lusofonia o que se possa realmente designar como culturalmente partilhado?”; “Qual o sentido político que a difusão da lusofonia apresenta?”.

Tendo já percorrido o argumentário político no qual se estriba a “instrumentalização” política da lusofonia, o terceiro e último capítulo, surge da necessidade de entender qual a sustentabilidade do argumentário político sobre o qual se apóia este conceito-idéia da lusofonia. Nessa direção, de acordo com Pinto (2005), não se pode perder de vista a existência de dois planos circunjacentes: o plano da realidade e o plano institucional. Utilizando-se do exemplo da CPLP através das palavras de Neves (2004), o autor afirma que “sob muitos aspectos, a CPLP ainda parece, de acordo com a distinção dos seres preconizada pelos filósofos escolásticos, *um ser da razão sem fundamento na realidade*” (p. 34, grifo nosso).

É nessa direção que o capítulo que finda essa argumentação se desenrola. Ao encontrarmos realidades linguístico-identitárias distintas no universo da lusofonia, como também ao identificarmos a reduzida presença da língua portuguesa nestes países (com exceção do Brasil e de Portugal onde majoritariamente se fala português) passamos a

questionar a validade das premissas da retórica lusófona (*uniformidade linguística; pertença identitária lusófona*). Para isto, concentramo-nos na dimensão social da língua portuguesa e na sua dinâmica com outras línguas dentro desse espaço, e, posteriormente, na forma como a língua e a identidade entrecruzam-se em processos identificatórios. Assim, procuramos responder a outra das perguntas colocadas: “qual a sustentabilidade das premissas nas quais se apóia a lusofonia?”.

Por fim, expostos os propósitos desta pesquisa, fazem-se ainda necessárias algumas ressalvas a serem consideradas. A primeira delas refere-se à instabilidade do termo “lusofonia”, “tema recente” marcado pela ambiguidade nos processos de produção de sentidos e de conhecimentos quer no campo ideológico, quer no campo das ciências sociais (MADEIRA, 2003, p. 11). Se é certo que os processos de descolonização remetem a um passado mais distante do que a mencionada década de “estabilização lexical” da lusofonia (1990), eles são processos recentes, mais ainda, se considerarmos os seus desdobramentos pós-coloniais. Esta interpretação tem como referência um dos aspectos mencionados por Madeira (2003), para quem trabalhar sobre o tema “implica na impossibilidade do distanciamento histórico ao qual a “atualidade” da temática não se pode valer” (p.10).

Um último aspecto é colocado pela mesma autora, e versa sobre o fato de que o objeto de pesquisa circunscrever seu enunciador e, por isso, ter valor afetivo:

“Seguramente, a subjectividade a que esta intimidade forçada conduz e que é a de *sermos, simultaneamente, os actores e os intérpretes de uma narrativa, os destinatários e os críticos da mensagem que nos é destinada*, nos coloca numa situação paradoxal. Enquanto membros de uma comunidade com uma partilha histórica, participamos nas narrativas onde se inscrevem, como nas duas faces de uma mesma moeda, a mitologia histórica e a crítica histórica das mitologias.” (MADEIRA, 2003: 17, grifo nosso)

No entanto, o esgotamento das categorias de pensamento advindas das perspectivas científico-hegemônicas permite-nos observar a pertinência das novas propostas para a consolidação de um novo paradigma científico<sup>10</sup> que discorrem, também, sobre a interferência entre objeto e sujeito:

“Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajectórias de vida pessoais e

---

10 Sobre esta discussão ver a obra de Boaventura de Sousa Santos.

colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavião. [...] No paradigma emergente, o carácter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido. [...] Para isso é necessário uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 1988, p. 53).

E ainda, numa perspectiva teórica crítica, a separação entre sujeito e objeto, a “ciência neutra”, a imutabilidade do objeto perseguidas pela “teoria tradicional” são elas próprias a impossibilidade de análise histórica e situada, na medida em que ao buscarmos identificar padrões e regularidades que permitam generalizações e prescrições estão sujeitas a “erros de análise” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 137).

É assim que entendemos que a assunção da cumplicidade ontológica entre enunciador e objeto não deslegitima o que por ora se apresenta, mas antes colabora para situar a análise que se tece.

## **CAPÍTULO I - A MIRAGEM DA LUSOFONIA**

*“Tenho uma ponta de  
Cigarro para fumar  
E para apagá-la  
Todo o mar”  
(Jorge Sousa Braga, 2007 - Sagres)*

Este capítulo, ao procurar refletir sobre a primeira hipótese de trabalho (a saber: “a afirmação linguístico-cultural lusófona enquadra-se num contexto mais amplo de configuração de poder, dimensionado na articulação entre cultura e política no qual se insere, inclusive, o processo de negociação pela ordenação simbólica do mundo”) foca-se na pertinência do vinco entre cultura e política e, a partir desse, no entendimento de poder enquanto manipulação e estratégia simbólica.

A disposição desse capítulo parte de um entendimento amplo de cultura e da delimitação da mesma nos planos simbólico e mitológico, permitindo enxergá-la envolta e envolvendo a política. A íntima relação entre cultura e política possibilita referir o seu papel oportuno na configuração do sistema internacional e no processo globalizante atual.

Inserido nesse contexto complexo, buscamos entender como a cultura (conceito dilatado) e a língua – atributo cultural, de uso simbólico e de fundo mitológico – estão relacionadas. A pertinência dessa ligação esbarra no papel que a língua assume dentro da lusofonia.

### **I.1 – Da cultura**

O conceito de cultura circula por diversos campos do conhecimento (antropologia, sociologia, crítica literária, linguística, filosofia, psicanálise, etc.), parecendo, constantemente, carecer de certa especificidade. Delimitar cultura afigura-se como algo muito pouco exequível, sobretudo se pensarmos que (quase) tudo é cultura: “desde as definições clássicas, eruditas e estruturantes às contemporâneas e abertas, o

termo tem percorrido um caminho que o torna tão irresistível ao pensamento como resistível a qualquer intento de esclarecimento definitivo” (GAMA, 2009, p. 7).

Muitas são as tentativas de definir a noção de cultura: desde a concepção de cultura como redes de significações nas quais se sustentam a humanidade; ou ainda, como sistema significante que permite o conhecimento e vivência de uma determinada ordem social, até a cultura como conjunto de valores, práticas, crenças, etc. que são compartilhadas por um grupo social, e que abarca tudo aquilo que não é geneticamente transmissível, mas culturalmente apreendido (DE NARDI, 2007, p. 55).

Historicamente a idéia de cultura esteve sempre relacionada com a dialética entre o artificial e o natural, refletida na complexidade de que a cultura nasce do natural, é parte dele, mas o modifica, o relativiza, o supera, e é capaz de agir nele e sobre ele. Nessa linha encontramos as especulações de Freud ao falar de “cultura como o resultado de um processo biológico por que passou o homem e por meio do qual alcançou a possibilidade de produzir cultura” (In DE NARDI, 2007, p.51). Ou seja, nessa concepção, a produção cultural passaria por ser a produção de tudo aquilo, numa dimensão material e espiritual, que o homem produziu e que foi capaz de diferenciá-lo dos animais. A cultura é, assim, o espaço de diferenciação do homem.

Por sua vez, num olhar antropológico “a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT, 2006 In DE NARDI, 2007, p. 58). De tal forma, o conceito de cultura permite-nos afirmar que “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”<sup>11</sup> (BENEDICT, 2006, In DE NARDI, 2007, p. 58). Assim a cultura possibilita identificar traços de comportamento que vão desde as diferenças linguísticas até o modo de portar-se a mesa ou de sorrir, traços que conferem a unidade e ao mesmo tempo ofuscam as diferentes variedades de comportamentos existentes numa única cultura.

Dentro da cultura, a unidade afigura-se como mecanismo fundamental, posto que através dela são “realizados” os processos de identificação e também de controle

---

<sup>11</sup> Nessa perspectiva que é possível referir a origem do racismo e da intolerância, já que ao enxergarmos o mundo sob a lente de uma determinada cultura, a nossa, tendemos sempre a considerá-la como referência e valorar as demais culturas como positivas ou negativas face a esse centro que é a nossa própria cultura.

social pela via dos seus funcionamentos de inclusão/exclusão. De inclusão na medida em que compartilhar da cultura significa adquirir a possibilidade de viver em sociedade, de ser aceito por determinado grupo social, reconhecido como membro de uma comunidade (DE NARDI, 2007, pp. 52-53). Reconhecimento este que se dá através dos nossos sistemas culturais – valores morais, posturas corporais, formas de relacionar com o outro e com a natureza, etc. –, portanto de sistemas padronizados que ditam os nossos modos de agir. A partir destes sistemas culturais forja-se a nossa humanidade. Esta é criada pela unidade ao passo que a mesma procura harmonizar o diverso e a dispersão, parecendo estar, portanto, muito ligada a um meio de regulação de comportamentos sociais e aos funcionamentos de exclusão.

A unidade cultural fortalece-se na e pela identidade cultural, que se constitui numa síntese da construção de múltiplos significados distintivos, fruto de complexas interações sociais que desenvolvem internamente cada grupo e em suas relações com outros, mediante as quais seus membros se unificam e se diferenciam dos demais (ALVES SILVA, s/d, p. 3). Portanto, a cultura atravessa os processos identificatórios do sujeito por ser ela o cerne da sua organização com o outro.

Na relação com o “outro exterior”, Wallerstein (1990) entende que a cultura passa a ser uma questão de definir fronteiras (p. 187). De modo convergente, Appadurai (2004) afirma que o cultural é o campo das diferenças, dos contrastes e das comparações (p. 12). E ainda, Santos (2001) diz ser cultura, na sua definição mais simples, “a luta contra a uniformidade” (p. 54). Nesse sentido, a cultura é entendida como um processo social construído sobre a intersecção entre o universal e o particular.

E, além de proporcionar elementos concretos de referência e comparação, a cultura, ou a identificação cultural, resume o universo simbólico que caracteriza a coletividade porque estabelece padrões singulares de interpretação da realidade, códigos de vida e pensamento que permeiam as diversas formas de manifestação, valores e sentidos. A inscrição no universo simbólico de uma dada coletividade requer um sentimento de pertencimento, sendo que este pertencimento é o elemento aglutinador e mobilizador de atividades e constitui um gerador de valores e de coesão para o grupo (ALVES SILVA, s/d, p. 3).

Ainda assim, é ilusória a idéia de que a partilha cultural pode garantir a perfeita



interação entre os sujeitos que a ele pertencem, primeiro porque não se pode falar de previsibilidade de situações e comportamentos já que nos sistemas culturais há sempre o lugar do equívoco pois algo sempre pode falhar. Depois porque a idéia da unidade cultural<sup>12</sup> é enfraquecida pela impossibilidade de partilhar da totalidade daquilo que se pode compreender como sistema cultural:

“nossa participação numa cultura é sempre parcial, e a interdição de nossa inserção em determinados espaços culturais é determinada, muitas vezes, no interior desse sistema, que cria funcionamentos de exclusão, embora viver em comunidade exija ao sujeito uma participação mínima em sua cultura, uma vez que por ela assumimos determinados padrões de comportamento, cuja ruptura pode levar à incompreensão, à impossibilidade de interação” (DE NARDI, 2007, p. 59)

Assim, conhecer ou pertencer a um determinado sistema cultural não significa a sua mera apreensão e aceitação, mas antes a possibilidade de resignificá-lo, de romper as engrenagens das estruturas dos sistemas culturais. Ao distanciar a compreensão da cultura da idéia de um espaço de registros inerentes (próximos da “a tradição cultural”) em que o papel do sujeito se restringe ao reconhecimento e aceitação, ela aproxima-se do entendimento da cultura como um “lugar de interpretação” permitindo pensar nos sujeitos não como “espectadores” mas como “criadores de cultura”. Significa ainda, assumir que a cultura implica espaços de criticidade e de contrução constante, sem os quais a cultura se tornaria uma reprodução irrefletida de movimentos mecanizados (DE NARDI, 2007, p. 56).

### ***1.1.1 – O mitológico e o simbólico na cultura***

Debruçar sobre o debate a respeito do conceito e entendimento de cultura exige que se estabeleçam “fronteiras conceituais”, o que se faz de forma complexa devido a amplitude do tema e, que, portanto, não se realiza sem renúncias. Acreditamos que a compreensão da cultura dimensionada num plano mitológico e simbólico, bem como a sua envoltura com a política, são contribuições pertinentes a reflexão acerca da temática

---

12 A este respeito, os Estados-nação têm tradicionalmente desempenhado um papel ambíguo. Enquanto, externamente, tem sido os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultural nacional, internamente têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema de ensino ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto (SANTOS, 2001).

desse trabalho (a lusofonia).

Segundo Cassirer (1994) “deveríamos definir o homem como *animal symbolicum* e não como *rationale*” (In MOURA, 2000, p.76). A criação do mito, da religião, da linguagem, da arte, da história são todos símbolos que nos realizam como seres humanos e através dessa atividade simbólica engendramos mundos criando significados baseados em nossas experiências, inseridos numa estrutura social e cultural (MOURA, 2000, p. 76).

Também Cassirer (1994) distingue o homem dos outros animais pela sua atitude simbólica, na qual o objeto é designado através do símbolo e a criação do símbolo origina o mundo da cultura. Na sua concepção o símbolo surge como a estruturação das relações do homem com o mundo. Os símbolos pertencem ao mundo de significados; logo, todas as relações simbólicas são relações significativas

Para Bourdieu (1989) os símbolos são “instrumentos por excelência da integração social” e cumprem papel de “instrumentos de conhecimento e de comunicação [...] [e] tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que *contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social*” (BOURDIEU, 1989, p. 10, grifo nosso).

A busca pela ordenação das relações sociais serve-se de determinados símbolos culturais – como a língua, o mito, a religião e a arte – enquanto “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos” (BOURDIEU, 1989, p. 8). de tal forma, as interações entre as representações simbólicas estabelecem diferentes universos simbólicos que sedimentam uma certa “homogeneidade da realidade” norteando a organização social através da imposição de significações consideradas como legítimas.

Nessa direção, as contribuições de Thompson (1995) apontam para uma concepção simbólica da cultura, caracterizada de forma ampla como “o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (p. 176).

Thompson (1995) atribui à cultura também uma concepção estrutural através da

qual mostra que há processos de valorização que agem sobre as formas simbólicas e que remete à luta de forças que envolve a produção/transmissão cultural no universo social. Assim, através do “estudo das formas simbólicas em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 57) seria possível perceber as relações de poder e de força que agem diretamente no “fenômeno” cultural, que, enquanto universo simbólico reclama sentido e é cingido por processos de valorização.

A partir desse entendimento, a cultura “pode ser considerada como um sistema simbólico que permite que as pessoas partilhem significados, e por consequência é possível assumir que as transformações sociais e políticas estão culturalmente ancoradas” (BADIE, 1983; ARCHER, 1996 In SARMENTO, 2009, p. 3). No entanto, não se pode reduzir este “ancoramento cultural” àquilo que se entende por “tradição cultural”, ou seja, aquilo que se sedimentou e solidificou. Pois, dessa forma, entender a cultura como tradição significaria negar o seu caráter dinâmico, e é essa dinamicidade que liga intimamente movimentos históricos e sociais aos processos culturais modificando-os e ressignificando-os:

“A *cultura* tem, portanto, uma *dimensão político-histórico-social* que lhe garante a possibilidade de ser *dinâmica e crítica*, de propor rupturas, de produzir outros dizeres, o que também a afasta do conceito de civilização/civilidade e coloca em xeque os julgamentos sobre a inferioridade/superioridade de certas manifestações culturais” (DE NARDI, 2007, p. 53, grifo nosso).

No que diz respeito ao caráter mitológico da cultura, significa mencionar que toda produção cultural remete a um fundo mítico<sup>13</sup>, ou a um inconsciente coletivo (DURAND, 1986, 1997; LOURENÇO 1978, 1999 In MARTINS, 2004, p. 3). De tal maneira, pode-se referir que os mitos ao encherem a história de existência concreta, de memória viva, de sentido humano dão forma à história.

---

13 A título de exemplificação, Martins (2004) refere que mitologicamente: “Portugal identifica-se com o largo, com o oceano a dobrar, amarrado o marinheiro ao leme, e com as virtudes viris do conquistador. E o Brasil, num imaginário que é integralmente o inverso do imaginário português, é todo ele um imaginário de terra, da gigantesca terra (noventa e cinco vezes a superfície de Portugal), terra variada, que se estende da Amazônia ao Rio Grande do Sul” (p. 4)

Segundo Martins (2004), a cultura entendida como imaginação simbólica é a vida imaginária partilhada e o caminho construído em comum (p.5). Assim percebida, a cultura parte da vontade dos homens: “é na partilha da sua vida imaginária e no caminho que querem construir em comum que os homens encontram as razões válidas para fazerem as opções que entendem fazer” (MARTINS, 2004, p.4). É dessa forma que o mito assume importância na condução da história, já que nele se encontram as razões que validam as escolhas.

Assim, o mito<sup>14</sup> – fenômeno discursivo, representação social *per se* – é uma definição do real que concorre para as divisões sociais do mundo (BOURDIEU, 1980, p. 65) e, sendo social, esta representação está inserida numa lógica social. O mito apresenta o potencial de moldar imaginários, como coloca Hall (2003), há um “potencial real dos nossos mitos dominantes de *moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significados às nossas vidas e dar sentido à nossa história*” (HALL, 2003, p. 28, grifo nosso). Dessa forma, os mitos carregam consigo uma interferência ideológica no seu discurso associando-se ao caráter político no qual estão impregnados, e que são, por sua vez, “estado de poder”, ou seja, relações de dominação e de discriminação reificadas, naturalizadas (FOUCAULT, 1976 In MARTINS, 2004, p. 94).

Nos processos de reificação e naturalização destas relações e sentidos podemos encontrar a cultura muito próxima da ideologia sendo, portanto, entendida como espaço de interpretação no qual subjazem relações de poder e que fazem encontrar a cultura com a política.

### ***1.1.2 – Na dobra da política***

Embora o conceito de cultura seja avesso a limites (daí a dificuldade já mencionada em delimitá-lo), não se pode afirmar que o mesmo seja um conceito “neutro”. É nesse entendimento que pensamos ser possível alargar a compreensão de cultura de maneira que a mesma seja percebida na sua ligação com a economia<sup>15</sup> – nos

---

14 Os mitos fazem parte de nossas vidas, agora, exatamente como era no passado e sempre farão até onde nós podemos concebê-los, porque é através deles, que necessariamente, imaginamos o passado, o presente e o futuro.

15 Os estudos sobre a ligação da cultura com a economia têm indicado a manipulação da primeira

termos do capitalismo cultural –, e com a política – que entre tantas questões perpassa pelas disputas e legitimação de poder. Portanto, ao falar de cultura faz-se necessário entendê-la na sua relação com a política.

O vínculo entre cultura e política divide cientistas políticos entre aqueles que rejeitam a própria noção de cultura, pela impossibilidade de defini-la e delimitá-la; os que a percebem como instrumento ideológico, implicando numa explicação determinista da cultura (a cultura dirige a política) e a hierarquização entre elas (a supremacia do ocidente); e os que a percebem como argumento implícito para as políticas de identidade (SARMENTO, 2009, p. 3).

A utilização da cultura na esfera política não é algo novo, remete-nos a cultura enquanto veículo da política já emergente no século XVIII e que foi sendo apreendida como meio de interiorizar o controle social (FOUCAULT, 1998; BOURDIEU, 1989) ao longo dos séculos XIX e XX.

A cultura está ligada com a política através da instrumentalização de símbolos culturais para fins políticos que abrangem um espectro que cobre desde às políticas identitárias às áreas culturais de influência internacionais, sobretudo porque o “fator cultural” tem vindo a fazer parte da retórica dos discursos políticos (GAMA, 2009, p. 12) de forma a ser fator de legitimação de poder (DE NARDI, 2007, p. 58), fato tanto mais importante quando pensamos que “a legitimidade está para a política, como a justiça está para o direito” (MALTEZ, 1996, P. 153)

É importante, no entanto, que se refira que a relação entre cultura e política não implica transformar a primeira em ferramenta de uma determinada ação política, reduzindo-a apenas a um papel instrumental, o que de alguma forma implicaria no abandono da função crítica da cultura, como coloca Chauí (2006): “entender a cultura

---

enquanto investimento econômico da indústria cultural, tanto no que diz respeito aos bens de consumo (a cultura transformada em mercadoria) e a sua instrumentalização na comunicação de massas (ADORNO, 1991), como no que se refere a sua ligação com a mobilização de práticas simbólicas com fins de turismo e promoção da indústria da patrimônio, agregador significativo do produto interno bruto (CRANDALL; SIDAK, 2006) (SARMENTO, 2009, p. 4)

No entanto, este trabalho foca-se na intimidade entre a cultura e a política, sendo que não nos cabe aqui discutir a produção capitalista da cultura, não pela impertinência ou irrelevância do tema para o entendimento mais aprofundado da questão cultural na “lusofonia”, mas antes pelos limites que se fazem necessários traçar.

como instrumento de agitação política é concebê-la como algo a serviço de algo não-cultural, isto é política” (p. 9). O abandono da função crítica da cultura, a partir do qual é possível propor rupturas e visualizar interações dinâmicas (DE NARDI, 2007, p. 53) significaria concebê-la de forma estanque e imutável. É possível, portanto, perceber este vínculo inclusive nas interações e construções de pertença ao forjar unidades culturais e/ou cisões, como exposto acima, ou na sua função dentro do discurso legitimador<sup>16</sup> político, de maneira mais ou menos instrumentalizada, ou ainda no fortalecimento da sociedade civil.

Nessa direção, na atualidade a cultura tem sido convocada para resolver problemas anteriormente da esfera política e econômica, como coloca Sarmento (2009) “debate-se – ou acredita-se – que o investimento em *cultura fortalece a fibra da sociedade civil*, que por sua vez, serve de *hospedeiro ideal para o desenvolvimento político e econômico* [sendo que] esta controvérsia emerge como resultado da convicção generalizada no poder transformador da cultura”<sup>17</sup> (p.4, grifo nosso).

A cultura enquanto lugar de produção simbólica funciona naturalizando sentidos, criando efeitos de evidência e verdade, e está muito próxima da ideologia<sup>18</sup>, pois a ideologia, na concepção de Zizek (1996), abrange todas as relações do sujeito com o simbólico. Por meio desse funcionamento, mascaram-se as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais e faz-se com que enquanto alguns sentidos são legitimados, outros sejam sufocados, permanecendo latentes: “olhar as relações entre ideologia e cultura implica, ainda, *conceber a cultura como espaço de interpretação ao qual subjazem, necessariamente, relações de poder*” (DE NARDI, 2007, p. 63, grifo nosso).

---

16 O discurso legitimador é o ideário político subjacente à orientação estratégica do discurso: a fórmula política dominante que legitima a praxis política e a ação dos atores sociais (COSTA, 2009)

17 O tipo de sociedade atual (voltada para o consumo), acaba por transformar as necessidades, valores e satisfação que perpetuam o sistema em necessidades, valores e satisfação dos indivíduos. É por meio dessa ligação que alguns autores tem referido a transformação da realidade social como uma transformação mais cultural do que política (SARMENTO, 2009, p. 6).

18 Entende-se aqui que enquanto complexo de idéias (teorias, convicções, crenças, etc.) a ideologia é uma condição do discurso, e *não* uma distorção, já que não há como ter acesso a realidade sem passar pelo filtro da ideologia, num sentido muito próximo ao atribuído por Bakhtin (1988) para quem a ideologia é a *condição de possibilidade da produção de sentidos* ( p. 31)

Nesse sentido, o trabalho de Thompson (1995) insiste nas relações entre ideologia e cultura, de forma muito próxima como faz com a sua elaboração acerca da cultura. Para Thompson (1995), a ideologia opera em cinco formas. A primeira, a *legitimação*, pode ser gerada através de processos de racionalização, de universalização, por narrativas históricas ou ainda pela *invenção de uma tradição*, estratégias nas quais somos envolvidos em *processos simbólicos para criar e sustentar relações de dominação* (p.76).

A segunda forma na qual a ideologia opera, a *dissimulação*, mostra como as relações de dominação podem ser mantidas por meio de seu ocultamento, negação e obscurecimento a que servem *estratégias de deslocamento e eufemização* (THOMPSON, 1995, p. 79, grifo nosso). A terceira, a *unificação*, diz respeito à construção no nível simbólico de “*uma forma de unidade que liga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los*” (THOMPSON, 1995, p. 86, grifo nosso), efeito que pode ser conquistado pela padronização ou simbolização da unidade.

A quarta forma em que se expressa a ideologia, a *fragmentação*, rechaça todo aquele que possa se constituir como ameaçador ao grupo dominante quer através da diferenciação como forma de impedir que se crie uma identidade que os fortaleça, quer pelo expurgo do outro representando-o como inimigo (THOMPSON, 1995, p. 86). E, por fim, a ideologia opera através da *reificação* pela via das “relações de dominação [que] podem ser estabelecidas e sustentadas pela retração de uma *situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal*” (THOMPSON, 1995, p.87, grifo nosso).

Assim, Thompson (1998) ao olhar para a ideologia e para a cultura como estruturas que atravessam a construção das formas simbólicas e que trabalham no sentido de erigir e sustentar relações de poder dentro de uma determinada estrutura social, as visualiza como estruturas que convergem para o estabelecimento da ordem política. É nesse sentido, que a manipulação de símbolos culturais feita sob as formas da ideologia permite aferir as “*maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder*” (THOMPSON, 1995, p. 75, grifo nosso).

### ***1.1.3 – As redes internacionais de poder***

A relevância do entrecruzar das formas simbólicas com as relações de poder encontra-se, inclusivamente, na possibilidade da compreensão do sistema político fragmentado e construído através do estabelecimento de redes de poder.

A configuração do sistema político internacional vem sendo marcada, contemporaneamente, pelo aumento da interdependência dos recursos de poder e pela intensificação de relações de poder através das redes globais (CASTELLS, 2008, p. 18). Nessa perspectiva as redes são entendidas como uma estrutura que apresenta a propriedade de conectividade, que através dos seus nós tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, simultaneamente (ALVES SILVA, s/d, p. 5). As redes são uma forma particular de organização animadas por fluxos provenientes de um movimento social animado por dinâmicas locais e globais. Nesse sentido, as redes estruturam as relações de força:

“As redes estruturam à sua maneira o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana. *São de fato instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle.* Elas são suscetíveis de funcionar como *instrumentos de integração e de exclusão*, na linha direta dos processos de diferenciação” (ALVES SILVA, s/d, p. 5, grifo nosso)

Em tal sistema, a autoridade política é fragmentada e o poder se inscreve fundamentalmente nos códigos culturais mediante os quais instituições e pessoas representam a vida e tomam decisões: “o poder, embora real, torna-se imaterial e descentralizado. Difuso, mas presente no poder das redes” (GUIMARÃES; SARMENTO, 2010, p. 14). *O poder*, enquanto capacidade de impor, revela-se então em função de uma *batalha pelos códigos culturais* da sociedade (GUIMARÃES; SARMENTO, 2010, p. 14).

Inúmeros atributos são utilizados para a consolidação das redes de poder ganhando relevância a manipulação de símbolos enquanto “instrumentos por excelência da integração social” que tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 10); ou ao seu contrário, a manipulação de símbolos utilizada para a resistência cultural, social e política. As interações entre as representações simbólicas e as conotações cognitivas e normativas (BERGER, 2004 In



GUIMARÃES; SARMENTO, 2010, p. 14), entre os símbolos e diversas instituições (sociais, culturais, econômicas e políticas) fazem dialogar cultura e política, onde a política é encenada como atividade essencialmente simbólica, através da qual relacionam-se indivíduos, grupos e estados, no plano interno e internacional (GUIMARÃES; SARMENTO, 2010, p. 14).

No plano internacional, as motivações de seus atuentes, quer sejam elas na dimensão política e simbólica, ideológica ou ritual, faz com que “a cultura não possa ser dissociada dos *confrontos e alianças entre diversas elites* (Pouligny, 2001) que procuram instrumentalizar os recursos simbólicos como fonte de legitimação”<sup>19</sup> (SARMENTO, 2009, p. 10, grifo nosso).

No processo de construção social e cultural da realidade, no fornecimento de respostas simbólicas e institucionais à procura de ordem ou sentido, é que a interpretação da cultura pela política se evidencia de jeito a formular o discurso legitimador adequado aos “novos” valores contemporâneos.

É nesse sentido que a seguir são utilizadas as contribuições de Bourdieu (1989) no que se refere ao poder simbólico, a fim de agregar elementos ao debate sobre a configuração de poder no sistema internacional através da manipulação de símbolos.

#### ***1.1.4 – O poder simbólico***

Segundo Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturantes e estruturados – “estruturados” em função dos símbolos estabelecidos que comportam e “estruturantes” por que através dos mesmos solidificam a percepção da realidade – cumprem a “*função política de instrumentos de imposição ou de legitimação*, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) ” (BOURDIEU, 1989, p. 11, grifo do autor), classes estas, envolvidas numa luta simbólica para imporem a definição do mundo social segundo

---

19 A manipulação simbólica e cultural para a sedimentação das redes de poder é referida por Santos (2001), para quem a natureza hierárquica do sistema mundial, o que torna possível identificar grupos de interesses e Estados que definem as culturas parciais enquanto culturas globais, e que, “por essa via, acabam por controlar a agenda da dominação política sob o disfarce da globalização cultural” (SANTOS, 2001, p. 55)

seus interesses. A potencialidade dos sistemas simbólicos assenta-se, sobretudo, no fato das relações de força nelas expressas serem manifestas de forma irreconhecível, não percebidas como tal.

Nessa ordenação da percepção do mundo, o poder de nomear, de defini-lo segundo determinada concepção assumida como legítima é denominado por Bourdieu (1989) como *poder simbólico*, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (pp. 7-8). Sendo este definido como:

“um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogênea de tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível uma concordância entre as inteligências' ”. (BOURDIEU, 1989, p.9, grifo do autor, sublinhado nosso).

O poder simbólico assume maior importância a medida que contribui para a definição da ação social e política, e portanto, também da manutenção e/ou transformação do mesmo:

“o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização” (BOUDIEU, 1989, p. 14, grifo nosso)

Este poder surge como poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, e é exercido quando reconhecido ou ignorado como arbitrário, definido numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que estão sujeitos a ele (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, o poder simbólico impõe-se como ordem “natural” e imediata da vida social, estando intimamente relacionado com a capacidade de impor-se de forma mascarada.

O poder simbólico está diretamente relacionado com a legitimação do seu discurso, sendo, portanto, o poder das palavras de manter ou subverter a ordem reside na crença da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia<sup>20</sup>. Como coloca

---

20 Nesse sentido é que a “palavra da instituição” torna-se relevante, ao ser considerada como legítima

Bourdieu (1989): “uma *realidade*, sendo em primeiro lugar, *representação*, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento” (p.15, grifo nosso). Nessa concepção, a questão do poder tem suas considerações a respeito de quem possui o “direito à palavra”, ou seja, “daqueles que possuem a disponibilidade de exercer um poder sobre outros para quem a palavra foi caçada”<sup>21</sup> (ORTIZ, 1978 In FARACO, 2003, p. 119).

Assim, de acordo com este entendimento, a manipulação simbólica converge para ordenação do mundo, pois através dos símbolos são conferidos significados e realizadas ações sociais e políticas ancorando definições do mundo prático. Tal ordenação passa por ser a manipulação de elementos ditos culturais, nos termos acima referidos, e pelo poder de nomear assente na capacidade de definir determinadas concepções de mundo como legítimas. A questão da língua, enquanto atributo simbólico e que abrange a faculdade de nomeação insere-se diretamente nas relações de poder simbólico produzindo representações sociais coletivamente reconhecidas.

### ***1.1.5 – A inscrição da língua***

De maneira geral, a cultura de uma determinada sociedade modela imagens, idéias, mitos e linguagens; cria, portanto, seus sistemas de representação vinculados aos processos históricos e a um devir imaginado. A língua, por sua vez, é um desses sistemas de representação (que associa imagens gráficas e acústicas a significados específicos). No entanto, a língua é mais do que um sistema de representação entre outros, é ela a manifestação da vida (LOURENÇO, 1999). Os estudos linguísticos têm partido, desde há muito, do binômio homem-linguagem para demonstrar que “as representações do mundo que o ser humano constrói (cultura) são fruto de uma reflexão

---

sedimentada determinada ordenação do mundo.

21 Também nessa direção podemos mencionar as contribuições pós-coloniais posto que estes estudos vêm denunciar a cessação da palavra na narrativa colonial que sempre deu o “direito à palavra” ao colonizador, silenciando o colonizado. A crítica pós-colonial propõe então a desconstrução da narrativa colonial escrita pelo “colonizador” procurando substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do “colonizado” (SANTOS, 2002a, p. 30) pois, “se a condição do subalterno é o silêncio e a fala a sua subversão, a responsabilidade do crítico pós-colonial é contribuir para o fim da subalternidade através da voz dada a quem lhe foi silenciada” (SANTOS, 2002a, p. 31).

complexa que, sem a linguagem, não seria possível” (GAMA, 2009, p. 37)

Numa perspectiva muito próxima da idéia de cultura relacionada com a dialética entre o artificial e o natural encontramos a definição de língua(gem) proposta por Coseriu (1958). O autor afirma que a expressão linguística é própria da realidade humana e da sua relação com o mundo, e é justamente o fato social que nos diferencia e nos define enquanto ser humano (COSERIU, 1958, p. 43). Língua e cultura encontram-se na caracterização e diferenciação do homem.

Também como a cultura, a língua implica processos de alteridade. Para Lacan (1966) na origem da própria formação do nosso “eu” existe a *cadeia significante*. A linguagem precede-nos e determina-nos, mal começamos a falar, saímos de uma “natureza” incognoscível para nos constituirmos como cultura: “a criança que decide – falando – reconhecer-se como sujeito é o *sujeito do ato de enunciação*: quereria designar-se como /eu/, mas no momento em que entra no circuito da linguagem o /eu/ que pronuncia já é *sujeito do enunciado*, da frase, do sintagma linguístico em que se exterioriza: este /eu/ é já um produto cultural (LACAN, 1966, In ECO, 2004, p. 101). A linguagem faz o sujeito prisioneiro de uma alteridade com a qual deve identificar-se para se constituir, mas da qual não mais conseguirá libertar-se (ECO, 2004, p. 102).

A língua, no olhar da sociolinguística (que analisa a intimidade entre língua e sociedade) é um fenômeno social e cultural: “a linguagem surge, por conseguinte, como um jogo de espelhos que reflectem práticas sociais, como representações idiossincráticas, embora socialmente construídas” (CUNHA, 2000 In GAMA, 2009, p. 38). Nesse sentido, na interdependência entre língua e cultura, “a primeira ajusta-se à segunda na medida em que, não deixando de revelar certos antecedentes culturais, pode reinventar ou adaptar novas formas linguísticas que estão a par com a evolução sócio-cultural” (GAMA, 2009, p. 39). Assim, a língua está ancorada culturalmente mas reinventa-se acompanhando a movimentação sócio-cultural.

No entanto, sabemos que a linguagem diz mais facilmente as coisas que as relações, os estados que os processos (BOURDIEU, 1982). Ou seja, a linguagem diz mais facilmente a “estática social” do que a “dinâmica”. E faz mais, pode converter a dinâmica em estática. A reificação é um mecanismo da linguagem, ou seja, naturalizar aquilo que é processo e relação (MARTINS, 2004, p.10).

Por fim, o dimensionamento da língua no poder simbólico refere-se ao que Bourdieu (1996) coloca sobre a economia das trocas linguísticas. Nas sociedades capitalistas, os bens materiais (como a força de trabalho, as mercadorias, os serviços) e os bens simbólicos (como os conhecimentos, as obras de arte, a música, a linguagem, etc.) circulam em relações de trocas desiguais. As relações de forças materiais separam os dominantes dos dominados através da posse dos meios materiais e, as relações de forças simbólicas os separam através dos meios simbólicos. Dessa forma: “não se deve esquecer que as *trocas linguísticas* – relações de comunicação por excelência – são também *relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força* entre os locutores ou seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 1998, p. 24, grifo nosso).

## **I.2 – Da Miragem Lusófona**

Do ponto de vista mitológico tem-se debatido a real existência de um imaginário propriamente lusófono. Tal discussão encontra grande expressão no filósofo português Eduardo Lourenço, sobretudo na sua obra intitulada “A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia”. Lourenço, procurando ir além do discurso político de consumo imediato, se pergunta “sobre a existência de uma autêntica comunidade mítico-cultural entre os povos da língua portuguesa” (BAPTISTA, 2003, p. 50). A partir das considerações feitas pelo filósofo, bem como das abordagens desenvolvidas pela estudiosa e especialista no mesmo – Maria Manuel Baptista –, procuramos refletir o que implica, ou antes, o que significa a existência (ou não) dessa comunidade com partilha efetiva mítica e cultural.

### ***I.2.1 – Da “mitologia” e do “imaginário” no universo lusófono***

A lusofonia abordada no sentido do mito, como propõe Lourenço (2004), indaga a real construção de um espaço simbólico e imagético lusófono, efetiva e afetivamente vivido e partilhado por todos quantos falam a língua portuguesa

(BAPTISTA, 2000).

Baptista (2000) ao abordar o tema da lusofonia numa ótica lourenceana em seu ensaio “O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo ‘pós-humanista’”<sup>22</sup> insere a questão, como o faz o filósofo, “na mais profunda crise que o pensamento ocidental já viveu, situação cultural e espiritual que tem sido comumente designada por pós-modernismo, pós-humanismo, pós-cristianismo ou pós-colonialismo” (p. 1).

Nesse sentido, os estudos pós-coloniais, amplamente difundidos nas últimas décadas, rejeitam a universalidade do homem europeu, da cultura ocidental, e reiteram a percepção de que este “homem europeu” é senão uma variação possível dentro de toda a condição humana, e assim também a cultura ocidental não cobre todo o manto mundial. Em todos os sentidos e ciências, aponta-se para a inequívoca profundidade da diversidade humana.

Refletindo sobre esse espectro e constando que se o que resta é a diferença e a particularidade irreduzível da diversidade humana, Baptista (2000) indaga-se através de Lourenço: “que realidade mitológica pretendemos nós, consciente ou inconscientemente, designar com o termo lusofonia?” (p.4)

Nessa linha a lusofonia é abordada por Lourenço sob duas perspectivas: da língua e da cultura. Do ponto de vista da língua, é inevitável reconhecer a extrema diversidade da língua portuguesa no espaço lusófono (fenômeno legítimo e natural no contexto da apropriação que cada comunidade faz da língua), bem como as diversas importâncias e presenças da língua portuguesa nos espaços que a tem como língua oficial (desde a situação do Brasil, que a tem como língua materna, até à posição extrema de língua absolutamente estranha e estrangeira como o é, por exemplo, para largas faixas da população moçambicana, angolana e timorense)<sup>23</sup>.

Do ponto de vista simbólico e imaginário, porque para o filósofo o conceito de cultura advém do plano mitológico, simbólico e imaginário (BAPTISTA, 2000), a questão torna-se mais complexa.

---

22 Texto cedido gentilmente pela autora

23 Essa perspectiva da abordagem será mais amplamente tratada no último capítulo dessa dissertação.

Através de uma concepção de cultura<sup>24</sup> que implica na partilha efetiva de valores e modos de estar no mundo e de se confrontar com ele, de cultura como mitologia vivida, como auto-imagem identitária, como inconsciente coletivo de fundo alógico e mítico no qual se inscreve toda a produção cultural, é que Lourenço considera que “*não há nada que realmente se possa designar, com verdade, por cultura ou comunidade cultural lusófona*” (BAPTISTA, 2003, p. 51, grifo nosso). Trata-se mais de uma “miragem” não tem sujeito próprio:

“Na verdade, *não há nada que se possa designar por imaginário afectiva e efectivamente partilhado pelos povos cuja expressão linguística é o português*, para além de um voluntarismo das comunidades académicas existentes ou em vias de instituição nestes países. É sabido que, por exemplo, um Moçambicano não se auto-representa em primeiro lugar como lusófono, para em seguida se imaginar como elemento da comunidade africana, mas já ao contrário é verdadeiro” (BAPTISTA, 2003, p. 51, grifo nosso)

Outra questão relevante na análise sobre a lusofonia feita por Lourenço, liga-se à idéia de que a “verdadeira” obra cultural é aquela que abre o universo das possibilidades de confronto do ser humano com o mundo, de si próprio e do outro. Desse confronto resulta o que o filósofo denomina como “valor cultural” que desenha os limites do humano. Limites estes que se encontram permanentemente em estado de possível expansão e abertura, admitindo uma miríade de configurações que refletem precisamente a complexidade, multiplicidade e diversidade do ser humano (BAPTISTA, 2000, p. 5).

Essa assunção de valor na obra de Lourenço é inserida num diálogo com o movimento de desconstrução de todos os absolutos, de todos os valores, caminhando sobre as areias movediças do pensamento pós-moderno. À constatação da ausência de um valor cuja fundamentação última residiria num qualquer absoluto, característica dos debates pós-modernos, segue-se em Lourenço a exigência de instituição do valor, trata-se da construção do homem pelo próprio homem, agora de um outro homem. É nessa direção que a verdadeira criação cultural seria o irrepetível acontecimento de instituição de uma sobre-realidade que acrescentaria valor à realidade humana e, por isso, lhe

---

24 Lourenço concebe a cultura numa linha bartheana (Barthes, 1957), promovendo a reinscrição mitológica da história, “abandonando consciente ou deliberadamente um discurso pretensamente objectivo face à cultura, toda a reflexão de Lourenço se move no âmbito da sua própria ficção assumida. O imaginário passa a ser então o campo de trabalho do filósofo [...]” (BAPTISTA, 2003, p. 48)

conferiria mais sentido (BAPTISTA, 2000, pp. 6-7). Assim:

“ [...] trata-se do fim da história enquanto história universal europeia, ou história na qual a Europa é o centro. Mas isso não equivale a dizer que nós entremos em todos os dilemas de uma visão relativista [...]. Haverá uma história de uma outra maneira. Uma história onde o sujeito não será somente o sujeito humano geral, não suposto, implícito na nossa concepção de história universal. *Mas uma história na qual cada cultura, cada memória e cada história terá de recuperar o sujeito que ela tinha perdido, ou que lhe tinha sido negado*” (LOURENÇO, 2000 In BAPTISTA, 2000, p. 7, grifo nosso).

Através desse entendimento da história, Baptista (2000) aplica tal concepção à lusofonia, constatando que estamos ainda na “pré-história” da constituição de uma comunidade lusófona pois, segundo a leitura que a autora faz de Lourenço:

“cada cultura que a compõe [a comunidade lusófona] tem ainda de recuperar a sua memória e história próprias, reencontrar o sujeito que lhe é próprio, de modo a colocar-se em condições de «(...) medir esse impalpável mas não menos denso sentimento de *distância cultural* que separa, no interior da mesma língua, esses *novos* imaginários. Que nem são assim tão novos. Nós é que não os víamos e agora queremos vê-los *de mais*»”(BAPTISTA, 2000, p. 10, grifo da autora)

Tais são as considerações feitas pelo filósofo quanto a este espaço simbólico e imaginético, ou melhor, a constatação que o mesmo tece sobre a *falta* de um imaginário partilhado entre todos quantos na língua portuguesa se inscrevem, apesar da mesma ser apregoada como cimento de tal espaço comum.

Lourenço refere ainda que a realidade imaginética e simbólica “lusófona” é alusiva não só a Portugal mas a outros povos que também têm por língua a portuguesa. Dessa forma, é impossível atribuir a existência de um único imaginário, só fazendo sentido aludir a múltiplos imaginários lusófonos.

“Quer dizer, o que nós entendemos por lusofonia, conceito já de si vago, impreciso e ‘pós-colonialista’, só em parte coincide com aquilo que o Brasil, a Galiza, Timor, Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a Guiné conceptualizam e imaginam sob esta designação. É que, «o *imaginário lusófono tornou-se definitivamente, o da pluralidade e o da diferença*, e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. *Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextrincavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense*. Puro voto piedoso?», interroga-se o filósofo” (BAPTISTA, 2000, p. 5, grifo nosso)



A partir daí, seria então pertinente indagar sobre “aquilo que eventualmente pode haver de comum no imaginário cultural dos povos falantes do português” (BAPTISTA, 2003, p. 52). De tal forma, não está excluída do pensamento de Lourenço a possibilidade de instituição de tal imaginário lusófono, apesar do mesmo não se criar por decreto ou por mera vontade política (LOURENÇO, 1999). Seria assim, antes um porvir de uma comunidade que se quisesse real e efetiva, do que a atual “condição lusófona”.

No entanto, apesar disso – da possibilidade, do porvir; e mesmo por isso – da inexistência do imaginário lusófono, somos impelidos, junto com Lourenço, a supor que esta dimensão imaginética da lusofonia é um sonho de raiz e amplitude lusíada:

“A propósito do sonho lusófono no território imaginário das culturas, o filósofo e ensaísta português alude à dimensão mítica, simbólica e imaginária subjacente à constituição da comunidade “lusófona”, para quem, o “sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa”<sup>25</sup>, bem ou mal sonhado, é por natureza – sobretudo histórica e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e de amplitude *lusíada*” (Lourenço, 1999) (COSTA; VARELA, 2009, grifo do autor).

Segundo Lourenço (1999), a lusofonia preenche um espaço imaginário, para os portugueses, de nostalgia imperial<sup>26</sup> para que “ [...] nos sintamos menos sós e sejamos visíveis nas sete partidas do mundo” (p. 181). A partir desse entendimento, referimos abaixo a releitura dos mitos imperiais na retórica lusófona atual. Dessa forma, torna-se conveniente atentar para a transposição de alguns mitos outrora “imperiais” agora relidos nos termos da lusofonia.

---

25 Apesar da referência feita diretamente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), através do exposto em sua obra “*A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*” (1999), podemos referir que a colocação de Lourenço se estende a lusofonia de maneira geral, não se restringindo a CPLP.

26 “Na verdade, e sobretudo para alguma elite intelectual portuguesa, parece tratar-se de um reflexo de ‘jangadismo cultural’ antieuropeísta, uma espécie de ‘fuga para a frente’, que não passa de um refúgio imaginário. É que, para além de Portugal não enfrentar nenhum perigo real de perda de identidade cultural no contexto da Europa, a lusofonia ou já aí está e é suportada por uma qualquer realidade que lhe é pré-existente, e que é necessário cultivar, ou ela constitui um refúgio ‘*pleonástico*’.” (BAPTISTA, 2000)

### ***1.2.2 - Dos mitos lusotropicais aos lusófonos***

Para além da “inexistência” de um imaginário e mitológico comum no espaço lusófono, conforme acima demonstrado através das reflexões de Eduardo Lourenço, que permite supor que este lugar teve/foi ocupado por uma qualquer outra referência mítica; é ainda através do argumentário político e da retórica discursiva que se observa como esse espaço tem sido cingido. De tal maneira, o discurso legitimador da comunidade “lusófona”, estruturado em torno da língua portuguesa como património comum e formatador de um modo histórico de ser e pensar lusófono, se firma numa atualização tributária dos “dispositivos retóricos e “míticos” do lusotropicalismo unido a uma certa nostalgia imperial (MARTINS, 2004) que intenta encerrar o ciclo de uma epopéia imperial (LOURENÇO, 1983) no contexto de uma nação (Portugal) em profunda crise identitária (GIL, 2004) ” (COSTA; VARELA, 2009, p. 5).

Tais reapropriações das quais se vale a retórica da lusofonia atual, aproximam-se do que Foucault chamou de “existência acumulada de discursos”: “traços que subsistem e exercem, nessa subsistência própria ao interior da história, um certo número de funções manifestas ou secretas” (FOUCAULT, 1991).

A lusofonia também tem sido percebida, debatida, como uma recriação dos mitos imperiais e da “nação desterritorializada” que se alimenta da perpetuação da ancestralidade partilhada entre o colonizador e o ex-colonizado (FELDMAN-BIANCO, 2002, p. 147). Nessa ótica da análise, o mito da nação imperial universalista (porque presente em todos “os cantos do mundo”) e ao mesmo tempo una (porque unida sob um mesmo império) sedimentado no carácter exclusivo do colonialismo tolerante, benevolente e multicultural português, vem sendo refletido na retórica lusófona da reunificação cultural e da criação da unidade política.

Durante o período colonial, Portugal construiu o mito da nação imperial que insistiu no carácter de exceção do colonialismo português (tolerante, benigno, multicultural) que permitiu forjar uma comunidade de sangue formada pelos “países irmãos” (MADEIRA, 2003, p. 45). O repertório de mitos e pressupostos deste universo de representações encontra na obra de Gilberto Freyre a sua sistematização, não sendo ele o seu inventor, mas tendo suas obras sido consideradas como fundadoras do

lusotropicalismo, do “ mundo que o português criou”<sup>27</sup> (FREYRE, 1940, In ALMEIDA, 2002, p. 32).

A exceção portuguesa, “a singular predisposição do português para a colonização híbrida dos trópicos”, foi considerada por Gilberto Freyre como consequência do passado étnico e cultural “de um povo indefinido entre a Europa e a África” (In MADEIRA, 2003, p. 45). Na definição do colonialismo português pela ótica lusotropicalista freyriana:

“[o português] europeizou e latinizou e não apenas cristianizou, povos tropicais. Ele próprio porém, em vez de rigidamente europeu ou imperialmente ibérico extra-europeizou-se e tropicalizou-se desde o início das suas aventuras ultramarinas, amorenando-se sob o sol dos trópicos ou sob a acção ou requeime da mestiçagem tropical. Confraternizou com os povos de cor, em vez de procurar dominá-los do alto das torres como que profiláticos, onde raça e cultura imperialmente europeias se mantivessem misticamente puras. Assimilou desses povos valores que salpicaram de orientanismos, americanismos, africanismos o próprio Portugal, dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que o estilo manuelino e arte indo-portuguesa são exemplos expressivos” (FREYRE, 2002 In MADEIRA, 2003, pp. 45-46).

Sobre essa “singularidade” ergueu-se a tese da “raça histórica” capaz de viabilizar a dupla tarefa de homogeneização dos povos dispersos pelos territórios africanos, e de diferenciação face aos colonialismos “centrais” das restantes potências europeias. A tese da “raça histórica” freyriana se sustentava em dois argumentos relativos ao processo de colonização: o primeiro, o “tronco luso” (a cultura do colonizador) como sendo “o produto de uma amálgama a-histórica destemporalizada, imensa variedade de grupos étnicos e culturais (judeus, mouros, romanos, celtas, africanos) ” (MADEIRA, 2003, p. 46); e o segundo, como consequência imediata do primeiro argumento, que “esta qualidade indefinida e multiracial era [...] tolerante à diversidade, adaptável a novas situações e capaz de assimilar as influências particulares a uma unidade “universal” (MADEIRA, 2003, p. 46).

---

27 Associar o “projeto colonial português” ao lusotropicalismo seria uma grosseira simplificação. No pensamento colonial dentro da sociedade portuguesa, a questão imperial foi sempre mais objeto de debate e de controvérsia do que um projeto consensual. As teses lusotropicalistas, no entanto, foram utilmente instrumentalizadas pelos dirigentes do Império como referência ideológica das práticas institucionais salazarista dando sentido histórico-estrutural à manutenção de uma Império anacrônico (PINTO, 2009, pp. 159 – 160). Para além dessa discussão, o que interessa aqui é atentar para os ideários lusotropicalistas utilizados de forma a reconstruir idéias e temas centrais que transitaram da esfera e narrativa colonial para a pós-colonial.

Alerta Madeira (2003) que a definição da “exceção lusitana” escora as respostas aos constrangimentos internos e externos do Império português mobilizando tais referentes, estabilizando-os e representando, através deles, a especificidade do colonialismo português:

“A idéia se exprimia como uma possibilidade de superar (pela anulação) os conflitos provocados pelo encontro colonial, foi uma das idéias latentes da escatologia luso-tropical e uma potencialidade que o regime colonial não pôde deixar de aproveitar. Tanto mais que estes mitos eram mobilizados em discursos *écran* para responder às duas principais frentes de oposição à política colonial portuguesa: os organismos internacionais e os movimentos pró-nacionalistas africanos.” (MADEIRA, 2003, p. 46)

O presente momento histórico, pós-colonial, pós-independências africanas, não mais autoriza as mitologias propriamente ditas do anterior império colonial, mas atualiza e resignifica os discursos lusotropicalistas, das teses de Gilberto Freyre, de forma a revê-los, ampliá-los e “emancipar o tema” de modo a ser re-lido pela “nova” retórica lusófona. Outrora postos nos termos da “raça histórica”, da “exceção lusitana”, são atualizados<sup>28</sup> na “plasticidade dos povos lusófonos” (adaptável a diferentes realidades); no “espírito de tolerância” (ausência de preconceitos); na “alma mestiça” (adaptação/assimilação); na “família maior” (os “povos irmãos”); no “espírito universal”; na “vocação lusófona” (multiculturalismo, solidariedade) (MADEIRA, 2003, pp. 47- 48).

Também Baptista (2006) elenca alguns pontos da transposição de mitos imperiais para o universo da lusofonia atual:

- “A consideração que somos [Portugal] o centro da lusofonia (outrora do império) e que ela é uma inevitabilidade, uma necessidade e até um destino glorioso para os portugueses, repete em grande parte a retórica paternalista de Salazar, do «ou nós ou a confusão»;
- A língua portuguesa irmana-nos a todos numa língua e cultura

---

28 Inúmeros são os discursos pronunciados passíveis dessa comparação. Não havendo espaço nessa tese para uma análise aprofundada, e considerando aqui que os estudos realizados por diferentes e importantes pesquisadores sobre este vínculo (já tão profundamente expressado pelos mesmos, entre os quais destacamos a obra de Miguel Vale de Almeida (2000)) são por si só suficientes para sedimentar a idéia aqui exposta. Como exemplo dessa “re-leitura” de mitos, encontra-se o discurso proferido por Fernando Henrique Cardoso, então presidente do Brasil, sobre a admissão de Timor-Leste na CPLP, proferido em 31 de Julho de 2002, em Brasília. Direccionando-se a Xanana Gusmão (presidente de Timor): “Timor é fruto do que de *melhor existe na lusitanidade*: o apreço de valores da liberdade, da justiça, da paz e do universalismo”; ou antes ao congratular a apresentação de Timor à comunidade: “já sob as bênçãos dos povos que partilham desta *vocação lusófona*” (CPLP, online)

idênticas (O.T. Almeida, 2003), constituindo uma comunidade que é a mesma e igual em todas as partes do mundo (tal como outrora a Pátria portuguesa, metropolitana e ultramarina);

– A lusofonia é um apetecível mercado de milhões de consumidores; para uma Europa em crise, a África e a América do Sul constituem um reservatório económico (ao qual outrora se juntava a missão evangelizadora do cristianismo, chegando mesma a falar-se da emergência de novo continente, a Euro-África). Para além disso o Brasil, e os outros países lusófonos, têm-nos como necessária porta de entrada noutros mercados e culturas ocidentais. [...] Acresce a esta situação o facto de a lusofonia servir para Portugal defender o seu património secular, histórico, linguístico e cultural no Mundo. Na verdade, os portugueses não são imperialistas como os outros, mas fizeram uma colonização “excepcional”, “humanizada” que levou ao desenvolvimento das colónias através do seu génio e missão colonizadores, os quais são próprios da raça.

– Por fim, a ideia de que a lusofonia é um jardim (como já era uma certa África em tempos de Exposição do Mundo Português), desenvolvendo a retórica discursiva e mediática que não assume o inevitável e necessário confronto de olhares e de interesses. Desta forma, pretende-se conferir à lusofonia (tal como outrora ao Império) uma lógica predominantemente afectiva e moral: cada parte não pode dar largas ao seu “egoísmo” e deve concorrer para o todo, para o bem comum” (BAPTISTA, 2006, pp. 115-116)

Nessa leitura, a permanência de traços do discurso lusotropical é atualizado no espaço-tempo pós-colonial numa tentativa de “restauração e purificação de um passado colonial inglório [...] apanágio de um imperial-saudosismo e colonial-complexismo, sendo, assim, resultado de uma invenção meta-histórica e sucedâneo neocolonialista do império colonial perdido num contexto político em que há muito foi proclamado encerrado o ciclo histórico da epopeia colonial” (COSTA; VARELA, 2009, p. 5).

Quanto ao vínculo da lusofonia com o lusotropicalismo, Almeida (2000) propõe a existência de três níveis de discurso, sendo que o primeiro é relativo à constituição deste discurso lusotropical, o segundo corresponde à sua crítica do ponto de vista político, e um terceiro nível seria a ultrapassagem do mesmo, que para tal implicaria estar atento à permanência atual de um “lusotropicalismo genérico” presente nas representações sociais sobretudo na forma da lusofonia (ALMEIDA, 2000 In SEIXAS, 2007, p. 133). Contudo, reforça o autor, essa “superação” não pode ser feita renegando o passado, elidindo ou igualizando os termos de uma relação de poder historicamente conflitual entre povos diferentes ou ainda num esforço pelo esquecimento ativo desse passado, deve antes ser feito de forma a não se esquecer o que se ultrapassou. (ALMEIDA, 1998 In BAPTISTA, 2006, p. 24).

### 1.2.3 – Entre o simbólico e o político na lusofonia

A não existência de um “universo” mítico-cultural partilhado leva-nos também a sugerir que a pretensa cultura “lusófona” está fortemente vinculada com a política, e mais propriamente com a retórica política, sobretudo porque a mesma sustenta-se na língua comum como fator decisivo, e a língua, “nunca foi – e continua a não o ser – uma espécie de instrumento neutro que se esgota no seu uso comunicante empírico” (LOURENÇO, 1999, p. 128)

Assim, a inexistência de uma comunidade mítico-cultural impulsiona à percepção da lusofonia como um fenómeno mais político do que cultural, mais simbólico do que “real”. Fatos estes que impulsionam a reflexão sobre dois aspectos. O primeiro, juntamente com Lourenço (1999), refere-se à impossibilidade de conferir a língua tal pretensão “unificante” que lhe tem sido conclamada:

“A pluralizada língua portuguesa tem o seu lugar entre as mais faladas do mundo. Isso não basta para que retiremos dessa constatação empírica um contentamento, no fundo, sem substância. Se contentamento é permitido, só pode ser o que resulta do imaginar que esse amplo manto de uma língua comum, referente de culturas afins ou diversas, é, apesar ou por causa da sua variedade, *aquele espaço ideal onde se comunicam ou se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos da história aproximou*. Não seria pequeno milagre num mundo que sonha com a unidade sem alcançar outra coisa senão o seu doloroso simulacro” (LOURENÇO, 1999, p. 124, grifo nosso)

Segundo, que o vinco entre a cultura e a política na lusofonia está no fato de que, como percepçiona Madeira (2003), o que hoje chamamos de lusofonia, num sentido de comum entendimento entre povos com origens distintas e trajetos igualmente diversos entre si, teve seu início num ato político: “um acto político de institucionalização da língua portuguesa como língua imperial, tendo portanto, o seu início numa *vontade política*, ou ainda numa *imposição político-cultural*” (MADEIRA, 2003, p. 8, grifo nosso).

A lusofonia é definida por Rodrigues Alves (2007) como uma “noção geral intelectualmente elaborada pelas elites [...] e, em maior ou menor grau, explicitamente assumido pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados” (p. 4). É nesse sentido, que podemos percepçionar a lusofonia com sendo uma “aliança” e um projeto entre diversas elites (dos países de

língua oficial portuguesa) que procuram, através da instrumentalização de recursos simbólicos e culturais, a fonte de legitimação de poder (POULIGNY, 2001 In SARMENTO, 2009, p. 10) fundamentando o discurso legitimador de ações políticas e associando a cultura aos confrontos e alianças entre tais elites.

Por outro aspecto, se a cultura é também uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença gerando concepções de identidade de grupo (APPADURAI, 1997), a convocação de uma identidade cultural na esfera lusófona tem sido feita através da “maximização desse mínimo denominador comum (que é a língua)” (MADEIRA, 2003, p. 44). Aproximando-se da estratégia (acima exposta) sobre a qual age a ideologia, nomeada por Thompson (1995) de “unificação”, esta destina-se a construção ao nível simbólico, de uma forma de unidade que liga indivíduos numa identidade coletiva independente das suas diferenças.

Pronunciada em torno dos “240 milhões de falantes de português” como ponto de partida dessa categoria simbólica, a lusofonia destina-se a renegociar identidades e partilhas entre estes povos, exprimir pertenças e delimitar espaços que não existem senão simbolicamente:

“é assim que o enunciado lusofonia – tanto pela escrita como na oralidade – força-nos, por um lado, a uma *busca dos limites geográficos e espaciais da actualização da língua portuguesa*, como se precisássemos de objectivar uma linha de fronteira que separasse este espaço comum de outros espaços linguísticos (como por exemplo, o da francofonia ou o da anglofonia). Mas, por outro lado, *como este limite não existe a priori senão na dimensão simbólica, as fronteiras correspondem a categorias de pensamento especialmente criadas para conter conjuntos de falantes* que são em quase tudo dissemelhantes” (MADEIRA, 2003, p. 15, grifo nosso)

Se a cultura é o lugar de produção simbólica e que funciona, portanto, naturalizando sentidos e criando efeitos de evidência e verdade (DE NARDI, 2007), as autorizações da produção de sentidos e a enunciação transportam conteúdo ideológico. A naturalização de sentidos na lusofonia inicia-se pela própria utilização recente do termo e pela substituição de vocábulos<sup>29</sup> referentes a mesma, produzindo novos sentidos.

A “des-utilização” freqüente dos vocábulos é relacional com o momento

---

29 Sobre a incipiência do termo e os vocábulos “substituídos” ver a introdução dessa dissertação.

histórico e político em que se dá. Esta substituição não ocorre de forma neutra ou, como pretende a concepção biologistica da língua, pela causa natural da evolução de uma língua que faz surgir e desaparecer lexemas. Dá-se antes, numa abordagem foucaultiana, pela convocação destes elementos nos *discursos* e *narrativas* articuladas (FOUCAULT, 2008) sobre os povos que utilizam a língua portuguesa. Sendo, portanto, arraigados na fundamentação histórica e com relação direta com outras apreciações de outros domínios não só linguísticos mas também de signos e práticas estabelecidas pelas relações sociais, econômicas e políticas. A substituição de vocábulos e de “conceitos” pressupõe análise histórica sobre a sua evocação e que possam esclarecer a sua emergência. No que imputa à lusofonia e à emergência de “novos” conceitos ligados a ela, a contextura histórica remete aos processos de descolonizações africanas que ganham força durante a década de 1970 e às realidades nacionais pós-coloniais alterando as relações e os termos dantes existentes.

Por meio desse funcionamento, mascaram-se as condições de produção de sentido que estão na base dos processos discursivos e culturais e faz-se com que enquanto alguns sentidos são legitimados, outros sejam sufocados (DE NARDI, 2007, p. 63). Como alerta Madeira (2003): “isto é tanto mais importante quando sabemos que a circulação destes sentidos interpelam permanentemente o sujeito para a reconstituição de novos processos de subjectivação e de identificação orientados para a tomada de posições, ou seja, para a acção social e política” (p. 7)

Na mesma direção, tem-se em conta que na atualidade a cultura tem sido convocada para resolver problemas anteriormente da esfera política e econômica, pois acredita-se (pela convicção generalizada do poder transformar da cultura) que o investimento em cultura fortalece a fibra da sociedade civil, que por sua vez, serve de hospedeiro ideal para o desenvolvimento político e econômico (SARMENTO, 2009, p.4). Agrega-se a isso o fato de que a valorização e “*investimento em cultura é agente transformador de uma sociedade que se converte num ativo cultural capaz de dinamizar a mudança*”<sup>30</sup> (BAUMAN, 2005a, grifo nosso).

---

30 A idéia da resistência cultural em termos políticos, tem seu expoente, no meio ocidental, no decorrer dos anos 1970, onde pensar a “cultura” foi sendo considerada como arma estratégica de oposição. A “contra-cultura” agrupou um conjunto de idéias e práticas que tinham como denominador comum a crítica ao princípio da racionalidade técnica e do super desenvolvimento das sociedades industriais.



A lusofonia visualizada enquanto espaço simbólico e político que se investe de valor “performativo” (FIORIN, 2005 In NEVES, 2005, p. 644), no sentido de, segundo Rivera (1999), orientar o comportamento dos atores sociais, e lhes oferecer sentido (In NEVES, 2005, p. 644), sendo ainda mais pertinente a cultura como dinamizadora da mudança. Portanto, resta saber se nas condições atuais, a inevitável valorização da matriz cultural portuguesa contribuem ou não para a continuação da dominação cultural, ou ainda para o cerceamento da possibilidade de dinamizar mudanças sociais.

No laço da cultura com a ideologia e consequentemente com a política, como acima referido, também é possível perceber na lusofonia os mesmos mecanismos sugeridos por Thompson (1995).

Destacamos aqui a aplicabilidade das duas primeiras formas “operacionais” da ideologia que Thompson (1995) identifica: a legitimação e a dissimulação. Pois o esquecimento e memória seletivas do passado comum na lusofonia permitem a “invenção de uma tradição” (processo da legitimação); e mantêm as relações de dominação por meio das estratégias de deslocamento e eufemização (processo da dissimulação). Na lusofonia isso se dá pela própria construção da ideia da lusofonia que “parece estar condicionada pelo esquecimento, mas igualmente, pela memória do passado colonial, os dois necessariamente seletivos, que se articulam para sustentar um espaço privilegiado de ideologização e mistificação associado à partilha de um passado, de uma língua comuns e de uma identidade cultural” (MEDEIROS, 2005, p. 17).

Esta narrativa seletiva do passado colonial toca também no que Bourdieu (1989) definiu como poder de nomear, de definir o mundo segundo determinada concepção assumida como legítima, que “determina e constrói a realidade e tende a estabelecer a ordem, numa concepção homogênea de tempo, do espaço, da causa, que possibilita a concordância entre as partes” (p. 9)

Por fim, tendo em conta a performance dos mitos na divisão social do mundo prático e dos mesmos instrumentalizados enquanto poder simbólico, bem como as “maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder” (THOMPSON, 1995, p. 75) torna-se possível associar a lusofonia com a dimensão simbólica do poder que concorre para a divisão internacional em áreas de influência.

### ***1.2.4 – A ordenação lusófona***

A externalização da reflexão a situações mundiais permite encontrar na alteridade dos processos culturais as pistas e os elementos produtores de “significados suplementares” (SCHRIEWER, 1993 In MADEIRA, 2003, p. 42). No caso atinente, a externalização a situações mundiais refere a emergência da lusofonia à criação de universos simbólicos transnacionais.

As sociedades transnacionais, cujos projetos difundiram-se mesmo antes da globalização se impor como variável dominante, foram fracionadas em processos de formação de blocos “regionais” e de “regionalização” contrapostos e ao mesmo tempo inseridos na lógica expansiva da globalização hegemônica superveniente, dentre tantos exemplos possíveis o Mercosul, a União Européia, a União Africana; a francofonia, a Commonwealth Britânica, a lusofonia, o panarabismo que desenvolvem, por exemplo, linhas diferenciadas na unidade do continente africano (MOREIRA, 2004 In MARTINS, 2004, p. 89), apenas para citar alguns deles.

Nestas circunstâncias, a tarefa de harmonizar tão diferenciadas e múltiplas filiações, umas baseadas na experiência e na história, outras induzidas pelas leituras do futuro premente, é certamente uma tarefa mobilizadora para os governos que exercitam todos uma soberania em crise<sup>31</sup> (MARTINS, 2004, p. 90). Assim, o argumentário e os atributos mobilizados nesses processos são os mais distintos, envolvendo quase sempre um fator cultural e apresentando força simbólica.

Como acima colocado, a cultura como mito, como imaginação simbólica, implica numa representação social própria da natureza dos mitos. Por sua vez, as

---

31 O debate sobre as alterações provocadas pela globalização no que tange ao papel e à soberania do estado nacional é amplo e controverso. Sinteticamente, podemos referir alguns pontos importantes que têm sido debatidos. Segundo Jessop (1995) a transformação do poder do Estado pode ser identificada em três tendências: 1) a desnacionalização do Estado – o esvaziamento do aparelho estatal, devido ao fato das capacidades do Estado estarem sendo reorganizadas, tanto em termos territoriais como funcionais, quer ao nível subnacional como ao nível supranacional, pelas “novas” dinâmicas de interação do cenário internacional; 2) a des-estatização dos regimes políticos – de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para outro assente em parcerias entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o Estado tem o papel de coordenação; 3) a internacionalização do Estado nacional – relacionada com o aumento do impacto estratégico do contexto internacional na atuação do Estado e na adequação das condições internas às exigências transnacionais (In SANTOS, 2003).

representações sociais são definições do real que concorrem para a realidade das (di)visões sociais do mundo (BOURDIEU, 1980, p. 65), e consequentemente para a “harmonização” das diferenças.

A natureza retórica dos mitos ao dividir a realidade chama à existência aquilo que enuncia: a ordenação simbólica do mundo. No caso da lusofonia, isso pode ser exemplificado, com a forma como a mesma tem sido “utilizada” em Moçambique e em Timor-Leste. No primeiro caso, esta figura (lusofonia) exprime o combate simbólico entre o caminho lusófono e o caminho anglófono, posto que o país participa quer da CPLP quer da Commonwealth. No caso de Timor-leste, o combate simbólico é mais complexo, disputando a “vida imaginária” entre lusofonia, anglofonia e a opção bahasa indonésia (MARTINS, 2004, pp. 90-91).

A lusofonia, como expressão simbólica, mitológica<sup>32</sup>, constitui-se enquanto particular categoria de palavras que integra o vasto conjunto de palavras com as quais são encenadas a relação entre o “nós e os outros” (lusófonos e não lusófonos) e exprime pertenças e identidades culturais delimitando territórios. É, por isso uma classificação prática que concorre para uma divisão social do mundo e:

“sendo uma classificação prática, a *lusofonia* está subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais. Com efeito, nesta figura encena-se o campo de um combate, sendo que se trata de um combate por uma determinada ordenação simbólica do mundo, o que também quer dizer, por uma específica ordenação do mundo” (MARTINS, 2004, p.90, grifo nosso).

O combate nessa “luta simbólica”, expresso nas palavras de Martins (2006) insere-se na concorrência pela divisão da comunidade internacional em áreas de influência culturais. A lusofonia, dessa forma, concorre para tal divisão, e está inserida, segundo o autor, na lógica de uma globalização multiculturalista e paradoxalmente regionalista:

“Deste modo, diante do [...] processo da globalização cosmopolita, que pela economia e pela tecnologia se erguem diante de nós, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, aquilo que motiva a lusofonia como coisa sua é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas, uma globalização paradoxalmente regionalista, que se alimenta de um imaginário de territórios, memórias e

---

32 A idéia da expressão mitológica da lusofonia aqui é entendida nos termos acima descritas, num porvir de imaginário e mitos coletivamente construídos (LOURENÇO, 1999) e na ocupação desse “vazio” mitológico pela re-leitura dos mitos imperiais.

paisagens vivos e concretos” (MARTINS, 2004, p. 91).

É nessa condição que a lusofonia (idéia e objeto) pode ser entendida como um particularismo regional localizado percebido como resposta à tendência mundial de “homogeneização cultural”, teoricamente explicada pelos processos de globalização (MADEIRA, 2003, p. 42).

Segundo Santos (2001a) a globalização pressupõe sempre uma localização, já que o que é denominado como globalização é a globalização bem sucedida de um localismo, e dessa forma não existe uma condição global para a qual não se encontre uma raiz local:

“Nesse modo de produção de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos ou pelo reconhecimento da diferença. A vitória traduz-se na faculdade de *ditar os termos de integração, da competição e da inclusão*. No caso do reconhecimento da diferença, *o localismo globalizado implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a consequente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas*”(SANTOS, 2001, p. 71, grifo nosso)

Ao afirmar que a globalização implica um localismo globalizado, Santos (2001a) entende que uma vez identificado determinado processo de globalização, o seu sentido e explicação integrais não podem ser obtidos sem se ter em conta os processos subjacentes de realocização<sup>33</sup> que com ele ocorrem em simultâneo ou sequencialmente. É de tal maneira, nessa dinâmica entre localismos globalizados e o impacto dos mesmos em diversas realidades, nomeados por Santos (2001a) de globalismos localizados, que se inserem as formas de expressão linguísticas e culturais:

“A medida que se globalizam o hambúrguer ou a pizza, se localiza o bolinho de bacalhau português ou a feijoada brasileira, no sentido em que estão cada vez mais vistos como particularismos típicos da sociedade portuguesa ou brasileira” (SANTOS, 2001, p. 70)

De forma análoga também a globalização da língua inglesa, como consequência

---

33 Segundo Santos (2001) os *processos de realocização* apresentam duas vertentes: (1)os *globalismos localizados*, ou seja o impacto específico nas condições locais produzidos pela práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados, nesse sentido, pode-se referir que a medida que o cinema hollywoodiano se globaliza, contribui para a localização, ou etnização, do cinema hindu (p.73); (2) as *práticas de “localização”* que surgem numa lógica em que “numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra os seus malefícios não pode deixar de ser a reterritorialização, a redescoberta do sentido de lugar e da comunidade” (SANTOS, 2002a, p. 72)

localiza cada vez mais a língua portuguesa na sua esfera de compreensão “lusófona”. A globalização tem na sua “língua franca” – o inglês – o grande expoente deste localismo globalizado. O fato do inglês se propagar como língua global implicou na localização de outras línguas potencialmente globais (SILVA, 2005b, p.22). Alguns autores, como Phillipson (1992; 2003) tem nomeado esta presença “envolvente” da língua inglesa como *imperialismo linguístico*. Defendem que a sua afirmação global e o seu estabelecimento como língua de comunicação internacional constitui “não uma mera consequência natural das escolhas perfilhadas pelos falantes, não pensada antecipadamente pelos responsáveis econômicos e políticos dos países anglófonos, mas antes corresponde a uma afirmação do seu poder, através da imposição da língua inglesa como língua econômica, política e cultural” (SILVA; 2005b, p. 22).

Nesse sentido, a tentativa de sobrevalorizar o espaço da língua portuguesa e potencialização do uso da língua portuguesa por parte das agências municipais, nacionais ou internacionais advindas dos países de língua oficial portuguesa, sobretudo Brasil e Portugal (que dispõem de mais honorários para o investimento na expansão da língua) insere-se na própria lógica da globalização que relega ao português um localismo muito próprio: “hoje o tropo culturalista da língua e a vaga noção de um passado comum parecem infiltrar-se como tentativas de reconstruir uma entidade pós-colonial capaz de *contrabalançar o efeito de erosão da globalização [...]*”(ALMEIDA, 2002, p. 33).

É assim, no embate à suposta “homogeneização” advinda da globalização hegemônica, que a lusofonia insere-se primeiro como parte própria do processo, e depois como tentativa de afirmação e diferenciação cultural. Como coloca Baptista (2003), frequentemente a “tradição” torna-se bandeira política e econômica que se ergue em nome de uma vontade de afirmação e de poder (p. 46).

Também nesse sentido a lusofonia toma de empréstimo do luso-tropicalismo o pendor *culturalista* e *regionalista*<sup>34</sup> (MARTINS, 2004, p. 90). No que tange ao pendor *culturalista* do discurso lusófono, a crítica feita “tem salientado a ideia de que esta

---

34 “O luso-tropicalismo propôs-nos um *culturalismo regionalista*. Não nos propôs sobretudo, nem necessariamente, o ‘modo português de estar no mundo’, como o Estado Novo salazarista o adoptou nos anos cinquenta e sessenta. Propôs-nos, sim, um multiculturalismo com o denominador comum de uma língua como pátria” (MARTINS, 2004, p. 7)

[lusofonia] representa uma versão actualizada do lusotropicalismo, servindo funções de legitimação dum neocolonialismo contemporâneo” (SEIXAS, 2007, p. 133). Na mesma direção, pelo lado *regionalista*, a este tipo de comunidades fundamentadas em torno da expressão linguística – não só a lusofonia, como a francofonia e a anglofonia e as suas respectivas “Commonwealth” – estão sendo expressas, por muitos estudos realizados nessa temática, como uma forma de manutenção e imposição da hegemonia, num sentido de prevaência da vontade política estatal que “tem significado a legitimação do neocolonialismo”<sup>35</sup> (SANTOS, 2002a, p. 75). Como sugere Rosário (2007):

“A década de 60 do século passado é conhecida por década de África. A maior parte das colónias africanas da Grã-Bretanha e França tornaram-se estados independentes na primeira metade dessa década. Os interesses políticos e sobretudo económicos fizeram com que as ex-potências coloniais desenhasssem uma estratégia de continuidade com outra roupagem. Quer isto dizer que, ao *colonialismo clássico se seguia o panorama neocolonial. E uma das configurações que esse novo modelo tomou foi o de comunidade linguística*. Assim nasceram as comunidades francófona e anglófona. Contudo, um olhar mais atento há de provar-nos que a língua como factor de formação das comunidades em apreço não passava de um pretexto. A França, por exemplo, manteve a sua presença ostensivamente, indo da moeda até a presença militar, através da Legião Francesa, com o único fito de salvaguardar os seus interesses. A francofonia e anglofonia é sobretudo um produto neo-colonial” (p. 3, grifo nosso)

Enfim, importa dizer que a lusofonia, idéia e objeto, que se transforma em componente prática posto ser um poder assente na dimensão simbólico-cultural circunscrita através da língua, disputa nesta luta simbólica da globalização “multiculturalista” o poder de definir a realidade, assim como também o poder de impor, internacionalmente, essa definição (MARTINS, 2004) ou na expressão de Bourdieu (1998) essa di/visão do mundo.

E o faz porque, neste entendimento, a figura de lusofonia não é “uma coisa” diferente da realidade social das distintas comunidades nacionais onde se processa esse

---

35 A transformação do colonialismo português em neocolonialismo linguístico é discutida por Santos (2002). Para o autor, a colonização portuguesa apresentou especificidades e diferenças que não só marcaram o período colonial como marcam atualmente o momento “pós-colonial”, especificidade que se deu pela posição “semiperiférica” (porque comparado com o colonialismo hegemônico inglês) que Portugal tem ocupado no sistema mundial desde o século XVII. Como consequência pós-colonial dessa “condição” portuguesa pode-se indagar sobre a configuração de forças dentro desse espaço, se ela seria antes um “colonialismo interno do poder” (advindo e perpetuado pelas elites locais nos países ex-colônias portuguesas) ou/e um “neocolonialismo” (permanência da “égide” portuguesa nesses países) (SANTOS, 2002a, pp. 23-27).

combate simbólico. É pelo fato de as representações sociais da realidade não serem estranhas à própria realidade social destes países<sup>36</sup> que à figura de lusofonia é possível conferir qualquer eficácia simbólica, e também política (MARTINS, 2004). Pese embora a debilidade da mesma face as demandas da geografia política, pois “o conceito de lusofonia que inspira, na actual contextura política, a retórica, a práxis e o argumentário político [...] revela diminuta proficiência e a incapacidade de se afirmar globalmente como uma área cultural de influência” (COSTA; VARELA, 2009, p.4).

É neste interesse pela ordenação simbólica do mundo que se torna possível relacionar a língua, e a lusofonia, com diversas instituições (sociais, culturais, económicas, políticas) em diferentes espaços-tempo compatíveis com lógicas e racionalidades muito próprias que refletem posições de força no campo prático (MADEIRA, 2003, p. 11). A diversidade de posicionamentos políticos, ideológicos e identitários que a institucionalização da lusofonia subscreve é diretamente proporcional à diversidade dos contextos e realidades, de concepções e interesses “nacionais” e da cultura estratégica que lhe circunscreve (COSTA; VARELA, 2009, p. 6).

Nessa direção que abordamos a seguir, inicialmente, a institucionalização da lusofonia através de algumas representantes da mesma, nomeadamente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (ALUP); e a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA).

---

36 Não se quer aqui dizer que a lusofonia é imaginada, partilhada, vivida e inserida da mesma maneira em cada um dos espaços que a compõem (como tem-se procurado demonstrar). Antes, que esta não é categoria estranha a estas realidades posto o próprio passado recente, o que implica referir as assimetrias nas quais esteve assente e nas consequências que as mesmas implicam inclusive na configuração internacional de poder

## **CAPÍTULO II – INSTITUIÇÕES DA LUSOFONIA: UCCLA; AULP; CPLP**

*“Não pode haver ausência de boca nas palavras: nenhuma fica desamparada do ser que a revelou” (Manoel de Barros, 1996 – Livro sobre nada)*

No capítulo anterior procuramos debater como o “mito” e a cultura estão intimamente relacionados e dão forma à história (DURAN, 1997 In MARTINS, 2004, p. 4), possibilitando referir que a ordenação simbólica do mundo passa pela leitura dos mitos que cercam a mesma; assumindo assim um caráter político, para além do cultural.

Em contraponto, segundo Bourdieu (1998) a história toma forma a partir da palavra da instituição, pois a instituição “enquanto ator, é criadora de representação legítima, produz a realidade, chama à existência aquilo que enuncia” (p. 21). Bourdieu atribui à palavra institucional um *intuitus originarius*, cujo modelo é a palavra divina, e faz a instituição criar *ex nihilo*. Nesse sentido, Oriol (1985) entende que o poder das instituições é sempre condicionado e Barthes (1984), para quem o mito assume papel na história, próximo da idéia defendida no primeiro capítulo deste trabalho, dirá que a instituição não dá forma à história, antes a deforma (p. 198).

Compartilhamos aqui da simultaneidade de fatores (“mítico” e “institucional”) na atribuição de sentido à história e na “condução” da realidade político-social. Tendo já dimensionado a “parcela” mítica dessa configuração, focaremos nesse capítulo no papel das instituições no ordenamento lusófono do sistema internacional.

Antes de mais, faz-se necessário revelar as condicionantes que nos levaram a escolher, dentre as possíveis, as três instituições que se apresentam. Iniciando pela mais evidente delas, atualmente a CPLP é considerada como a “Comunidade de referência lusófona” (LOURENÇO, 1999, p. 178), sendo muitas vezes comum o embaralhamento entre a CPLP e o “conceito-idéia” da lusofonia. E, ainda, a CPLP é composta pelos atores frequentemente considerados “centrais” nas dinâmicas internacionais (os Estados), assumindo representatividade nos processos e dinâmicas internacionais.

No que tangencia a UCCLA, a mesma ao ser considerada como uma Rede de Cidades (abaixo descrita) insere-se num processo atual de descentralização do papel dos Estados na configuração internacional, que vem ganhando maior relevância devido ao que se tem denominado como a “crise do Estado-nação” na “era da globalização”.



Acresce à UCCLA o fato da organização ser uma das pioneiras na temática da lusofonia, antecedendo as duas outras.

No que se refere a AULP, a sua escolha foi condicionada por duas assertivas. A primeira diz respeito a colocação de Lourenço quanto ao fato de que não há imaginário que possa ser designado como efetivamente partilhado na lusofonia senão pelo “*voluntarismo das comunidades académicas existentes ou em vias de instituição nestes países*” (In BAPTISTA, 2003, p. 51, grifo nosso). E a segunda é alusiva ao papel das comunidades académicas, ou ainda das elites intelectuais, na consolidação de “idéias” e “hegemonias” fortemente vinculadas ao Estado.

A apresentação das instituições é feita consoante a fundação das mesmas, respeitando a ordem cronológica: UCCLA (1985); AULP (1986); CPLP (1996).

Antes de adentrarmos as instituições propriamente, fez-se necessário compreender o que significa o papel assumido por instituições na ordenação do sistema internacional. Para tanto, nos valem aqui das contribuições da teoria crítica e mais especificamente da leitura de Robert Cox (1995) sobre a importância que as mesmas (as instituições) assumem ao contribuírem para a consolidação de “hegemonias” e manutenção da ordem.

## **II.1 – Uma leitura crítica sobre as instituições**

A teoria crítica desenvolveu-se na Escola de Frankfurt nos anos 20, tendo como proponente principal, desde 1945, Jürgen Habermas (MELLO, 1999, p. 160). A teoria crítica afasta-se das teorias tradicionais positivistas (que apregoam a neutralidade da ciência) evidenciando que a ciência não é neutra posto que as teorias que a sustentam são dimensionadas e condicionadas pela influência social, cultural e ideológica (SILVA, 2005a, p. 258):

*“O mundo é visto de uma posição definida em termos de nação ou classe social; de dominação ou subordinação; de ascensão ou declínio de poder; de um sentido de imobilidade ou de crise atual; de experiências passadas e de esperanças e expectativas para o futuro. Uma teoria jamais é a expressão pura e simples de sua perspectiva. Por outro lado, quanto maior a sua sofisticação,*

mais ela reflete sobre si e transcende sua perspectiva. Por conseguinte, *não existe teoria por si só, divorciada de sua posição no tempo e no espaço*. Quando uma teoria se apresenta como tal, faz-se necessário examiná-la como uma ideologia, e tentar revelar sua perspectiva” (COX, 1995, p. 87, grifo nosso).

De tal maneira, dentro da produção científica tanto pode haver “uma teoria interessada na manutenção da atual ordem das coisas, como pode haver teorias interessadas em sua transformação” (SILVA, 2005a, p. 260). A ciência é, portanto, normativa e sempre elaborada por alguém e com um objetivo (MELLO, 2005, p. 159). A origem conceitual da teoria crítica pode ser melhor entendida através da distinção que Cox elaborou entre teoria crítica e o que ele chama de abordagens de “resolução de problemas”:

“ – *A abordagem de resolução de problemas* toma o mundo como dado, como ela o encontra, com suas relações de poder existentes e as instituições onde estas se organizam, como marco dado para a ação. O objetivo é fazer com que estas relações e estas instituições funcionem melhor. No campo da Ciência Política, a abordagem de resolução de problemas preocupa-se em analisar o funcionamento e a eficiência de determinadas instituições, arranjos ou sistemas políticos, sem questionar a existência de tais instituições, suas origens, seu papel histórico, e seu potencial de mudança. Em Relações Internacionais, estuda-se temas de política externa, as relações diplomáticas entre países, suas relações econômicas, o funcionamento de instituições internacionais, problemas de defesa, estratégia, ou guerras. Mas não se questiona a ordem internacional que deu origem a tais relações diplomáticas, estratégias ou instituições.

– *A teoria crítica*, em contraste, baseia-se em um questionamento da ordem vigente, no caso, a ordem internacional, mas também a ordem social e a ordem econômica, um questionamento de suas origens e de sua legitimidade. O objetivo é considerar possibilidades de mudança em tal ordem. Ou seja, a teoria crítica está comprometida com a análise do potencial existente para mudanças e transformações estruturais na ordem internacional e com a construção de estratégias de mudança. Neste sentido, ela contém um elemento normativo a favor de uma ordem internacional distinta. (MELLO, 1999, pp. 160 – 161, grifo do autor, sublinhado nosso)

Tendo em conta os pressupostos da teoria crítica, sucintamente descritos, esta reflexão acerca das instituições lusófonas busca o questionamento da ordem vigente no “universo da língua portuguesa”. Não pretendendo, pela análise do funcionamento e da eficácia, propor “reformas” ou visionar um “melhor funcionamento” de tais instituições, como reclamam as “abordagens de resolução de problemas”, descrevemos as instituições mencionadas com a intenção de visualizar a forma como o conceito-ideia da lusofonia vem sendo instrumentalizado pelas mesmas a fim de lhes conferir

determinada legitimidade.

Posto isso, faz-se importante discorrer, ainda que brevemente, sobre o conceito de hegemonia que Cox “importa” de Gramsci para o entendimento das Relações Internacionais, pois o mesmo permite perceber o papel que as instituições assumem na ordenação do mundo contemporâneo.

Simplificadamente, o conceito gramsciano de hegemonia parte da noção de uma ordem política relativamente incontestada e habitualmente aceita de maneira passiva, combinando coerção e consentimento. A hegemonia, exercida por forças sociais que controlam o Estado, tem por finalidade a produção do consentimento nas demais esferas sociais (GRAMSCI, 2000). Esclarece Silva (2005a) que “Gramsci entendeu que os valores morais, políticos e culturais do grupo dominante são dissipados por meio das instituições da sociedade civil<sup>37</sup>, obtendo o status de significados intersubjetivos compartilhados, daí a noção de consentimento” (p. 264). Nessa perspectiva, as ideologias dominantes proliferam-se de forma a passarem a qualidade de senso comum.

Pese embora as dificuldades da transposição da teoria política gramsciana (sobre a política doméstica italiana nas décadas de 1920 e 1930) para a esfera internacional ou para a política mundial, observa-se que “os autores dessa corrente [gramsciana] têm obtido um êxito surpreendente”<sup>38</sup> (SILVA, 2005a, p. 266). Tem-se creditado à Robert Cox o mérito da introdução de Gramsci no estudo da Política Internacional, há no entanto, que destacar outros nomes como Gill (1993; 1998) e Jardim (2002), por exemplo.

Ao buscar entender as “ordens mundiais” e a dinâmica da política internacional, Cox (1995) se apropria das fontes de estabilidade de um dado sistema, bem como das dinâmicas de transformação do mesmo. Procurando perceber como se estruturam as

---

37 O sentido do termo “sociedade civil” prende-se com as redes de instituições e práticas da sociedade que gozam de relativa autonomia do Estado, por meio das quais grupos e indivíduos se organizam e se representam (SILVA, 2005a, p. 265). De tal maneira, a consolidação da hegemonia dá-se pela proliferação das ideologias dominantes provenientes das elites que controlam o Estado, a ponto de serem reproduzidas pelas estruturas da sociedade civil.

38 Não sendo o objeto de estudo dessa tese o “êxito” ou “mérito” da leitura neogramsciana para as Relações Internacionais, cabe-nos admitir a existência de debates sobre a sua validade inserida nos debates teóricos do campo das RI.

relações verticais<sup>39</sup> de poder na política mundial introduz a *hegemonia* como um “conceito central para explicar a manutenção da estabilidade e continuidade no domínio internacional quanto para o nível doméstico” (COX, 1995). Afastando-se da noção de hegemonia entendida pelo realismo (supremacia dos Estados mais poderosos), Cox (1995) a *identifica como uma relação*<sup>40</sup> *que combina capacidades materiais*<sup>41</sup>, *idéias*<sup>42</sup> *e instituições* (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 143).

Nenhuma dessas três categorias de forças (recursos materiais, idéias e instituições) que atuam sobre as estruturas históricas se sobrepõe às demais, determinando o seu conteúdo ou direção, elas “*têm uma relação de mútua determinação que varia de acordo com as circunstâncias históricas*. Não podemos dizer, *a priori*, que as capacidades materiais serão decisivas para definir o pano de fundo sobre o qual se desenrola uma ação” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 144, grifo nosso). Tendo isso em consideração, e olhando para o objetivo central desse capítulo (visualizar a sedimentação da ordenação simbólica que a lusofonia chama para si através das suas instituições), é possível ater à “parcela institucional”<sup>43</sup> que compõe a noção de hegemonia apresentada por Cox (1995).

---

39 A idéia de *dimensão vertical*, de “relações verticais de poder”, faz alusão e contraposição a percepção da Teoria Realista das RI que entende as relações de poder entre Estados como relações *horizontais*, baseadas nos conceitos de soberania e de anarquia do sistema internacional. Nesse sentido, a teoria crítica, dirige o foco da sua atenção a dominação dos Estados mais poderosos sobre os mais fracos, conferindo a verticalidade dessa relação (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 142).

40 A combinação destes fatores permite assumir que as Relações Internacionais são dinâmicas e passíveis de alterações, e não estanques como propõem as análises realistas.

41 As *capacidades materiais* dizem respeito à esfera econômica da estrutura social. Como tal, incluem o potencial tecnológico e organizacional; portanto, denotam não somente como qualquer sociedade se reproduz em sua base material, mas também a maneira como essa reprodução é planejada, antecipada (COX, 1995). Podem ser também, as capacidades produtivas ou de destruição, no caso dos armamentos, além das já mencionadas capacidades tecnológicas e a organização burocrática do Estado (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 145).

42 As *idéias* podem ser compartilhadas por meio de comunicação intersubjetiva (cultura, regras sociais) ou visões de mundo sobre o que é desejável ou legítimo (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 145).

43 Podemos sugerir que no caso da lusofonia, as instituições desempenham papel sobressaliente (conjuntamente com as “idéias”) face as fracas bases e capacidades materiais dos países envolvidos. Primeiro porque, e nisso se insere a discussão sobre o “centro” da lusofonia, se o Brasil tem superado Portugal no que se refere as suas capacidades produtivas, é ainda Portugal que apresenta relações econômicas mais fortes com os países africanos da lusofonia, muito embora o “caso” de Cabo Verde venha demonstrar que as relações com a África na política externa brasileira tem ganhado força nos últimos anos (FERREIRA; TORRES, 2001).

Segundo Cox (1995), as instituições – “amalgamas de idéias e poder material” – são fundamentais na dinâmica da ordem mundial:

“ [elas] desempenham *função vital na estabilização e perpetuação de uma ordem particular*. Originalmente, tendem a reforçar as relações de poder estabelecidas, cultivando imagens coletivas compatíveis. Contudo, no decorrer do tempo, imagens coletivas rivais ou até instituições concorrentes podem ser criadas e lançadas. *As instituições refletem, por conseguinte, uma combinação específica de idéias e poder material*, entretanto, podem também transcender a ordem original e influenciar o desenvolvimento de novas idéias e capacidades materiais” (In SILVA, 2005a, p. 267, grifo nosso)

As instituições assumem importância, portanto, quer para a manutenção do sistema vigente como para a transcendência do mesmo. Cox (1995) incorpora do pensamento gramsciano a esfera política e normativa e aplica às Relações Internacionais, sendo que “esse pensamento permite *valorizar o papel das instituições e das idéias na interpretação dos processos de construção das ordens mundiais*” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 145, grifo nosso).

É nesse ponto que se insere a problemática dos intelectuais face às instituições, já que estas resultam das visões sustentadas por “certa classe de agentes”:

“As instituições internacionais – e as organizações em especial – não vem à luz como emanações espontâneas da operação dos mercados e dos dinamismos sociais que estes implicam. Elas *resultam de ações de alcance estratégico informadas por visões de longo prazo sustentadas por certa classe de agentes*. Aqui se situa a problemática gramsciana dos intelectuais” (VELASCO e CRUZ, 2000, p. 44, grifo nosso)

Tal problemática abrange a formação e o papel dos intelectuais orgânicos na condução “intelectual e moral” das sociedades contemporâneas. Gramsci (2000) atribui aos intelectuais orgânicos a “tarefa” de alteração da cultura política e da cultura “objetiva” por via do combate cultural a fim de alterar a ordem vigente e amadurecer a sociedade para uma nova proposta política<sup>44</sup>. Elucidam Costa e Varela (2009) que “a distinção estabelecida entre “domínio” (momento da força) e direcção (organização do consenso) é fundamental: o *grupo dominante não se torna dirigente senão quando chega, por intermédio dos seus intelectuais, a exercer a sua hegemonia sobre a*

---

44 “A possibilidade de mudar os vectores da cultura subjectiva dos indivíduos através de uma intensa operação de propaganda ao nível da cultura política (Gramsci, 1989) com implicações sobre a fórmula política dominante e o figurino do discurso legitimador” (COSTA; VARELA, 2009)

*sociedade inteira* (COSTA; VARELA, 2009, grifo nosso)

Nessa direção, pode-se relacionar a importância dos intelectuais também na função das “idéias” na tríade de Cox (1995). A esfera ideológica coxiana subdivide-se em duas partes. De um lado, o conceito de *significados intersubjetivos*, que afetam a conservação de hábitos e subsidiam expectativas quanto ao comportamento social – aqui os Estados são exemplos notórios na política mundial, uma vez que representam formas generalizadas de comunidade política (COX, 1995). Por outro lado, o que é designado como *imagens coletivas* da ordem social, que constituem juízos diversos sobre os significados de justiça e dos bens públicos, sobre a legitimidade das relações de poder presentemente cultivadas. Enquanto significados intersubjetivos tendem a ser largamente generalizados em dado contexto histórico, as imagens coletivas são significativamente mais numerosas e divergentes (SILVA, 2005a, pp. 266-267).

Assim, de acordo com o que foi exposto aqui, o conceito de hegemonia de Cox (1995) ao “envolve(r) *processos de institucionalização e de construção de legitimidade que viabilizam o papel dirigente das classes dominantes nas esferas mais importantes da política mundial*” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 146, grifo nosso), ganha relevância e muni-nos de justificativas para pensarmos a lusofonia, tanto se considerarmos a sua definição como uma “noção geral intelectualmente elaborada pelas elites [...] explicitamente assumida pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados” (RODRIGUES ALVES, 2007, p. 4); como se refletirmos acerca do papel que assumem as suas instituições.

## **II.2 – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas**

### ***II.2.1 – Rede de Cidades: cooperação descentralizada***

A UCCLA é auto-denominada, em seu estatuto de constituição, como uma associação intermunicipal de natureza internacional (UCCLA, 2008) sendo, portanto, facilmente “classificada” como uma Rede de Cidades.

Genericamente, as redes de cidades são caracterizadas pela atuação

descentralizada do poder estatal e que insere as unidades subnacionais como atores do sistema internacional<sup>45</sup>. A intensificação da globalização (para além da discussão teórica) redireciona a atuação dos Estados nacionais. Estes, comumente, têm se voltado mais para a gestão dos impactos causados pelo “fenômeno” no setor econômico dos países acabando por relegar as políticas sociais a um segundo plano. Esta nova conduta estatal pressiona os governos locais que se vêem abandonados do suporte dos governos centrais frente às políticas sociais e culturais. Nessa situação, as autarquias municipais buscam novas formas de administração pública e de gestão de políticas (TREVAS, 2004).

Desejosas de solucionar as dificuldades enfrentadas e à procura de *know how* para a formulação de novas políticas públicas, as cidades encontram na cooperação internacional a fonte geradora de conhecimento e de intercâmbio de experiências. Assim, a inserção internacional dos municípios, e as diferentes formas de cooperação entre eles visam suprir essas necessidades comuns, já que os fatos não são mais compreendidos como fenômenos isolados mas como consequência da interação mundial, de seus benefícios e de seus agravantes (SERRACINI, 2007, p. 27) A atuação das redes de cidades é de toda variada, abrangendo

“a troca ou intercâmbio cultural, transferência tecnológica, transferência de recursos (financiados ou a fundo perdido), ampliação das relações econômicas e comerciais, inserção do município ou de seus setores econômicos em redes de comércio justo e solidário, divulgação e legitimação de ações e projetos municipais, além de participação em redes e congressos internacionais, que permitem a troca de experiências, exposição, divulgação e debates das ações das prefeituras” (CALDAS, LACZYNSKI, EVANGELISTA, 2003, p. 3).

As redes de cidades surgem de uma nova forma de relacionamento entre as localidades, não baseada em elementos geográficos, mas sim em interesses específicos

---

45 A inserção internacional de atores não estatais vem originando discussões entre as diversas Teorias das Relações Internacionais – realistas/neo-realistas, liberais/neo-liberais, marxistas/neo-marxistas, construtivistas, teóricos críticos, pós-modernos, pós-estruturalistas, feministas, pós-coloniais – todos, a sua maneira, têm vindo a questionar quais são os atores das RI e o peso que os mesmos assumem na construção desse cenário. Já é amplamente aceite que configuração do sistema internacional não se limita aos Estados Nacionais, nessa direção também tem-se atentado para a divisão entre o plano doméstico e plano internacional, segundo Romero (2004): “a separação entre a política internacional, historicamente sob a responsabilidade dos governos centrais, e a política doméstica, de responsabilidade dos governos locais não mais se aplica” (p.22)

comuns (CAPELLO, 2001). As redes de cidades formam-se, de maneira geral, em torno de eixos temáticos, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade gerada pelas transformações culturais e socioeconómicas, recorrentes da aceleração do processo de mundialização.

## ***II.2.2 – Surgimento e atuação***

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), também denominada como União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, é uma associação intermunicipal, sem fins lucrativos, de âmbito internacional e multilateral. Atualmente formam parte da União 30 cidades distribuídas em 5 continentes, sendo 2 em Angola (Luanda; Huambo), 7 no Brasil (Brasília; Belém; Belo Horizonte; Natal; Porto Alegre; Rio de Janeiro; Salvador); 5 em Cabo Verde (Praia; Assomada – Santa Catarina; Ribeira Grande de Santiago; São Filipe; São Vicente – Mindelo), 1 na China (Macau), 5 na Guiné Bissau (Bissau; Bafatá; Bolama; Cacheu; Gabu), 3 em Moçambique (Maputo; Beira, Ilha de Moçambique), 3 em Portugal (Lisboa; Coimbra; Guimarães), 2 em São Tomé e Príncipe (Água Grande – São Tomé; Santo António do Príncipe) e 2 em Timor-Leste (Díli e Oecussi – Ambeno).

Tais cidades são classificadas como membros efetivos ou associados de acordo com os estatutos da UCCLA que divide seus membros em três tipos: (1) *membros efetivos* – antigas e atuais cidades capitais de língua portuguesa; (2) *membros associados* – cidades de língua portuguesa que apresentem particularidades relevantes para os objetivos e fins buscados pela União e aquelas cidades que apresentem componente significativa histórica ou cultural ligada a qualquer dos países dos membros efetivos; (3) *membros apoiantes* – pessoas coletivas públicas, concordatárias e privadas.

A UCCLA foi fundada a 28 de Junho de 1985 num acordo firmado entre os representantes das cidades de Bissau, Lisboa, Maputo, Praia, Rio de Janeiro, São Tomé e Macau, em cerimônia realizada no Padrão dos Descobrimentos em Belém – Lisboa. Tendo sido concebida pelo então presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o engenheiro Nuno Kruz Abicasis.

Antecedem a constituição formal da União dois momentos que contribuem para a consolidação da “necessidade” e “oportunidade” de formar esta junção de cidades. Em



primeiro lugar destaca-se a germinação<sup>46</sup> entre as cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro em 10 de junho de 1980, quando fora anunciada a intenção de formar uma rede de cidades lusófonas, sendo este, portanto, o “embrião” da UCCLA. Um segundo momento anterior é a fundação das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI), datada de 12 de outubro de 1982 e impulsionada pelo presidente da Câmara Municipal de Madrid da época. Contudo, a formação da UCCI se afigurava insuficiente para Nuno Kruz Abicassis: “visto se resumir a 2 continentes, bem como o facto de essas cidades terem mais de uma língua, diminuindo assim a coesão do projeto e a operacionalidade” (UCCLA, 2010, p. 30), vindo a UCCLA a ser fundada para superar estes limites.

O desenvolvimento histórico da organização é dividido em dois principais períodos, sendo o primeiro subdividido em duas fases: a primeira mais institucional e diplomática, conhecida como a fase de constituição e alargamento da União, “caracterizada por *grande envolvimento e quase financiamento exclusivo da CML*, nomeadamente em significativos projetos de infraestruturas urbanas” (UCCLA, 2010, p. 31, grifo nosso). E a segunda fase do primeiro período é marcada pela crise econômica e pela procura, a partir de 2005, de fonte complementar de financiamento.

O segundo período de desenvolvimento da UCCLA inicia-se com as XXV e XXVI Assembléias-Gerais. Nestas assembléias são propostas as mudanças estatutárias (a eleição da presidência da Comissão Executiva) e a assunção da presidência pela cidade de Salvador, respectivamente. Com as mudanças estatutárias busca-se o aprofundamento da democracia interna, a co-responsabilização maior de todas as cidades membros, e possibilidade de uma maior transparência do funcionamento da associação (UCCLA, 2010, p. 31).

Segundo seu estatuto de constituição “A União tem por objetivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bemestar dos seus habitantes” (ESTATUTOS UCCLA, 2010, art. 3)

---

46 Esta nomenclatura pode ser entendida como sinônimo de “irmanamento”. O irmanamento de cidades, normalmente, restringe-se a uma carta de intenções buscando estreitar os laços culturais e de cooperação entre as cidades, sendo que na maioria dos casos os efeitos de tal ato são apenas protocolares (FRONZAGLIA, 2007, p. 90)

A associação compartilha de valores comuns às organizações não governamentais para o desenvolvimento, tendo contudo, um caráter mais amplo, geoestratégico e global (UCCLA, 2010, p. 27). Dentre seus objetivos, estão expostos no seu estatuto de constituição:

- “a) Fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de todo o tipo entre as Cidades membro, outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e Comunidades Lusófonas;
  - b) Promover o desenvolvimento de iniciativas económicas, comerciais e industriais pelas empresas com as Cidades membro;
  - c) Estudar todas as questões que afectam a vida, atividade e problemas das cidades e Comunidades Lusófonas que façam parte da União;
  - d) Promover os direitos de vizinhança e, especialmente, o direito ao progresso na Paz e o da participação dos cidadãos nos assuntos públicos e no cada vez mais amplo campo das relações municipais, nacionais e internacionais;
  - e) Promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades, procurando a solidariedade e cooperação entre as mesmas, especialmente através de geminações e acordos;
  - f) Organizar encontros e atividades que sirvam para o intercâmbio efetivo de conhecimento e experiências em todos os sectores, designadamente, o económico, o cultural, o técnico-profissional e o turístico;
  - g) Promover a execução de projetos de formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários e agentes das administrações das cidades e empresas membro;
  - h) Incrementar as relações entre a União, os seus membros e as cidades com relevante componente histórico-cultural de raiz lusófona”.
- (ESTATUTOS UCCLA, 2010 – art. 4)

Organiza-se em órgãos sociais com funções específicas, sendo eles: (1) *Assembleia Geral* – órgão soberano composto de todos os membros efetivos ativos (com representatividade igualitária), associados e apoiantes, que delibera sobre as atividades respeitantes a “política” da organização (2) *Comissão Executiva* – constituída por um presidente eleito e quatro vice-presidências, tendo como função gerir as atividades da União e o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral; (3) *Conselho Consultivo Empresarial* – órgão de consulta da União sobre as orçamentos e Planos de Actividades do ano com capacidade de pronunciamento acerca dos fins estatutários, sendo integrada pelos membros apoiantes de caráter empresarial, o Presidente da Comissão Executiva e o Secretário-Geral; (4) *Secretaria-Geral* – o Secretário-Geral é eleito pela Comissão Executiva, é o representante mais direto da organização; (5) *Conselho Fiscal* – constituído por um presidente dois vogais e dois suplentes eleitos em Assembleia Geral, tem por competência examinar a gestão económica e financeira da UCCLA e dar parecer sobre o Relatório de contas.

No que tange às finanças, as fontes de rendimento da organização advêm

sobretudo das “jóias” (parcela doada à organização aquando da entrada dos membros) e das quotas pagas pelos seus membros. Durante cerca de 20 anos a UCCLA recebeu financiamento quase que exclusivo da Câmara Municipal de Lisboa. No ano de 2005 a associação passou a procurar outras fontes de financiamento externos, e para tanto a União fundou a URB-África – organização não-governamental para o desenvolvimento – através da qual pode agilizar sua capacidade de intervenção e concorrer aos financiamentos de agências de cooperação internacional, principalmente da Comissão Europeia e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). A partir de então, a UCCLA tem elaborado e candidatado projetos, estes são importantes quer face à situação financeira, quer na efetividade das ações realizadas: “foram estes projetos que, pela premência em resolver estrangulamentos financeiros internos, passaram a ser em grande medida a atividade prioritária da UCCLA” (UCCLA, 2010, p. 184).

A União encontra-se “funcionalmente” dividida em Gabinetes que desenvolvem trabalhos respectivos as suas áreas de atuação, agrupados em três pilares: (1) pilar institucional, (2) pilar da cooperação, (3) pilar das empresas (UCCLA, 2010, p. 185)

O pilar institucional<sup>47</sup> tem como prioridades (1) o alargamento da organização a todas as “antigas capitais”, sendo expresso na adesão recente de Coimbra (Maio/2010), e na pretensão de integração de cidades como Angra do Heroísmo (Portugal), M-Banza Congo e Benguela (Angola); (2) o reforço das capacidades técnicas suplementares junto de municípios portugueses com forte percentagem de população advinda de outros países lusófonos, ao qual já resulta na candidatura a adesão de Sintra, Oeiras, Almada e Odivelas; (3) o aumento da participação do Brasil na UCCLA: “o Brasil deve ser o motor da Lusofonia que ainda não é” (UCCLA, 2010, p. 185); (4) a criação de redes temáticas; (5) ações bi ou multilaterais (UCCLA, 2010, pp. 184-185).

Quanto ao pilar da cooperação<sup>48</sup>, os projetos desenvolvidos concentram-se na

---

47 No que toca ao “pilar institucional” a UCCLA realizou os seguintes projetos no biênio 2009/2010: Semana de Natal em Lisboa e de Lisboa em Natal por ocasião da adesão da cidade de Natal à UCCLA; Comemoração da classificação da Cidade Velha (Cabo Verde) como Património Mundial da Humanidade classificada pela UNESCO (2009); Homenagem a Arménio Vieira, Prémio Camões 2009; Participação na 2ª Edição dos “Dias do Desenvolvimento” (organizado pelo IPAD); Colaboração no evento “Macau e China em Lisboa”, que assinala os 10 anos da Criação da Região Administrativa Especial de Macau e os 30 anos de Reatamento das Relações Diplomáticas entre a República Popular da China e Portugal (UCCLA, online)

48 Dentre os projetos relativos ao mesmo último biênio (2009/2010), podemos destacar: “Projecto Educar

luta contra a pobreza urbana “com especial incidência na sensibilização e capacitação das populações e em acções para a melhoria das condições sanitárias, para a diminuição da mortalidade materna e infantil em sintonia com os objectivos do Milénio” (UCCLA online) e a formação profissional. Nesse sentido, a UCCLA tem atenção a questões como o abastecimento de água, redes de esgotos, resíduos sólidos, campanhas sanitárias, educação e formação, saúde, educação para o desenvolvimento e migrações (UCCLA, 2010, p. 185).

No planeamento para os próximos anos na área de cooperação, a UCCLA tem como objetivo “desenvolver a ação cultural, quase sempre em parcerias, onde o *know-how* dos nossos técnicos seja mais necessário e com os reduzidos meios financeiros” (UCCLA, 2010, p. 186) e, ainda implementar um “corpo de voluntários” que apoie as atividades da UCCLA, formado por pessoas com larga experiência (na sua maioria recém-reformados), a fim de apoiar a elaboração de projetos (desde a concepção à atuação em terreno) (UCCLA, online).

Face ao pilar empresas, cerca de 30 empresas são associadas à UCCLA, sendo que enquanto umas cooperam através de suas quotizações, outras o fazem através de serviços. Historicamente, sobretudo nos primórdios da organização quando as relações entre os países lusófonos apresentavam maiores entraves, a atuação da UCCLA visou a busca de trocas: “a UCCLA facilitou a introdução de muitas empresas – *em especial portuguesas* – noutros mercados” (UCCLA, 2010, p. 186, grifo nosso). No entanto, assume a organização que os serviços prestados tem sido maiores por parte das empresas com relação à UCCLA, do que o inverso.

Nesse sentido, a organização apresenta duas estratégias de atuação para os próximos anos relativo a empresas dividindo-as em dois grupos com focos diferenciados de prestação de serviços. Para as grandes empresas (que não necessitam de intermediação nos seus contatos com as cidades) a UCCLA investirá na questão da

---

para a Prevenção Primária em Saúde” (Dili/Timor-Leste); “Projecto Palcos – Projecto de Luta Contra a Sida através do Teatro do Oprimido” (Maputo/Moçambique); “Projecto Trienal de Combate ao HIV / SIDA” (Maputo/Moçambique); “Projecto Migrações e Igualdade de Oportunidades” (Lisboa/Portugal); “Projecto Unidade de Gestão do Plano Director de Águas (Ilha de São Tomé/São Tomé e Príncipe); “Projecto Descentralização e Participação Comunitária na Gestão dos Resíduos Sólidos na Cidade de S. Tomé” (engloba o Distrito de Água Grande em São Tomé e Príncipe); “Projecto Pensar Global, Agir Global” (Mindelo/Cabo Verde); entre outros (UCCLA, online).

responsabilidade social se propondo enquanto “executor sério e competente no desenvolvimento e na gestão de projetos culturais, assistenciais ou de desenvolvimento” (UCCLA, 2010, p. 187). Para as pequenas e médias empresas a União sedimentar parcerias e facilitar a realização de negócios, promovendo fóruns de empresas que atuem no âmbito municipal em diversos assuntos (arruamentos, águas, saneamento, tráfego, cultura, etc.) e dará maior atenção ao setor do turismo.

### ***II.2.3 – UCCLA e a lusofonia***

É notório, desde a sua concepção, o enfático discurso lusófono como também a forte presença da matriz cultural e material portuguesa na mesma. Exemplo dos mesmos, o trecho abaixo, retirado do documento comemorativo dos 25 anos da União, refere-se ao ato de sua fundação destacando a localidade em que foi realizada como local simbólico da expressividade portuguesa e, de onde toda a “oportunidade” lusófona se originaria:

*“Não podia ser mais significativo, quer a ocasião, quer o local escolhido para a cerimónia de fundação da UCCLA. De forma a envolver um carácter cultural, ainda mais relevante, foi ela programada para o momento da inauguração do Centro Cultural, no interior do monumento à abertura de Portugal ao Mundo, através da Expansão Portuguesa – a Caravela de Pedra, ancorada na barra de Lisboa” (UCCLA, 2010, p.28, grifo nosso)*

A organização foi idealizada pelo seu fundador, Nuno Kruz Abicasis, como uma comunidade de cidades capitais dos países de expressão portuguesa, unidas por este denominador comum, e que pudesse favorecer o desenvolvimento intenso entre as relações institucionais das suas cidades (UCCLA, 2010, p. 25). Desde logo, a língua portuguesa é fator diferenciador que gera a identificação comum e que sedimenta o discurso legitimador da instituição. A evocação de “valores” e “princípios comuns” de todos aqueles que o manto da língua portuguesa cobre, tornam-se explicitos no trecho acima destacado, e ainda no que se segue. No entendimento de seu idealizador-fundador, a UCCLA era tanto mais pertinente quanto:

*“por ser homogénea na língua e nos sentimentos, pelas centenas de milhões de homens que já hoje envolvia, [e na medida em que] os povos de língua portuguesa, por causa do seu eminente humanismo, estavam particularmente vocacionados para influenciarem as decisões das instâncias internacionais em que se decide o destino do Mundo, no sentido da solidariedade e da Paz”*

(ABECASIS, 2000 In UCCLA, 2010, p. 27, grifo do autor, sublinhado nosso).

Este último trecho, exemplifica não só a unidade forjada de valores partilhados pelos povos lusófonos, como descreve também o próprio papel que cumprem as instituições e a ordenação simbólica do mundo ao qual se predispõe a retórica da lusofonia, o que se dá inclusive pelas ações implementadas e acima mencionadas. Novamente, pode-se perceber a “unidade” na descrição das intenções iniciais da união em “potenciar a grande dimensão da afetividade que une os países lusófonos” (UCCLA, 2010, p. 183). Nas palavras do engenheiro Nuno Kruz Abecasis, seriam elas:

“recuperar todos os valores culturais, históricos de convívio e de respeito mútuo, que se haviam forjado no passado comum, e pressagiava a vontade de construir uma comunidade de povos livres e independentes, unidos pelo uso *de uma mesma língua e marcados por idênticos valores*” (ABECASIS, 2000 In UCCLA, 2010, p. 27, grifo nosso).

O papel, o discurso e as ações desempenhadas pela UCCLA cobrem amplamente as propostas e narrativas lusófonas desde a época de sua fundação até os dias atuais. A matriz linguístico-cultural portuguesa, a qual tem sido atribuída a possibilidade de maior e provável entendimento entre distintas realidades sócio-políticas – a “vantagem” lusófona – é facilmente percebida na referência feita a suposta “falta de eficácia” da “antecessora” da UCCLA, a UCCI, bem como o aspecto “restrito” que a mesma apresentava aquando da fundação da UCCLA, e que ancoram a justificativa e motivação para a existência desta com relação a UCCI: “visto se resumir a 2 continentes, bem como o facto de essas cidades terem mais de uma língua, diminuindo assim a coesão do projeto e a operacionalidade” (UCCLA, 2010, p. 30).

É de se destacar também a saliência do “lado” português que se faz presente em toda a história, discurso e ação que envolve a organização. Nesse sentido, o livro comemorativo dos 25 anos da UCCLA assume estar dentro das intenções de sua fundação a “preocupação de projetar Lisboa no Mundo” (UCCLA, 2010, p. 186). Não é por acaso, portanto, que a instituição tenha estado, ao longo desses 25 anos, fortemente atrelada a CML. A se observar que durante mais de 20 anos a Presidência da organização foi exercida também pela CML, tendo alterado essa situação apenas com a assunção de Salvador (Brasil) para o cargo em 2009, e ainda que dentre os inúmeros secretários-gerais que a organização teve, apenas um não era português (tendo sido igualmente indicado pela CML).

Nessa direção as reformas estatutárias aprovadas na Assembléia-Geral XXV indicam a abertura e a democratização da união condizentes com as relações mais sedimentadas e fluidas entre estas cidades, comparativamente ao momento de sua constituição. Reformas estas que apontam também para uma maior presença brasileira na organização, indo ao encontro do que a mesma compreende como sendo o “papel do Brasil na lusofonia”, posta a sua expressão geopolítica e o vínculo com a matriz cultural portuguesa:

“Com efeito, pelo seu peso populacional, pelo mosaico humano que comporta, pelo sucesso das suas políticas – que muito se assentou nos últimos anos e *que fazem dele o único BRIC que partilha os valores ocidentais*, porque é uma democracia consolidada e, além do mais, *fala nossa língua comum*. O Brasil deve ser o motor da Lusofonia que ainda não é” (UCCLA, 2010, p. 185).

Retomando o vínculo “português” da organização, podemos ainda destacar novamente o papel da CML no que toca o funcionamento e financiamento da UCCLA. Apesar da procura de novas fontes de financiamento, dentre as principais, também o Instituto *Português* de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), a UCCLA continua ainda fortemente vinculada a CML. É de se destacar que a Sede da União encontra-se em Lisboa, em edifício cedido pela CML e que o seu quadro de funcionários forma-se, majoritariamente, por funcionários da CML em regime de destacamento. Assim, assume a própria organização: “a CML continua a ser uma 'âncora' da União, sem cujo apoio não subsistiria (instalações, destacamento de funcionários, meios de funcionamento, apoio financeiro)” (UCCLA, 2010, p. 184).

A fundação da UCCLA é também associada a um “espírito pioneiro”. Em primeiro lugar no que se refere ao contexto da organização de cidades em redes internacionais. A formação de redes<sup>49</sup> só se intensifica na década de 1990 com a criação da Rede Eurocidades (Europa) e a Rede Mercocidades (América do Sul), apesar de já terem sido impulsionadas algumas redes na década anterior (FRONZAGLIA, 2005, p. 129), sendo a UCCLA umas delas. Depois, também pioneira no que tange a lusofonia. A UCCLA “pressagiava a vontade de construir uma comunidade de povos livres e

---

49 Frise-se, contudo, que algumas associações internacionais de cidade e autoridades locais foram fundadas antes deste período, como a IULA – International Union of Local Authorities que surgida em 1913, e a FMCU – Federação Mundial das Cidades Unidas, fundada no início da década de cinquenta na França (FRONZAGLIA, 2005, p. 129)

independentes” que viria a se consolidar em 1996 com a criação da CPLP, influenciando “o perfil de constituição posterior da CPLP” (UCCLA, 2010, p. 30). Dessa forma, a UCCLA é uma organização de especial importância no que se refere a lusofonia, antecipando o que viria a ser a comunidade de países e sedimentando um discurso e uma prática lusófona.

## **II.3. – Associação das Universidades de Língua Portuguesa**

### ***II.3.1 – Rede de Universidades: cooperação científica***

A AULP é uma organização internacional constituída por Universidades e Instituições de Ensino e Investigação de nível superior dos países de língua oficial portuguesa e Macau. A organização procura promover a cooperação entre universidades e instituições de ensino e investigação de nível superior. Pelas características que apresenta, sobretudo face aos seus objetivos, a AULP pode ser entendida como uma organização *da e para* a comunidade científica lusófona assente nas propostas da colaboração e cooperação científica.

A cooperação científica tem partido do suposto de que as “ligações intelectuais entre as idéias dos cientistas se estabelecem através de relações sociais” (ZIMAN,1979 In VANZ; STUMP,2010,p.43). Aproximando-se dessa assertiva, a concepção de Bernal (1939) aponta para a ciência como uma atividade eminentemente social, visto que os resultados por ela produzidos são utilizados pela e em prol da sociedade (In VANZ; STUMP,2010, p.43). Assim, sob esta perspectiva, pode-se sugerir que “o avanço da ciência depende da interação entre os cientistas” (VANZ; STUMP,2010, p.43).

A colaboração científica não apresenta consenso em como considerar o auxílio, a cooperação, entre pesquisadores: “tem sido definida como dois ou mais cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos” (In VANZ; STUMP, 2010, p. 45). De tal maneira, o contato direto entre duas ou mais pessoas é a unidade fundamental da colaboração, porém, outros níveis de colaboração são identificadas por Vanz e Stump (2010):



“entre pesquisadores de um mesmo departamento ou programa de pós-graduação (SILVA et al., 2006; MAIA; CAREGNATO, 2008); entre diferentes departamentos de uma mesma universidade (WANG et al., 2005); entre grupos de pesquisa e comunidades de uma área do conhecimento (HOU; KRETSCHMER; LIU, 2008); *entre diferentes instituições*; entre setores da organização social, por exemplo, governo, universidade, empresa privada (LETA; GLÄNZEL; THIJIS, 2006; LEYDESDORFF, 2003); *entre regiões geográficas e países* (ZHANG; GUO, 1997; WANG et al., 2005) (p. 47, grifo nosso)

No que se refere a colaboração internacional acadêmica, Zitt, Bassecoulard e Okubo (2000) afirmaram que “este tipo de colaboração é influenciada por fatores econômicos e pela proximidade entre os países, tanto físico-geográfica quanto no sentido *“imaterial, ou seja, através de afinidade cultural em aspectos históricos e linguísticos”* (In VANZ, STUMP, 2010, p. 50)

### ***II.3.2 – Surgimento e atuação***

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa é uma organização de organizações, não governamental, uma rede institucional de saberes e conhecimento.

Atualmente, a organização é composta por membros titulares presentes nos oito países de língua oficial portuguesa e na região autónoma de Macau. Não cabendo aqui nomeá-los a todos, referimos apenas o número de instituições participantes e representantes segundo o país em que se inserem, sendo elas: 9 em Angola; 55 no Brasil; 7 em Cabo-Verde; 3 na Guiné-Bissau; 6 em Macau, 5 em Moçambique; 43 em Portugal; 1 em São Tomé e Príncipe; e, 1 em Timor-Leste. Dentre os membros associados a AULP conta hoje com 6 instituições nos Estados Unidos; 1 na França; 2 na Itália; 2 em Macau e 1 em Portugal (sendo esta a UCCLA) (ALUP, online).

Segundo os Estatutos da AULP, são considerados membros titulares “as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Países e Regiões de Língua Portuguesa”. Entre os membros associados encontram-se “os Departamentos de Estudos Portugueses, de Estudos Brasileiros, de Estudos Africanos, de Estudos Latino - Americanos e de Estudos Luso - Asiáticos que, não sendo total ou parcialmente de Língua portuguesa, se identifiquem com os objectivos da associação e, ainda, as associações, fundações ou outras organizações que se dediquem a actividades

ligadas ao Ensino Superior, Investigação e Cultura”. E como membros honorários são incluídos “todas as pessoas, físicas ou morais, qualquer que seja a sua nacionalidade, que tenham prestado relevantes serviços à Associação e que sejam aprovados pela Assembleia-Geral” (ALUP – ESTATUTOS, 2005).

A Associação foi fundada na Cidade da Praia em Cabo Verde a 27 de Novembro de 1986, por representantes de 5 instituições brasileiras (Universidades Federais Fluminense, do Maranhão, do Espírito Santo, Universidade Católica de Pelotas e Universidade de Caxias do Sul); 5 de caboverdianas (INIA, INIT/INIDA, CEPES/ISE, Escola Náutica/ISECMAR, Instituto Amílcar Cabral); 1 guineense (INDE); 1 moçambicana (Universidade Eduardo Mondlane); 3 portuguesas (Universidades de Aveiro, Coimbra, Técnica de Lisboa). Aquando do surgimento, a organização tinha como tarefa “lançar as bases para a criação de uma associação que abraçasse todas as instituições de ensino superior dos países lusófonos” (ALUP, 2002, p. 95).

Inicialmente, a AULP contava com uma estrutura muito leve que procurava reverter todas as verbas disponíveis em projetos de cooperação, propriamente. Nesta primeira fase, a sede da associação seria a Instituição do Presidente eleito em Assembléia, que teria também o direito de escolher um Secretário-Geral. A falta de uma sede fixa mostrou-se ineficaz e desvantajosa. Em decorrência da experiência, procedeu-se em Abril de 1993 a alteração estatutária que abriu o segundo ciclo da AULP. A partir de então, a organização passou a ter sede em Lisboa e o Secretariado-Geral passou a ser órgão eleito, dotado de poderes próprios e dos representacionais que lhe fossem atribuídos (AULP, 2002, p. 97).

Em 1999 foi iniciado um debate alargado que tencionava “revigorar e dinamizar as funções da AULP no seu espaço próprio de actuação e mobilizar as Instituições Associadas no sentido de assumirem uma participação mais efectiva e empenhada na prossecução dos objectivos da Associação” (AULP, 2002, p. 97), sendo portanto um marco na história do funcionamento da organização. O documento intitulado “Repensar a AULP” (2001) encontra-se fundamentado em três frentes: (1) sobre os objetivos; (2) sobre o alargamento; (3) sobre a nova situação (AULP, 2002, pp. 99-100).

No que se refere aos objetivos da organização o documento assumiu como prioridade, para além dos objetivos definidos no ato de constituição, “rastrear a

cooperação bilateral e privilegiar a cooperação multilateral”, procurando estabelecer “relações transnacionais com, e entre as instituições nacionais dos diferentes países lusófonos” (AULP, 2002, p. 98). Esta assertiva visa “mais do que uma multitude de protocolos bilaterais, o estabelecimento de relações multilaterais ao serviço dos interesses comuns, a começar pelas políticas de ensino de cada país” (AULP, 2002, p. 100).

Quanto ao alargamento da Associação são apontadas as mudanças da realidade interna de cada país que pertence a AULP, no que diz respeito ao sistema de ensino superior, e as realidades amplamente distintas entre os mesmos como dificuldades para a forma como se deveria proceder o alargamento da organização. Dentre as propostas feitas pelo documento, a admissão de membros deveria ser analisada por uma Comissão de Análise de Candidaturas, o que foi em parte incorporada pelas reformas estatutárias seguintes<sup>50</sup>.

Para além das necessidades internas dessa “revisão” encontra-se também como marco no decurso histórico da organização o vínculo estabelecido entre a AULP e a CPLP através do Protocolo de Cooperação com a CPLP (17 de Julho de 2000) que confrontou a AULP com “uma nova dimensão de responsabilidade política” (AULP, 2002, p. 100) ao que o documento intitula como “nova situação da AULP”. Nesse entendimento, a organização passa a assumir dois níveis de atuação: o político e o operacional. No que respeita ao plano político, a AULP comprometeu-se, na altura da assinatura do protocolo, a criar um Grupo de Trabalho Conjunto com a CPLP afim de assegurar a concertação entre ambas na apresentação de propostas. No plano operacional, foram propostas a criação de Comissões Científicas a fim de concretizar às propostas aprovadas entre os mesmos (AULP, 2002, pp.100-101).

Quanto aos objetivos a AULP assume, estatutariamente, as seguintes competências que visionam atingir o seu objetivo central – a cooperação entre seus membros:

“a) Promover e apoiar iniciativas que visem o *desenvolvimento da Língua*

---

50 Foi formada uma Comissão de Análise de Candidaturas, no entanto as candidaturas ainda são dependentes do Conselho de Reitores do país do qual provém a Instituição que se candidata, conforme o que era proposto pelo documento, as instituições deveriam ser legalmente reconhecidas sem que houvesse qualquer ligação com o Conselho de Reitores (AULP, 2002).

*Portuguesa;*

b) Receber e apoiar o contributo de todos os que, em Universidades e Instituições de Ensino Superior de diferentes idiomas, *estudam a Língua Portuguesa e as culturas nela veiculadas;*

c) Promover projectos de investigação científica e tecnológica conjuntos nas áreas ou temas de interesse dos associados, estimulando o conhecimento da realidade a cooperação entre os povos e o desenvolvimento de cada um dos Países;

d) Incrementar o intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes e pessoal administrativo com vista à participação em acções de natureza pedagógica, científica, cultural e administrativa que se realizem em cada um dos membros da Associação.

e) Promover a circulação de informação científica, técnica, pedagógica e cultural, o intercâmbio de revistas e publicações científicas, bem como a edição conjunta e a divulgação de trabalhos científicos;

f) Estimular a elaboração de acordos bilaterais e multilaterais entre os membros da Associação em todos os domínios do seu interesse e particularmente no âmbito das equivalências de habilitações literárias e graus científicos e académicos conferidos pelas Instituições associadas;

g) Fomentar a reflexão sobre o papel do Ensino Superior, suas estruturas e meios de acção no mundo actual e particularmente nas sociedades em que estão inseridas;

h) Apoiar a criação de estruturas de ensino e de investigação que facilitem a realização dos fins da Associação;

i) Desenvolver colaboração com as associações congéneres de outras áreas linguísticas, bem como organizações internacionais no âmbito do Ensino Superior da Ciência e da Cultura” (Capítulo I – Objectivos - Art.º 2.º – ESTATUTOS AULP, 2005, grifo nosso)

No que se refere aos órgãos sociais da Associação, são eles e suas respectivas funções: (1) *Assembleia-Geral* – órgão supremo composto de todos os membros titulares com direito a voto<sup>51</sup>. Compete à Assembleia-Geral decidir a política geral da Associação; (2) *Presidente da Associação* – eleito dentre os membros titulares, sendo o cargo exercido pelo dirigente da Instituição eleita, é o representante máximo da AULP e igualmente exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (3) *Conselho de Administração* – é o órgão executivo da organização, composto pelo Presidente da Associação, 4 Vice-presidentes, 5 vogais efetivos, 4 vogais suplentes (todos eleitos) e o Secretário-Geral (cooptado pelo Conselho, sendo sempre do país onde a Associação estiver sediada), competindo ao Conselho de Administração cumprir as decisões da Assembleia-Geral; (4) *Conselho Fiscal* – composto por um presidente, 2 vogais efetivos e 2 vogais suplentes, eleitos pela Assembleia-Geral, tem como função examinar anualmente as contas do ano anterior e elabora um relatório de contas a ser submetido à Assembleia-Geral através do Conselho de Administração (AULP, online).

---

<sup>51</sup>Para as tomadas de decisão é atribuído ao conjunto das Instituições de cada país a mesma capacidade de decisão dentro do princípio da paridade de votos (AULP, 2002)

No que tange às finanças, a Associação é financiada pelas quotas anuais pagas pelos membros titulares e pelos membros associados e, pelas ações promovidas para obter outras fontes de financiamento (AULP, online). Nesse sentido, em 1999, a associação foi registrada como Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD) face ao Instituto de Cooperação Portuguesa (atual IPAD), para que pudesse facultar o acesso aos fundos de Cooperação do Governo Português. Complementar a este foi também efetivado o registro para o benefício de Mecenato Cultural no Ministério da Cultura de Portugal, passando a AULP a beneficiar-se integralmente dos apoios especiais que organizações sediadas em Portugal queiram atribuir-lhe a título de mecenato cultural (AULP, 2002, p. 27).

Dentre os pilares de atuação da AULP, três grandes projetos tem permanecido ao longo dos mais de 20 anos de sua existência: (1) projeto de formação avançada; (2) projeto revistas; (3) projeto encontros.

Ao que se direciona o primeiro projeto, diz respeito a atribuição de bolsas de estudos para mestrados e doutoramentos, destinados especialmente a quadros das Universidades e Instituições de Ensino Superior dos Países Africanos e lusófonos (AULP, 2002, p. 96). É de se destacar também, que a Associação tem concedido prêmios de investigação, como o “Prêmio Fernão Mendes Pinto” (AULP, online).

Quanto ao “Projeto Revista” visou a “criação de uma revista que fosse instrumento de divulgação de trabalhos científicos produzidos no interior das instituições associadas” (AULP, p. 96). As publicações da Associação visam o implemento e a potencialização da troca de informações, posto ser esse um dos objetivos perseguidos pela mesma, podendo elas serem agrupadas da seguinte forma: (1) Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – para divulgar os trabalhos realizados sobre ensino, investigação, organização universitária e o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento dos países de língua portuguesa, promovendo a troca de informações; (2) Cadernos Temáticos – com o objetivo de coligir textos originais ou traduzidos sobre o Ensino e a Investigação de Nível Superior, procurando abrir espaço para a reflexão acerca do futuro do ensino superior; (3) Atas dos Encontros AULP; (4) Carta informativa – publicada a fim de divulgar ao público interno as iniciativas levadas a cabo pela organização (AULP, 2002, pp. 31-34).

Quanto ao “Projeto Encontros” tem sido materializado em reuniões científicas periódicas destinadas a abordar os problemas da Língua, do Ensino Superior e do desenvolvimento dos países de língua portuguesa (AULP, 2002, p. 96). Vem sendo publicados, anualmente, as Atas dos Encontros da AULP, conforme acima mencionado.

Até o ano de 2002, haviam sido distribuídas mais de 60 bolsas de estudo para formação avançada, mestrados e doutoramentos, financiados (modestamente, segundo a organização) 26 projetos de investigação e facilitadas missões de docentes e investigadores, publicados 17 números da Revista e diversos cadernos temáticos, e, realizados 10 encontros científicos, de que foram publicadas as respectivas atas (AULP, 2002, p. 96).

### ***II.3.3 – AULP e a lusofonia***

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa tem como aspiração “contribuir para a afirmação do potencial humano, científico, cultural, do 'Mundo da Lusofonia” (AULP, 2002, p. 11). De tal maneira, também no discurso e na atuação da AULP, a língua portuguesa é maximizada como denominador comum capaz de agregar os povos intitulados como lusófonos, como demonstra o seu objetivo inicial: “*o estreitamento cooperativo da comunidade de países que se exprimem em língua portuguesa*, destinada a promover a cooperação entre universidades e instituições de ensino e investigação de nível superior (ALUP, online, grifo nosso).

Da mesma forma, a unidade forjada entre aqueles que partilham dessa língua percorre o discurso da AULP, de forma muito menos explícita e frequente se comparada com as outras duas instituições estudadas. A assertiva a seguir é ilustrativa:

“Após 20 anos de actividade, a AULP multiplica esforços no sentido de *consolidar laços* e promover acções conjuntas entre os seus membros, para que se opere o reconhecimento da importância e da *força desta comunidade de pessoas que falam a língua portuguesa* e, sobretudo, que fazem investigação e estudos superiores” (AULP, online, grifo nosso).

Como a UCCLA, a AULP é uma instituição que pode ser considerada como uma das primeiras organizações fundadas em torno da temática da lusofonia, acrescentando a importância da mesma na sedimentação da lusofonia:

“Como sempre, e mais uma vez, as Instituições de Ensino Superior viam mais longe e, antecipando-se em dez anos à Constituição dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conseguiram pela vontade comum criar um *instrumento vocacionado para promover a cooperação e a solidariedade entre os povos que falam a mesma língua*: a **Associação das Universidades de Língua Portuguesa**” (AULP, 2002, p. 95, destaque do autor, grifo nosso).

No que toca a cooperação, a AULP procura “extravasar” a concepção meramente científica da colaboração. É possível percebermos que a mesma atribui-se papel no desenvolvimento econômico-social dos países em que atua:

“A cooperação entre universidades, em especial a que se realiza para além das fronteiras de um país, sempre foi um importante *pilar para o avanço do conhecimento científico, das artes e da cultura, bem como para que os resultados desse progresso se revertam em desenvolvimento social*. Compartilhando trajetórias culturais diversas e servindo-se da mesma língua, os países de língua portuguesa têm amplas possibilidades de ampliarem sua integração e cooperação, com proveito para todos. Neste sentido, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é um espaço privilegiado para que os temas do conhecimento e da educação sejam abordados de forma cooperativa e pertinente aos nossos povos. *O propósito de nossos projetos comuns deve ser sempre o desenvolvimento de nossos países, em todos os planos - científico, cultural, artístico, econômico e social -, articulados com vistas à promoção do desenvolvimento sustentado*. Considero essencial que tais projetos incorporem programas de intercâmbio de professores e estudantes e a execução conjunta de pesquisas, de forma a *contribuir para uma aproximação de nossas sociedades e para um maior conhecimento mútuo*” (Mensagem do atual presidente da AULP, prof. Professor Doutor Clélio Campolina Diniz – UFMG In AULP, online, grifo nosso)

A partir dessa “mensagem” é possível relacionarmos dois fatos importantes. Em primeiro lugar, a ampliação do papel das universidades (e a cooperação entre elas) no desenvolvimento dos países em que atuam. Posicionamento que corrobora o papel que a CPLP, na figura de Hélder Vaz Lopes em sua intervenção no XVIII Encontro da AULP, confere às universidades. Segundo o então diretor-geral da CPLP:

“As Universidades e Institutos Superiores são e podem ser cada vez mais, no contexto do relacionamento entre os Estados de Língua Portuguesa, instrumentos de desenvolvimento, contribuindo para a redução da pobreza e para a criação de comunidades sustentáveis, melhorando a educação e as competências, promovendo a igualdade de oportunidades entre os jovens de diversas condições sociais e de géneros, promovendo um clima favorável à disseminação do conhecimento e à sua aplicação prática na sociedade e nas empresas, promovendo a produtividade e, por via da inovação, estimulando o emprego, e também apoiando a melhoria dos sistemas de governação, na saúde, na educação, na vertente ambiental e de ordenamento de território, em suma, na criação de factores de competitividade das nossas Nações no exigente contexto da globalização” (LOPES, 2008, p. 28)

O diretor-geral da CPLP indica ainda a possibilidade/necessidade de criação de uma Rede de Universidades de Língua Portuguesa, em que estariam agregadas sub-redes de cooperação temáticas articuladas com a necessidade de outros atores locais contribuindo para a aproximação da cooperação intra-universitária com as realidades territoriais dos países da CPLP (LOPES, 2008, p. 30).

Em segundo lugar, a “mensagem” faz alusão ao (des)conhecimento mútuo interno ao universo da lusofonia. Comumente tem-se verificado que as análises sobre a “inoperância”, principalmente da CPLP, têm sido explicada também pela falta de conhecimento recíproco entre os seus participantes: “o desconhecimento mútuo da diversidade política, social, económica e cultural que encerra o espaço 'lusófono' [...] [é um dos] factores explicativos de uma estrutura institucional ainda incipiente e que espelha as debilidades de uma organização em processo de maturação política” (COSTA; VARELA, 2009, p. 8). Nessa direção é relevante o Prémio Cooperação-AULP (atual Prémio Fernão Mendes) atribuído em 2001 ao nível dos estudos de cooperação institucional, e que visou “fomentar o aparecimento de estudos sobre cooperação no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na certeza de que um melhor conhecimento da situação existente permitiria promover ou patrocinar novas e mais amplas formas de cooperação (bi ou multilateral)” (AULP, 2002, p. 19).

Assim, a cooperação científica, se efetiva, é, em um primeiro plano, facilitador da reversão do desconhecimento existente entre estas elites políticas e intelectuais, mesmo porque de tal desconhecimento também faz parte a “cúpula política dos respectivos países” (COSTA; VARELA, 2009, p. 9), sendo, portanto, um instrumento para uma maior aproximação entre estes.

Por fim, o vínculo da AULP com a CPLP faz com que a associação assuma “um papel fundamental junto de um organismo político, a CPLP, que lhe abre um conjunto de novas perspectivas e acrescidas responsabilidades” (AULP, 2002, p. 100). Coloca-se então, a questão acerca dos propósitos, para além do discurso, dessa atuação internacional da AULP, no sentido de atentar para a influência do poder na produção intelectual e para a estreita relação entre a produção do conhecimento e a dominação social, como colocou a Escola de Frankfurt. Ora, se o conhecimento pode ser (e o é, em grande medida) um instrumento de manutenção do *status quo*, a quem respeita a produção do mesmo é questão de suma importância.



## **II.4 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

### ***II.4.1 – Rede de Países: comunidade linguística***

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, é caracterizada como uma “comunidade linguística” tendo como princípio fundador e como matriz diferenciadora a junção de países em torno de uma língua “comum”.

As comunidades linguísticas, como todas as comunidades formalmente constituídas, são resultados de atos de vontade, de fatos constitutivos aprovados pelos Estados que decidem “aproveitar” o que têm “em comum” determinados por interesses comuns (partilhados por todos) e interesses próprios (de cada um ou partilhado apenas por alguns) convergindo para que se constitua uma comunidade.

No caso das comunidades linguísticas, alguns dos interesses comuns podem ser sintetizados da seguinte forma: (1) a proteção da língua e da cultura internamente nos Estados membros, pois a língua é entendida como elemento de coesão nacional, e também internacionalmente no sentido da divulgação e de sedimentação da presença da mesma; (2) o reforço de poder e de influência na comunidade internacional, mas facilmente “realizada” pelo peso coletivo; (3) a resistência a perda de poder, tendencial na multiplicação de atores internacionais e comunidades regionais; (4) a obtenção de meios de pressão e influência tanto junto de países doutras regiões como das organizações internacionais (GOMES; 2003).

Genericamente, dentre os interesses particulares de cada um dos membros Gomes (2003) agrupa-os em (1) países mais desenvolvidos, para os quais os interesses particulares encontram-se na manutenção da influência sobre os países que utilizam a mesma língua, influência esta que estaria em risco de se perder; (2) os demais países, se interessariam em manter e criar este tipo de comunidade para assegurar a manutenção de relações privilegiadas de cooperação para o desenvolvimento, incluindo a concessão de estatutos privilegiados nas áreas da educação e da formação tecnológica e até tratamento mais favorável para os seus emigrantes.

Convém, no entanto, atentar para o fato de que existem diferentes “tipos” de comunidades linguísticas, e as características aqui descritas referem-se sobretudo as

primeiras abaixo mencionadas:

“ [1] as que se formaram a partir de antigas relações de colonização, que implicaram esforços de integração em entidades políticas vastas (Comunidade Britânica, a Francofonia, a CPLP e a Comunidade Ibero-americana) [2] [...] entidades de génese diferente e com objectivos mais vastos como a Liga Árabe, e também esforços nacionais, importantes ao nível das relações internacionais, para organizar e aproveitar ligações com diásporas (a China e Israel são dois casos interessantes)” (GOMES, 2003).

Quanto à estrutura desse tipo de comunidade linguística, brevemente podemos referir que (1) são constituídas por Estados juridicamente iguais e não hierarquizados entre si (ao menos não jurídica e formalmente); (2) as relações bilaterais entre estes países são mais fortes e com mais peso do que as relações com os órgãos da comunidade (mesmo porque as instituições comuns são geralmente fracas); (3) pelos interesses comuns e convergentes, procura-se a criação de uma “cultura da organização” que acentua a amizade e ligações afetivas com desejo de evitar conflitos e apoiar interesses específicos de cada um: “este traço cultural leva à utilização frequente duma retórica de amizade e à insistência no que une, que produzem efeitos benéficos” (GOMES, 2003).

No que diz respeito ao funcionamento das comunidades linguísticas, é possível mencionar que (1) as relações antigas (advindas da colonização) carregam consigo um “património comum” (a língua) mas também bastantes suscetibilidades; (2) o que se reflete no funcionamento das comunidades ao traduzirem uma forte preocupação pela dignidade e interesses de cada membro; (3) via de regra a iniciativa de constituí-las parte dos países onde a língua é originária (a exceção marcante da CPLP, proposta concebida pelo representante brasileiro); (4) diferentes responsabilidades consoante as posições na comunidade – uns são responsáveis por manter um nível de ajuda económica e técnica e abertura à entrada de pessoas e bens suficiente, outros são supostos dar formas de apoio político e manifestar alguma preferência pelos produtos, técnicas e pessoas dos outros e, todos são supostos contribuir para diminuir os desníveis de desenvolvimento interno e para o reforço da coesão da comunidade em “valores e idéias”; (5) são privilegiados os laços internos, dando preferência na educação aos cidadãos dos países da comunidade; (6) as decisões são, via de regra, tomadas através do consenso e a influência nas decisões é exercida bilateralmente; e (7) a heterogeneidade geográfica dificulta a

execução de um “poder internacional econômico ou militar” avançado, embora se possa favorecer os investimentos e o comércio intracomunitário (GOMES, 2003)

#### ***II.4.2 – Surgimento e atuação***

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um foro multilateral para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre o seus membros (CPLP, online), sendo eles os oito países de língua oficial portuguesa, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste.

A CPLP apresenta também as categorias de *Observador Associado*<sup>52</sup>, que visa alargar a comunidade ao ingresso de Estados ou regiões lusófonas e que atualmente conta com a participação da Guiné-Equatorial, da Ilha Maurícia (ambos desde 2006) e do Senegal (desde 2008); e de *Observador Consultivo* que procura estreitar as relações da CPLP com a sociedade civil através das organizações que atuem na mesma direção dos objetivos e princípios procurados pela organização. Os Observadores Consultivos, atualmente 44 instituições<sup>53</sup> (CPLP, online), são agrupados em comissões temáticas<sup>54</sup> que cooperam com a CPLP na troca de informações e na realização em parceria de

---

52 Segundo a CPLP: “os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado, terão de partilhar os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e que prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização, mesmo que, à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP” (CPLP, online).

Fato este que abriu precedente para um acirrado debate e movimentação, sobretudo na imprensa e na sociedade civil, no que respeita ao não cumprimento de princípios democráticos e de Direitos Humanos na Guiné-Equatorial. Citamos aqui o exemplo da Amnistia Internacional – Portugal que atentou para o cumprimento dos mesmos como condição para admissão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP. A ONG promoveu ações a solicitar que os membros da CPLP tivessem em conta o cumprimento de algumas condicionantes por parte da Guiné Equatorial, tais como a supressão da pena de morte, a cessação da tortura e de detenções extrajudiciárias pelos órgãos do Estado, e a libertação de presos de consciência. (AMNISTIA INTERNACIONAL, online)

53 Dentre as quais destacamos a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, ambas também discutidas nessa dissertação.

54 Comissão de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa; Comissão de Saúde; Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; Comissão de Ambiente; Comissão de Assuntos Culturais (Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2009 – CPLP, online)

projetos e ações (CPLP, online).

Antes de mais, convém que façamos um breve resgate dos antecedentes da comunidade, a fim de visualizarmos o processo e a negociação que possibilitou a origem da mesma. Nesse sentido, nos valendo do livro comemorativo dos 10 anos da CPLP (2007), podemos notar que a referência a estes antecedentes inclui a menção aos processos colonizatórios que teriam dado hipótese para a “oportunidade lusófona”.

A parte o passado colonial, a CPLP, através do documento comemorativo e das informações disponíveis no sítio da internet, nomeia algumas situações como precursoras da constituição da comunidade, não diretamente ligadas com os trâmites que foram necessários para a constituição da CPLP. Sinteticamente são elas: (1) a utopia da “Nova Lusitânia”<sup>55</sup>; (2) a proposta de criação de uma Federação Luso Brasileira<sup>56</sup> por parte do brasileiro Sílvio Romero em 1902; (3) a modernização do mito do Quinto Império<sup>57</sup> por Fernando Pessoa; (4) as teses de Gilberto Freyre no que tangem a “gestão de antagonismos” quando puderam ser reabilitadas da apropriação salazarista para as justificativas da manutenção do império colonial português<sup>58</sup>; (5) o Tratado de Amizade e Consulta (1953); (6) o Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa (proposta pelo ex-ministro do Ultramar, Adriano Moreira); (7) a idealização de uma comunidade de países de língua portuguesa pelo diplomata brasileiro (José Aparecido de Oliveira) em 1961, não concretizada; (8) o Tratado da Igualdade de Diretos (BR/PT) em 1971; (9) o entendimento, sobretudo dos líderes dos movimentos libertários das ex-colônias – Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel –, de que o inimigo não era o povo português mas o regime injusto e anacrônico; (10) a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias

---

55 A “Nova Lusitania” foi idealizada pelo padre António Vieira e atribuiu à Portugal a missão de converter e reformar o mundo (CPLP, 2006)

56 Bloco linguístico envolvendo Brasil e Portugal e as suas colônias, como forma de resistir aos intentos recolonizadores das grandes potências promotoras da Conferência de Berlim” (CPLP, 2006, p. 31)

57 Comumente utilizada pela retórica lusófona na “assertiva-síntese”: “a minha pátria é a Língua Portuguesa”, convertendo o império em cultural e não material. (Ver reflexão em Lourenço, 1999).

58 Com destaque à iniciativa do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de nomear o ano de 2000 como o “ano de Gilberto Freyre”

Portuguesas (CONCP)<sup>59</sup> (CPLP, 2006, pp. 31-34).

A fundação da organização, propriamente, teve início com o relançamento da proposta de criação de uma comunidade de países de língua portuguesa às autoridades brasileiras, feito por José Aparecido Oliveira. A partir de então as negociações são iniciadas com a primeira Cimera dos Sete realizada em 1989 na cidade de São Luís do Maranhão (Brasil), onde foi acordada a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa com sede na Praia em Cabo Verde, e de onde se percebeu a necessidade de amadurecer o projeto da criação da comunidade antes de concretizá-la, sobretudo porque os obstáculos do contexto político<sup>60</sup> eram grandes entraves a ela. Em 1994 é criado o Comitê de Concertação Permanente, integrado pelo diretor-geral de política externa de Portugal e os embaixadores dos outros 6 países em Lisboa, com objetivo de elaborar a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade (CPLP, 2006, pp. 35- 37)

Algumas tentativas de convocar a cimera fundadora foram feitas sem sucesso, até que em 17 de Julho de 1996 a cimera se realiza no Centro Cultural de Bélem, em Lisboa. Assinada pelos chefes de Estado dos então sete<sup>61</sup> países de língua oficial portuguesa, a Declaração Constitutiva da CPLP declara ser este “num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos Estados” (CPLP, 2006, p. 37).

A Comunidade se funda para “consolidar a realidade nacional e plurinacional que *confere identidade própria aos países de língua portuguesa*, reflectindo o *relacionamento especial* existente entre eles” (CPLP, 2006, p. 37, grifo nosso). A organização assume-se como um projeto político cujo fundamento é a língua portuguesa e com o propósito comum de:

---

59 A CONCP agrupava os movimentos de libertação dos países africanos e foi a primeira organização multilateral de língua portuguesa e que após as independências “tornou-se” o Grupo dos Cinco Países de Língua Oficial Portuguesa (1979) (CPLP, 2006, p. 34)

60 O contexto político da época remete ao Brasil recém-saído da ditadura militar numa gravíssima crise econômica; aos regimes políticos adotados pelos recentes países independentes da África (partidos únicos de inspiração marxista) fazendo-os ter uma ligação maior com a China e com o Leste Europeu, e no envolvimento de países como Moçambique e Angola em conflitos políticos enquadrados na lógica da Guerra Fria; e, Portugal voltado para a integração europeia como fonte de garantia da estabilidade democrática e do desenvolvimento “conclamados” pela Comunidade Europeia (CPLP, 2006, p. 35)

61 Timor-Leste adere à CPLP somente após a sua independência. Oficialmente, seis anos depois da fundação da Comunidade, em 20 de Maio de 2002.

“projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico” (CPLP, online).

Os estatutos da organização consagram os seguintes princípios básicos: (1) igualdade de soberania entre os Estados-membros; (2) não ingerência nos assuntos internos; (3) respeito das identidades nacionais; (4) reciprocidade de tratamento; (5) primado da Paz, Democracia, Estado de Direito, Direitos Humanos e Justiça Social; (6) respeito pela integridade territorial de cada Estado; (7) promoção do desenvolvimento sustentável; e, (8) promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A Comunidade dispõe seu trabalho de acordo com os seus órgãos e métodos de funcionamento, sendo eles: (1) Os órgãos deliberativos compostos pela (a) *Conferência de Chefes de Estado e de Governo* – tem como função definir e orientar a política geral as estratégias da Comunidade, sendo a instância deliberativa superior da Organização e que tem como regra a tomada de decisões pela via do consenso; pelo (b) *Conselho de Ministros* – constituído pelos chefes da diplomacia (ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores) dos oito Estados-membros, com a função de apresentar relatórios e preparar resoluções a serem aprovadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo; e, (c) *Comitê de Concertação Permanente* – reúne-se mensalmente em Lisboa, na sede da CPLP, composto das representações diplomáticas de cada país (CPLP, online).

E também pelos (2) órgãos de carácter executivo, responsáveis pela implantação das decisões tomadas pelos órgãos deliberativos: (a) *Secretariado Executivo* – é o principal órgão executivo da CPLP; tem a função de efetivar e acompanhar a execução das decisões dos três órgãos deliberativos descritos acima; (b) *Reuniões Ministeriais Setoriais* – constituída por ministros e secretários de Estado de diferentes setores governamentais dos Estados-membro, tem a competência de coordenar as ações de concertação e cooperação acordadas pelos órgãos deliberativos; (c) *Reunião dos Pontos Focais da Cooperação* – composta pelos responsáveis pela coordenação e execução dos programas de cooperação para o desenvolvimento da CPLP e, (d) o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)* – agregado à CPLP somente em 2005, o instituto possui autonomia científica e administrativa (CPLP, 2006, pp. 40-41).

No que refere aos fundos de financiamento do Secretariado Executivo, são provenientes das contribuições feitas pelos Estados-membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros. A CPLP conta também com um Fundo Especial dedicado ao financiamento de ações concretas efetuadas no quadro da Organização. O Fundo é suportado pelas contribuições voluntárias de entidades públicas ou privadas. Para as ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais, são financiadas por fontes identificadas por esses órgãos de acordo com cada caso (CPLP, 2006, p. 41) Nesse sentido, são utilizados não apenas os recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também, e de forma crescente, os meios disponibilizados através de “parcerias com organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e económico dos países de língua portuguesa” (CPLP, online).

Podemos referir que a CPLP tem suas atividades centradas em três pilares de atuação: (1) a *Concertação Político-diplomática*, para o reforço da sua presença no cenário internacional; (2) a *Cooperação para o Desenvolvimento e Solidariedade*, realizada em diversos âmbitos, sobretudo no domínio social, cultural e económico; (3) a *Promoção da Língua Portuguesa*, materializando projetos de difusão da língua no espaço intra e extra-comunitário (CPLP, online).

No que respeita a Concertação Político-diplomática a CPLP tem dado expressão aos interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a ONU, a FAO e a OMS (CPLP, online) e nos fóruns regionais e nas negociações internacionais. A CPLP tem se assumido como um fator de fortalecimento do potencial de negociação de cada um de seus Estados-membros. Sinteticamente, as ações nessa área podem ser elencada em eixos, nomeadamente: (1) missões de Observação Eleitoral<sup>62</sup>; (2) Centro de Análise Estratégica da CPLP – com o objetivo de promover e desenvolver estudos e projetos de investigação sobre estratégia na área de Defesa<sup>63</sup> tendo em consideração as

---

62 Realizou missões de observação eleitoral no referendo sobre a autodeterminação (1999), eleições Assembléia Constituinte (2001), nas eleições presidenciais (2002 e 2007) e nas parlamentares (2007) em Timor-Leste; nas eleições autárquicas (2003), presidenciais e legislativas em Moçambique (2004); nas eleições legislativas (2004) e presidenciais (2005) na Guiné-Bissau; e nas eleições legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe (2006); e eleições legislativas em Angola (2008) (CPLP, online).

63 Ressalta-se que a CPLP não tem uma política de defesa e segurança propriamente, e dessa forma, VI reunião do Conselho de Ministros (2001) aprovou a alteração dos Estatutos da CPLP de forma a incorporar no artigo 3º, que tece sobre os objetivos da comunidade, na alínea b) cooperação, a frase “

necessidades dos Estados-membros (CPLP, 2006, pp. 88-91); e (3) Grupos da CPLP – formado sempre que existam pelo menos três representantes dos países da CPLP em governos ou organizações internacionais<sup>64</sup> a fim de coordenar posições relativas aos interesses comuns, assegurando a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais, efetuando diligências conjuntas, intercâmbio de informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontram, apoiando a realização de eventos organizados que envolvem a CPLP e divulgando as atividades da própria comunidade (CPLP, online).

No que compete ao pilar da Cooperação para o Desenvolvimento e Solidariedade, as ações são, ou pretendem ser, desenvolvidas “em todos os domínios inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social” (artigo 3º do Estatuto Constituinte). Para tal mobiliza recursos interna<sup>65</sup> e externamente e dinamiza os mecanismos existentes, através de parcerias entidades ligadas ao desenvolvimento social e económico dos países de língua portuguesa (CPLP, online). Dentre os eixos de atuação podemos destacar: (1) a cooperação Económico-Empresarial; (2) a cooperação com a Sociedade Civil<sup>66</sup>; (3) cooperação com as Organizações Internacionais. (CPLP, 2006, pp. 100-101). Dentre os focos das ações encontramos: (1) a cooperação na área da Saúde; e, (2) os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Por fim, quanto ao pilar da Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, a CPLP realça o papel crescente que é exercido pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), assim como o desenvolvimento de uma rede de parcerias voltadas

---

entre outras áreas, a de Defesa e Segurança Pública” (CPLP, 2006, p. 88)

64 Atualmente são cerca de 40 Grupos da CPLP, incluindo os Grupos que trabalham em todos os países membros, com exceção de Portugal onde se encontra a Sede da organização. Estes últimos além das funções dos demais somam também o acompanhamento dos programas de cooperação em vias de implementação (CPLP, online)

65 Internamente os recursos mobilizados para a execução de projetos de cooperação advêm sobretudo do Fundo Especial da CPLP; externamente provenientes de organismos e países terceiros.

66 De onde inclui-se, além da cooperação com os Observadores Consultivos, também a iniciativa de nomear os Embaixadores da Boa-Vontade, sendo estes personalidades de mérito reconhecido que se distinguem pela promoção dos valores defendidos pela CPLP (CPLP, 2006, p. 132)



para o lançamento de novas iniciativas nas áreas da promoção e difusão da língua portuguesa, iniciada pelo Secretário Executivo da CPLP. Nesse sentido, têm sido abarcados projetos de cunho educativo (CPLP, 2006, pp.102-110).

#### **II.4.3 – CPLP e a lusofonia**

Frequentemente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é interpretada como sinônimo da lusofonia. Contudo, alertou Lourenço (1999) que “o espaço da lusofonia e da Comunidade de referência lusófona não coincidem” (p. 178), referindo-se a não inclusão da Galícia (já que o espaço galego-português é berço matricial da língua portuguesa) no espaço lusófono, à qual podem ser juntadas as comunidades diaspóricas que difundem tal elemento “comum” (a língua), como as expressivas e alargadas comunidades caboverdiana na França e portuguesa na Venezuela. Quer isso dizer que a lusofonia (conceito-idéia) é esfera mais ampla que a “Comunidade-referência”, e enquanto tal supera estes limites.

Nos atentamos aqui à forma como tem sido instrumentalizado o conceito-idéia da lusofonia também no circuito da CPLP. Nessa direção, é visível que a retórica discursiva e o argumentário político mobilizado na constituição da Comunidade se constroem em torno de um discurso legitimador que “*apregoa a língua portuguesa como património comum formatador do modo histórico de pensar lusófono* [e que] assenta as suas bases na experiência colonial portuguesa e convoca para efeitos de legitimação política argumentos e conceitos hiper-identitários” (lusofonia e lusotropicalismo) (COSTA; VARELA, 2009, p. 9, grifo nosso). E ainda, a mobilização desses construtos teóricos tem seu peso relativo na medida em que continuam, ainda hoje, a ser mobilizados para legitimar uma “visão distintiva da colonização portuguesa, afinal muitíssimo recente e seguramente ligada a uma perda de influência no mundo” (LOPES, 2003 In COSTA; VARELA, 2009, p. 9).

Nesse sentido, o documento comemorativo dos 10 anos da CPLP traz consigo as seguintes referências, para além daquelas supracitadas, que marcam a comunidade, e que são fontes de legitimidade: (1) a antiguidade dos laços – advindos dos “descobrimentos” portugueses iniciados no século XV; (2) o caráter mercantil com larga participação de particulares no processo e a busca do lucro como característica e

principal motor (CPLP, 2006, pp.21- 23)

Dentre as características do contato colonial, são realçadas pela própria CPLP: (1) a evangelização – levada a cabo a fim de (a) difundir o catolicismo, (b) dar conta do vinco mercantil através da qual se conseguia garantir a presença do império colonial e de “agregar” aliados locais e (c) fazer frente aos muçulmanos que dominavam o comércio na costa africana do Índico; (2) a interdependência entre as várias “colônias” que desde logo criaram “laços especiais” entre elas – proporcionadas quer pelo posicionamento estratégico de algumas (como o caso de Cabo Verde na relação entre Portugal/ Brasil/ África ou de Moçambique nas rotas para o Oriente criando laços com Goa e depois com Timor-Leste, por exemplo); quer pelo comércio, sobretudo escravagista, no qual são citados os fluxos de pessoas advindas de Angola ou da Guiné para o Brasil; (3) a mestiçagem, miscigenação, criouliização – que cumpriu papel de “efetivar” a colonização posto o reduzido contingente português na tomada de posse das ex-colônias e que foi teorizada por Gilberto Freyre nas teses luso-tropicais (CPLP, 2006, pp. 22-30).

Cabe colocar que no documento da CPLP esse fator (a miscigenação) é aferido como um processo “natural”, percebido, por exemplo, no trecho que se segue: “noutras latitudes, as uniões entre portugueses e mulheres nativas foram uma resposta natural à escassez de mulheres europeias e às necessidades dos primeiros moradores, náufragos ou degredados” (CPLP, 2006, p. 28). Apesar da ressalva feita, “a miscigenação nunca significou igualdade ou respeito pelas culturas indígenas” (CPLP, 2006, p. 30), o fato é apresentado, muito próximo das teses de Gilberto Freyre, de forma naturalizada sem que se tenha em consideração, por exemplo, que a miscigenação nesses locais “quase sempre deita na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro” (SANTOS, 2002a, p. 429), ou seja, com regras sexistas da sexualidade.

Nesse sentido, no que tange a CPLP, a leitura feita pela “razão lusófona” (SANTOS NEVES, 2002) tem percebido a CPLP mais como “uma tentativa de restauração e purificação de um passado colonial inglório, marcado por uma inserção falhada na revolução industrial e descolonização não programada (LOPES, 2003), apanágio de um imperial-saudosismo e colonial-complexismo (SANTOS NEVES, 2003)”(COSTA; VARELA, 2009, p. 5).

Se como coloca Lourenço (1999): “não sejamos hipócritas, nem voluntariamente

cegos: o sonho de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*” (p. 163, grifo do autor), é possível dizer que (ao contrário do que vislumbra Lourenço) enquanto tal, na CPLP “o que se entende, no imaginário português, como espaço matricial da língua, tende a transformar-se numa referência identitária que permite simultaneamente, uma auto-definição dos portugueses e a projecção dessa definição para os outros” (MEDEIROS, 2005, p. 13).

Não quer isso dizer, que tal postura seja declaradamente assumida, ou ainda que outros interesses, de outros países, não sejam relevantes ou que a CPLP seja menos prioritária nas políticas externas de tais países. Situação que tem variado desde o entusiasmo de Cabo Verde – “país onde a prioridade à CPLP se encontra mais acentuada” (CARDOSO, 2003) – até o ceticismo moçambicano – “país no qual se verifica um maior cepticismo e desinteresse político pela Comunidade” (CARDOSO, 2003). No entanto, os estudos sobre a Comunidade têm revelado que a mesma, e a lusofonia de maneira mais geral, assume papel significativo na afirmação identitária de Portugal (LOURENÇO, 1999; COSTA, VARELA, 2009; BAPTISTA, 2003).

No que tange à língua portuguesa, esta assume o papel de “um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada” e “um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista” (CPLP, 2006, p. 38), e de tal forma forja quer a unidade como a releitura histórica.

Também nesse âmbito, as teses “neo-lusotropicalistas” ou “lusófonas” que relêem os primados do lusotropicalismo, utilizam da “suposta hegemonia de uma categoria identitária, a língua, [oficial] portuguesa, nos ex-espacos coloniais portugueses, para daí inferirem a existência de uma identidade sócio-cultural 'lusófona' nesses territórios” (COSTA; VARELA, 2009, p. 15), como o faz a CPLP.

Ora, como aponta Lourenço, nem língua e nem comunidade são imaginadas e vividas da mesma maneira por todos nela inscritos: “é bom estar consciente [...] da maior e anterior a todas, que é a *diversa* percepção da figura cultural, da substância histórico-espiritual, do papel, de uma tal comunidade por cada um dos seus

componentes” (1999, p. 162, grifo do autor). Assim,

“[...] fazer depender a existência ou a acção da CPLP à uma língua – considerando-a um elemento central da sua coesão e identidade, ou considerar que apenas uma categoria identitária, a língua, pode forjar uma comunidade “lusófona”, configura-se numa arrogância neo-colonial que Aníbal Quijano (2000) apelidou de “colonialidade do poder”.” (COSTA; VARELA, 2009, p. 12)

É nesse sentido que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, apesar de competir com a integração europeia ou com as “relações transatlânticas” (CARDOSO, 2003) enquanto prioridade de política externa de Portugal, ganha relevância para além da simples “filiação” à determinada junção de povos, sobretudo porque é através dela, e da lusofonia materializada nas suas instituições, que a negociação do “lugar no mundo” de Portugal tem sido feita (BAPTISTA, 2003; ROSÁRIO, 2007; MARTINS, 2004; MENESES, 2008; MADEIRA, 2003).

Salienta-se também o desconhecimento mútuo da CPLP, proveniente, em grande medida pelo “hiato entre as independências e formação da CPLP permitiu um importante distanciamento entre o antigo colonizador, Portugal, e os restantes países” (CARDOSO, 2003, p. 244). Consequência do fato, as realidades e contextos diversos são só parcialmente percebidas pelos seus interlocutores: “verificando-se grandes lacunas no conhecimento recíproco e nas percepções da vida política, económica, cultural e social dos países constitutivos da Comunidade” (CARDOSO, 2003, p. 14).

Assim, a base de “justificação institucional” da formação e da existência da CPLP se reforça (1) pelo fato de seus membros partilharem uma língua oficial, (2) pelo passado colonial “comum”, e (3) pelas relações económicas bilaterais pré-existentes (sobretudo de Portugal e do Brasil com os demais países). Conforme o que aqui foi exposto, tais fatores não bastam para a consolidação da Comunidade e são insuficientes para dar conta das realidades e dos contextos diversos que cobrem este espaço, quer no que tange a relação linguística, identitária, mitológica e cultural, quer política, geopolítica e social.

## II.5 – Recuperando a hipótese

Segundo Bourdieu (1998), a história toma forma a partir da palavra da instituição, pois a instituição é criadora de representação legítima (p. 21). Nesse sentido, as instituições lusófonas, a partir do seu discurso e das ações por elas conduzidas, contribuem para a manutenção de uma “ordem internacional” que remete ao momento histórico predecessor (colonial). Ações, discursos e narrativas estas que buscam a purificação do passado inglório. Nesse sentido, o discurso legitimador das instituições lusófonas refletem o “vazio mitológico” da lusofonia, vazio que abre espaço para que o mesmo seja ocupado por mitos de outrora, apropriando-se de referenciais anteriores.

Acresce-se também que “hoje, o sistema internacional é procurado na sua dinâmica, no mundo da história e nas instituições que se vêm formatando de modo a ser possível, pela compreensão da sua acção, entender os mecanismos de poder” (SARMENTO, 2009, p. 11). É nesse sentido que a lusofonia ganha força institucional de um espaço político que se quer integrado e que concorre para a divisão internacional em áreas culturais de influência, divisão esta que assume, cada vez mais, maior relevância vistos os processos de “regionalização” contrapostos e ao mesmo tempo inseridos na lógica expansiva da globalização hegemônica atual (MARTINS, 2004, p. 91).

Dentre as estratégias institucionais, a partilha linguística no espaço da língua portuguesa é a componente transversal também da disposição prática/institucional da lusofonia, e enquanto tal, cobre um amplo espectro de realidades e espaço-tempos compatíveis com lógicas e racionalidades muito próprias (MADEIRA, 2003, p. 11). Nesse sentido, a retórica institucional ao mesmo tempo que desvenda um projeto metafísico de proximidade que consagra a dimensão ocidental da língua (a língua norma, a língua franca do mercado e a língua lírica da alta cultura) ignorando-a como fenômeno social (MADEIRA, 2007, p. 23), torna evidente a sobrevalorização da matriz cultural portuguesa em detrimento das outras existentes nesse espaço, e assim reforçam esta como “centro” de referência.

Em termos práticos, isto vem significando a ênfase portuguesa<sup>67</sup> nesse processo,

---

67 Não nos referimos aqui ao entusiasmo e a relevância que a política externa de Portugal dá especificamente à CPLP, já que isso seria corroborar a idéia da qual discordamos de que a lusofonia e a

sobretudo se considerarmos a “negociação” do lugar no mundo que tem feito Portugal, através do conceito-ideia da lusofonia materializado nestas instituições. Não parece de pouca significação, por exemplo, que estas três instituições estejam sediadas em Lisboa e que tenham partes consideráveis (sobretudo a UCCLA e a AULP) de seus orçamentos advindos de verbas portuguesas (através dos funcionários destacados da CML, das concessões dos lugares onde se encontram sediadas, dos recursos obtidos pelo órgão português de cooperação para o desenvolvimento – IPAD), apenas para citar algumas evidências.

E, ainda, se as instituições “desempenham função vital na estabilização e perpetuação de uma ordem vigente [e] originalmente, tendem a reforçar as relações de poder estabelecidas, cultivando imagens coletivas compatíveis” (COX, 1995), não é difícil supor que ao sobrevalorizar a língua e a cultura portuguesa, ao reler o passado colonial numa dinâmica de esquecimento e de memória seletivos, tais instituições contribuem para perpetuar relações coloniais, agora “relidas”, “resignificadas”. Cumprem, assim, o papel histórico de continuidade destes mesmos referenciais e de estabilização da ordem vigente.

### **CAPÍTULO III - LÍNGUA E IDENTIDADE NO ESPAÇO LUSÓFONO**

*“Estamos, sim, amando o indomesticável, aderindo ao invisível, procurando os outros tempos deste tempo. Precisamos, sim, de senso incomum. Pois, das leis da língua, alguém sabe as certezas delas? Ponho as minhas irreticências.”*

*(Mia Couto, 1997 – Perguntas à Língua Portuguesa)*

O capítulo que se inicia tem como objetivo verificar a aplicabilidade da última hipótese de trabalho: “a lusofonia baseia-se em duas premissas que não são sustentáveis para além da dimensão política, ou seja, são insustentáveis social, identitária e linguisticamente. São estas premissas: a “*uniformidade linguística*” e a “*pertença identitária lusófona*”.

Tendo atentado nos dois capítulos anteriores para a dimensão cultural e política da lusofonia, bem como discutido a interação entre a condução mitológica e institucional da “história” na esfera lusófona – o que indicou-nos (pelo que foi até aqui exposto) a manutenção da ordem vigente que se assenta nas releituras de base colonial (dos mitos e dos discursos legitimadores institucionais) –, este capítulo tem como propósito atentar para o plano da “realidade” (NEVES, 2004 In PINTO, 2005, p. 34) (linguística e identitária) no espaço de intercompreensão de língua portuguesa.

Se ao pensarmos na lusofonia somos remetidos necessariamente à língua, já que ela vociferada como denominador comum entre aqueles que falam português, torna-se imprescindível compreender a realidade linguística desse espaço. Sabemos, por exemplo, que nele co-existem as dezenas de línguas originais de Timor-Leste pertencentes à família de línguas austronésias e de línguas papuas (HULL, 2001); as línguas bantus em Moçambique e em Angola (FIRMINO, s/d); o “crioulo” caboverdiano (NEVES, 2007); o “kriol” e as línguas fula e mandinga na Guiné Bissau (AUGEL, 2006); o Santome, o Angolar, o Lungie em São Tomé e Príncipe (HAGEMEIJER, 2009); as “variantes” linguísticas no Brasil e suas línguas “indígenas”, e ainda as “variantes” linguísticas em Portugal, como o “mirandês” (BARRONAS, 2007), ou as distinções entre da língua portuguesa “insular” e a “continental”.

Partindo do reconhecimento da diversidade linguística dentro da lusofonia, procuramos compreender o que significa a convivência destas línguas nestes espaços, linguística e identitariamente.

### III.1 – Diversidade Linguística

Não sendo oportuno decorreremos sobre a realidade linguística de cada país, destacaremos – ainda que de forma breve posto que o intuito dessa descrição é dimensionar a diversidade linguística do espaço lusófono – três exemplos: Cabo Verde, Timor-Leste e Moçambique.

Dentre os oito países que compõem a lusofonia, podemos agrupá-los<sup>68</sup>, consoante as suas especificidades linguísticas, da seguinte forma: (a) Brasil e Portugal – países onde a expressão em língua portuguesa se dá de forma majoritária; (b) Timor-Leste – único país lusófono que assume mais uma língua, o Tétum, como oficial; (c) Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe – países que apresentam o fenômeno das línguas crioulas<sup>69</sup> nos seus territórios; (d) Angola e Moçambique – países que contam com a presença de inúmeras línguas originais, sobretudo as de família bantu, e que devido a este mosaico linguístico aquando da independência utilizaram a língua portuguesa como língua de unidade nacional.

A escolha dos três casos deve-se a representatividade dos mesmos quanto a diversidade. Não discorreremos, portanto, acerca da realidade linguística em Portugal ou no Brasil dada a grande expressão que a língua portuguesa tem nesses países, salientando, contudo, que a diferenciação da mesma em um e outro lugar também

---

68 O agrupamento dos países lusófonos consoante as similitudes linguísticas que apresentam não é estanque, sendo apenas uma das possibilidades de visualizá-las. Podemos, por exemplo, referir que na Guiné Bissau e em São Tomé e Príncipe também à língua portuguesa foi conferido o papel de língua da unidade nacional, como o que ocorreu em Angola ou em Moçambique. Ou ainda que o "kriol" na Guiné Bissau tem assumido papel de língua veicular como o que ocorre com o tétum na realidade timorense. Ou que Cabo Verde está prestes a oficializar o "crioulo caboverdiano" como língua do país, aproximando-se de Timor como país lusófono com mais de uma língua oficial. Ou ainda que em Moçambique e em Angola a dinâmica da língua portuguesa tem sido frequentemente comparada com a dinâmica que ela assumiu no Brasil, portanto que a língua está a “moçambicanizar-se” e a “angolanizar-se”, como já se “abrasileirou”. Entre outros exemplos possíveis.

69 A *língua crioula*, atualmente, tem sido definida pelos linguistas como “uma língua natural cuja formação se deu pela extensão e complexificação de um pidgin, tornando-se a língua materna ou a primeira língua de uma comunidade” (MATEUS, 2002; TRASK, 1997; DUBOIS, 1973; MOUNIN, 1974 In NEVES, 2007, p. 31). Este processo pressupõe a nativização, estabilização e complexificação do sistema linguístico. Entende-se por “pidgins” as variedades linguísticas formadas a partir do contato inicial de duas línguas, tendo a função de estabelecer a inteligibilidade entre elas e são limitados funcionalmente ao domínio da comunicação.



serviria de base demonstrativa dessa diversidade.

Em oposição, o caso de Timor-Leste é um caso “singular”, por ser o único país que tem outra língua oficial além da portuguesa, marcando a pertinência da sua escolha. Segue-se que dos dois “agrupamentos” restantes, escolhemos um representante de cada. Cabo Verde, no primeiro grupo, por ser o único dentre os três que está em vias de oficializar o “crioulo” caboverdiano, doravante denominado “língua caboverdiana”<sup>70</sup>. E, dentre Moçambique e Angola, situações linguísticas semelhantes, a escolha foi condicionada pelo fato de Moçambique fazer parte da Commonwealth (comunidade linguística inglesa).

### ***III.1.1 – Timor-Leste***

Timor-Leste apresenta um mapa linguístico composto por dezenas de línguas originais do país que coexistem com o inglês<sup>71</sup>, o chinês (em menor escala), o bahasa-indonésio e o português. Esta interação é marcada pelo cenário da história de Timor e pela recente independência do país. Atualmente, existem dezesseis línguas originais do país que pertencem à família de línguas austronésias (ou malaico-polinésias) ou à família das línguas papuas (ou indo-pacíficas)<sup>72</sup> (BRITO; MARTINS, 2005, p.642).

A extrema fragmentação linguística favoreceu o aparecimento de línguas de

---

70 Tanto pela contextura do desenvolvimento da maior parte das línguas crioulas, advindas do contato surgido após o início das navegações e, portanto, dentro do sistema colonial que subjugava a matriz africana, quanto por algumas definições linguísticas mais recentes que expressam tom pejorativo: “idioma de emergência para fins apenas comerciais” ou ainda como fruto do cruzamento entre “uma língua de civilização e uma indígena” (JOTA, 1981 In NEVES, 2007, p. 32), a terminologia “crioulo” está imersa em estatutos tidos como inferiores e muitas vezes negativizados. Dessa forma, neste trabalho, optou-se por denominar como “língua caboverdiana” de modo a atribuir-lhe (e por extensão também às demais línguas crioulas) a autonomia enquanto sistema linguístico com regras e convenções próprias. Aqui, quando designada como “crioulo” incute-se o seu processo de origem enquanto língua de contato, aberta e versátil.

71 A língua inglesa é oriunda das relações de Timor-Leste com Austrália e ganhou estatuto particular após o deslocamento das Nações Unidas e da comunidade internacional instalados no território no processo de independência do país (FEIJÓ, 2008, p. 149).

72 Sendo quatro de origem papua: makasai, makalero, bunak, fataluku; e doze de origem austronésia: tétum, habun, kawaimina, galoli, wetar, bekais, mambai, toko, dede, dawan, kemak, lovain (HULL, s/d In FEIJÓ, 2008, p. 148)

contato capazes de proporcionar inteligibilidade entre os diversos grupos de falantes (FEIJÓ, 2008, pp. 148-149). No último século, essa função foi desempenhada pela língua “integradora” das demais, o tétum-Dili (ou tétum-Praka<sup>73</sup>) – uma forma específica do tétum mesclado com o português. Esta língua é reconhecida como língua oficial desde 1981 e foi assegurada como tal na constituição da República Democrática de Timor-Leste em 2002. O tétum apresenta-se de duas formas, como língua materna em algumas regiões e como língua veicular no território timorense (HULL, 2001)

O português, por sua vez, também reconhecido como idioma oficial, é falado por cerca de 15% da população (ONU, 2000): “se aos alfabetizados que falam, lêem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma percentagem de 15 a 20% da população total” (THOMAZ, 2000 In BRITO; MARTINS, 2005, p.643).

A língua portuguesa assumiu caráter relevante na sociedade timorense nos três primeiros quartos do século XX (FEIJÓ, 2008, p. 148), muito embora sua presença faça alusão a tempos mais remotos e aos procedimentos históricos da colonização portuguesa (HULL, 2001, p. 36).

Durante a época colonial, a “administração privilegiava o português como língua de instrução, ensinamento nas escolas, veiculando conteúdos da cultura lusitana, e empregando-a na modalidade escrita, em atividades ditas culturais ou administrativas” (BRITO; MARTINS, 2005, p.643) enquanto o tétum era usado em situações cotidianas e em termos de comunicação espacial, entre pessoas com línguas maternas diferentes. Neste momento histórico, em que se empregava o “modelo cultural salazarista” (HULL, 2001), nenhum relevo foi concedido ao tétum nem aos demais vernáculos ignorando por completo a cultura e a história timorense (HULL, 2001, p. 37). Ao sobressaltar o uso do português como língua dominante (apesar de falada por poucos) relegava-se o tétum (e das outras línguas maternas de Timor-Leste) a uma convivência já não igualitária e subordinada.

De um modo geral, antes dos acontecimentos de 1974-75 (descolonização

---

73 Ressalta-se que o Tétum-Praka não é falado uniformemente em todo território timorense, na ponta leste, por exemplo, fala-se predominantemente o fataluku e dificilmente ouvi-se falar tétum (Feijó, 2008, p. 150).

portuguesa e ocupação indonésia), a situação linguística apresentava-se em três níveis: o das *línguas locais* – utilizadas como veículos de comunicação nas diversas localidades; o da *língua veicular*, o tétum – tétum-Praka usado como elemento de integração; e, a *língua administrativa* – o português, a única língua *escrita* e que exercia função integradora entre as elites e o meio letrado (BRITO; MARTINS, 2005, p.643).

Apesar da ampla diversidade de línguas e da “supremacia” da língua portuguesa – por ser língua de administração e pela imposição que a escrita pode oferecer – na altura do fim da fase colonial em Timor-Leste, a “unidade” linguística era proporcionada não pelo português mas pelo tétum e a sua identidade nacional era reconhecida por esta mesma diversidade:

“[...] em Timor-Leste, quando há vinte e cinco anos o território começou a emergir da sua fase colonial, *não foi necessário procurar uma identidade nacional*. O país era único do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorense (ou seja não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialectos locais. Além desta poliglossia, *grande parte do território estava unificado pelo uso do tétum como língua franca, e as pessoas que tinham ido à escola também falavam o português*. Esta poliglossia não impedia que os funcionários da colónia e o clero católico comunicassem com a população, visto que os indígenas que não falavam o português podiam comunicar através do tétum-Dili uma variante de tétum mesclado com o português e por isso facilmente aprendido pelos europeus” (HULL, 2001, p. 31, grifo nosso).

Durante a dominação indonésia, com início em 1975, a população timorense sofreu forte repressão, com torturas e assassinatos, exploração e trabalho escravo ou semi-escravo, tendo sido mortos cerca de 300 mil timorenses<sup>74</sup>. A “destimorização” de Timor-Leste iniciou-se pela implantação do bahasa-indonésio<sup>75</sup> (variante do malaio falado na Indonésia) como língua de ensino e de administração; pelo impedimento do uso do português; e, pela minimização do tétum (BRITO; MARTINS, 2005, p.644).

Muito embora a ocupação indonésia fosse na sua totalidade negativa para os

---

74 Os números variam de acordo com a fonte utilizada, entre 200 e 300 mil timorenses teriam sido mortos durante a invasão indonésia, numa população total que girava em torno das 700 mil pessoas (FEIJÓ, 2008).

75 Após a invasão militar da Indonésia, o bahasa-indonésio tornou-se língua oficial do país e, em termos gerais afirma-se que à medida que os níveis de literacia aumentavam e os serviços públicos iam estendendo suas especialidades e atendimentos o bahasa-indonésio ia se espalhando e ganhando importância entre a população local (FEIJÓ, 2008, pp. 149-150).

timorenses, “é inegável que a ocupação foi (mesmo que não intencionalmente) benéfica para o tétum. É provável que se as autoridades indonésias não tivessem banido o uso do português, a Igreja não tivesse feito uso do tétum como língua litúrgica geral” (HULL, 2001, p. 38). Devido à necessária a tradução do “missal romano” para o tétum, tradução esta que deveria ser feita numa linguagem “digna”, fez com que os seus tradutores adotassem expressões do tétum-térik (rural arcaico) contribuindo para diminuir o hiato entre as principais variantes do tétum e convertendo-o numa língua literária (HULL, 2001, p. 38).

A língua portuguesa, por sua vez, ao contrário do que tentava impor o regime ditatorial indonésio e apesar de ter sido fortemente reprimido, não se extinguiu em Timor-Leste (HULL, 2001, p. 39). O português foi utilizado, durante o processo de independência pelas elites locais e com objetivos estratégicos de afirmação cultural, tendo assumido papel de língua de resistência, não de unidade (BRITO; MARTINS, 2005, p. 642). A língua portuguesa era “uma arma para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural” (RAUK, 2001 In FEIJÓ, 2008, p. 153).

No entanto, ao longo dos anos de resistência a língua portuguesa foi se tornando mais residual “porque aquela classe detentora da língua portuguesa minguou fatalmente, e esta quase desapareceu da circulação, à exceção de certas correspondências entre os poucos dirigentes de topo ainda sobreviventes” (RUAK, 2001 In FEIJÓ, 2008, p. 154). Acrescenta-se ainda que o número de falantes de português era muito baixo e concentrado sobretudo em Díli e que o desígnio estratégico da liderança política tinha na aproximação forte com as comunidades – que em muitos casos não utilizavam a língua portuguesa – a chave da guerrilha. Assim, a utilização das línguas locais, não o tétum propriamente dito, mas as línguas usadas por estas comunidades, assumem grande importância na resistência timorense (FEIJÓ, 2008, p. 158).

Não é despropositado que, após o referendo de 30 de Agosto de 1999 quando 78,5% da população recusa a concessão de autonomia administrativa à República Indonésia e vota pela independência de Timor-Leste, a constituição do país venha assegurar as duas línguas, o tétum-Díli e a língua portuguesa, como oficiais, quer pela importância da primeira como língua veicular, quer da segunda como língua de resistência, e ambas de diferenciação identitária face ao bahasa-indonésio e as demais línguas malaias (HULL, 2001, p. 20).

Atualmente, Timor-Leste é um país em que a maioria da população é bilingue ou plurilingue onde a escolha da(s) língua(s) falada(s) por cada um assume importância no processo de identidade coletiva, e a própria relação entre as várias línguas é múltipla. O tétum-Díli tende a ser a língua veicular complementar as línguas autóctones, geralmente entendida como segunda língua e que não suscita concorrência, rivalidade ou antagonismo. A opção pelo português ou pelo bahasa-indonésio tende a ser mutuamente excludentes. Porém, os caminhos políticos a serem percorridos por Timor-Leste, extrapolando o “texto” (a linguística), relacionam-se, da perspectiva do novo país, com a sua estratégia geopolítica na qual a língua torna-se elemento de integração também internacional. É nesse debate, da necessidade de estabelecer um período de transição para uma nova paisagem linguística e integrar a sociedade timorense, que as novas autoridades do país independente apreciaram a reemergência da língua portuguesa<sup>76</sup> como um fator de diferenciação no contexto geopolítico local, tanto em relação ao passado recente de anexação e domínio indonésio, como no plano da vasta predominância da língua inglesa nessa região (HULL, 2001, p. 38).

### ***III.1.2 – Cabo Verde***

Cabo Verde é o país lusófono em que o número de pessoas que utilizam o português como língua materna é menor (NEVES, 2007, p. 69). Se em Moçambique, como também em Angola, a língua portuguesa cumpre a função de língua de unidade nacional, em Cabo Verde a língua caboverdiana já antes da independência do país assume o papel de unidade nacional e, ao contrário do que ocorre na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, a língua local assume um papel maior do que o de “língua

---

<sup>76</sup> A respeito da oficialização linguística em Timor-Leste o debate cercou-se de posicionamentos que diziam respeito, sobretudo, à importância internacional e comercial de duas línguas concorrentes (o inglês e o português). Em conferência dirigida ao Congresso Nacional timorense em 2001, Geoffrey Hull (linguista e estudioso do patrimônio cultural timorense) traça um panorama sobre as expectativas da oficialização da língua na nova república: “Por um lado, os elementos da velha geração querem que o português seja a única língua oficial, e não prevêm qualquer tipo de estatuto oficial para o tétum ou para os outros vernáculos. No extremo oposto, estão os jovens que querem que apenas o tétum seja a língua oficial, manifestando-se deveras apreensivo em relação ao português. Uns argumentam que o português deveria ser utilizado como língua de contacto entre Timor-Leste e o mundo, enquanto outros são da opinião que o inglês tem um valor mais prático que o português. Quanto ao indonésio, existem timorenses dispostos a restabelecer esta língua por ser de grande utilidade na região em que Timor-Leste se encontra geograficamente integrado. Outros ainda gostariam de a abolir por completo, em virtude da sua identificação a ocupação de Suharto” (HULL, 2001, p. 33).

veicular”.

De acordo com os estudos de Neves (2007) o cenário linguístico caboverdiano encontra-se numa situação de triglossia: a língua oficial, o português, está presente na forma de duas variantes – o português padrão europeu e o português das ilhas caboverdianas –; e a língua caboverdiana, que apresenta variedades dialetais consonante aos locais em que é falada. (NEVES, 2007, p. 54). Neste cenário, uma terceira língua vem ganhando espaço e adquirindo cada vez maior importância: o francês; devido ao fato de ser a língua oficial de países vizinhos (como o Senegal, que historicamente mantém relações com o país) e pela imigração de “francófonos” oriundos do continente africano; contudo, a língua francesa é dominada por um número muito reduzido de faltantes caboverdianos, ainda que com tendência a aumentar.

De acordo com o Censo de 2000, a comunidade linguística da língua caboverdiana tinha uma população total de 434.625 falantes. Segundo Thiele (1991), apenas 40% dos caboverdianos usam a língua portuguesa como segunda língua (THIELE, 1991 In NEVES, 2007, p. 54). Existe, no entanto, um forte elo entre estas línguas, sobretudo no léxico da língua caboverdiana que mantém mais de 90% do vocabulário “moderno” com origens<sup>77</sup> na língua portuguesa, ligação que está relacionada com o surgimento da língua e com o povoamento das ilhas caboverdianas (NEVES, 2007, p. 57)

A convivência entre a língua portuguesa e a língua caboverdiana atravessa a utilização frequentemente permeada por questões de autoridade, resistência, identidade e distância social (DIAS, 2002, p. 12), havendo dois campos distintos de utilização, um ocupado pela língua oficial (português) e outro pela língua nacional (língua caboverdiana):

“A situação lingüística em Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: o português é *língua oficial e internacional* e o crioulo é *língua nacional e materna*. Ao primeiro estão reservadas as funções de *comunicação formal*: administração, ensino, literatura, justiça, mass-média. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservadas as funções de *comunicação informal*, particularmente o domínio da *oralidade*” (VEIGA, 1998 In DIAS, 2002, p.13, grifos do autor).

---

<sup>77</sup> Tendencialmente, tem-se notado esforços cada vez menores em identificar as línguas “crioulas” com a língua que lhes forneceu o léxico, conferindo cada vez mais autonomia aos “crioulos” por parte dos linguistas (BARRONAS, 2007)

A questão do poder impressa na situação linguística em Cabo Verde perpassa por determinadas características. Uma delas remete ao desprestígio que o crioulo caboverdiano detinha na época colonial, relegado ao estatuto de menoridade, e que por não favorecer a “unidade do império” era, de certa forma, combatido pelas políticas oficiais coloniais, muito embora os colonos que ali chegavam se utilizassem dele para se comunicarem (VEIGA, 1982 In NEVES, 2007, p. 58). O crioulo era usado por todas as camadas sociais (e ainda o é), contudo, foi combatido e contrariado por estar associado a “pouca civilização” e a “falta de instrução” de quem dele se servia (AMARAL, 2005 In COSTA; VARELA, 2009, p. 12).

Na época colonial, os escravos levados para as ilhas caboverdianas eram submetidos aos processos de “evangelização” e de “ladinização”, numa tentativa de socialização e de “transferência rudimentar” da cultura e da língua portuguesa (NEVES, 2007, p. 75), acabando por segmentar a sociedade colonial concordante com a aproximação e afastamento da cultura imposta<sup>78</sup>. No século XX, uma “nova classe” compõe a estrutura social de Cabo Verde: a classe dos “assimilados” que “abrangeia os africanos integrados no sistema colonial, que tinham adoptado um modo de vida europeu” (NEVES, 2007, p. 75). De maneira tal que a estratificação e a valorização social estiveram sempre relacionados com o domínio da língua portuguesa.

Atualmente, o “prestígio” atribuído aos falantes da língua portuguesa ainda é percebido no país, o domínio da língua pertence à parcela escolarizada da população, associando-se assim a um fator de desigualdade onde o confronto entre as línguas é “[...] também [o confronto] entre a elite e uma massa populacional engrossada por um grande número de analfabetos e semi-analfabetos. E a essa dicotomia se acrescenta ainda a oposição entre a modernidade, representada pela escrita do português, e a tradição, simbolizada pela língua nacional cabo-verdiana” (DIAS, 2002, p. 14).

---

78 “Os escravos eram, pois, divididos em três grupos essenciais: os boçais, os ladinos e os naturais, sendo muitos destes últimos filhos de pais brancos. A diferença entre os dois últimos residia apenas no local de nascimento. Os boçais, que pertenciam às camadas mais recentes de importação em Santiago, falavam apenas as suas próprias línguas. Os ladinos, com grande permanência em Santiago, para onde tinham sido levados ainda em criança ou adolescente, foram submetidos ao baptismo e ensinados a trabalhar e a falar a língua portuguesa. A este processo de socialização, que compreendia, entre outras coisas, a aprendizagem rudimentar da língua, chamava-se *ladinização*. Os naturais eram escravos nascidos em Santiago ou no Fogo.” (PEREIRA, 1986; CARREIRA, 1983 In NEVES, 2007, p. 75).

Outra questão sobressaliente é a dicotomia entre as línguas escritas e as línguas orais, que, além de tornar permanente a sobreposição das línguas escritas sobre as ágrafas, está intimamente relacionada com o projeto ocidental de constituição do Estado-nação. Neste tipo particular de Estado, a escrita é essencial para o desenvolvimento desta forma de governo (GOODY, 1996 In DIAS, 2002, p. 11). Assim, dada a “importação” do modelo de organização social, política, econômica e cultural que é o Estado-nação, a língua portuguesa em Cabo Verde possibilita o desenvolvimento da burocracia em larga escala no país que tem sido levado à cabo pela elite dirigente, letrada e dominante da mesma (DIAS, 2002, p. 12).

A oposição entre o português e a língua caboverdiana, em última análise, pode sugerir a oposição entre Estado e Nação – a ruptura entre o universo das oficialidades abrangido pela administração pública, o ensino e as atividades oficiais num todo e, o universo nacional compreendido, resumidamente, pela declaração de Jorge Amado (1986): “em Cabo Verde a vida decorre em crioulo” (In DIAS, 2002, p. 9) – revelando o distanciamento entre o Estado burocrático e a nação.

Nesse sentido, a proposta de oficialização da língua caboverdiana reflete a luta pela construção do Estado-nação sem a dissociação das partes constituintes: “o crioulo, [...] poderia finalmente participar também desse domínio, e, conseqüentemente uma grande parcela da população, falante de crioulo e sem acesso à atual língua oficial, poderia enfim usufruir de uma cidadania plena” (DIAS, 2002, p. 17). Contudo, alerta Dias (2002) que a defesa acirrada da língua caboverdiana por uma determinada parcela da elite caboverdiana estaria relacionada com a perpetuação do domínio das mesmas: “o monopólio da elite sobre o símbolo do Estado (o português) vem somar-se ao monopólio sobre o símbolo da Nação (o crioulo)” (DIAS, 2002, p. 20).

No entanto, alguns autores da elite intelectual do país têm atentado para o fato de que a transformação da realidade linguística caboverdiana em uma situação de biliguismo<sup>79</sup> decorre não só da oficialização da língua caboverdiana como também da

---

79 Em espaços geográficos em que coexistem duas línguas podem ocorrer dois fenômenos distintos, a *diglossia* e o *bilinguismo*. Via de regra, nas situações de *diglossia* uma das variedades linguísticas é considerada como inferior ou que não é reconhecida oficialmente, não sendo usada com os mesmos fins que a variante tida como superior, limitando-se a primeira ao contexto informal e familiar, ao passo que à segunda cabe-lhe o domínio institucional e da escrita (CRYSTALL, 1987; JOHNSON, 1999 In NEVES, 2007, p. 43). Assim, a *diglossia* é caracterizada pela coexistência desigual entre duas línguas, permeadas



democratização da língua portuguesa, concluindo que estes seriam os passos importantes para a efetivação do processo de construção nacional e para assunção da identidade caboverdiana em sua totalidade:

“A normalização lingüística, neste país, passa pela liquidação a prazo da actual situação de diglossia, pela utilização gradual do Crioulo no ensino, pela sua imediata utilização nos meios de comunicação escritos e audiovisuais, por uma progressiva interiorização da Língua Portuguesa (que também faz parte da nossa herança cultural, ao fim e ao cabo) pelas massas Caboverdianas, o que só acontecerá, crêmos nós, quando o Crioulo ocupar o lugar que é o seu na nossa sociedade, e pela efectivação de um bilinguismo e/ou de um multilinguismo são porque descomplexados [...]” (FONSECA, 1998 In DIAS, 2002, p. 16)

A padronização<sup>80</sup> da língua caboverdiana (condição para a oficialização) ao mesmo tempo que afirmaria a identidade nacional e o “duplo pertencimento” do “povo caboverdiano” (BRITO, 1998 In DIAS, 2002, p. 17), buscando proteger esta língua da sua subalternidade face ao português, implica também em outras duas grandes transformações na língua. Primeiro porque ela deixaria de ser uma língua exclusivamente oral, perdendo características marcantes da oralidade como a fluidez e a dinamicidade; segundo, porque o “crioulo-padrão” se sobreporia à multiplicidade de variantes da língua faladas consoante as localidades do país.

Apesar das implicações internas tangenciais à padronização da língua caboverdiana, parece contudo, que o país sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, uma das instituições emblemáticas do “universo lusófono”, está em pleno processo de oficialização da sua língua materna. A estas questões somam-se ainda as de fórum externo, sobretudo dentro da contextura lusófona. Nesse sentido, a oficialização da língua nacional caboverdiana não tem sido “bem vista” por algumas correntes de cariz neo-colonial, ou “neo-lusotrupicais”, que a visualizam como concorrente da língua

---

por relações de poder complexas (FONSECA, 1998 In DIAS, 2002, p. 15). O *bilinguismo*, por sua vez, é a situação linguística em que os falantes utilizam alternativamente duas línguas diferentes de acordo com o contexto e a situação de comunicação, sem que haja, necessariamente, a hierarquização entre elas (DUBOIS, 1973, In NEVES, 2007, p. 44).

80 Os esforços para a padronização do crioulo caboverdiano inciam-se já no colóquio realizado no Mindelo e apoiado pela UNESCO já em 1979; seguido da proposta do Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano (ALUPEC) apresentada por Manuel Veiga em 1980; da criação em 1993 do Grupo de Padronização formado com o intuito de apresentar uma proposta “definitiva” para o alfabeto unificado; a promoção da língua pelo Instituto do Crioulo Caboverdiano fundado em 1995, entre outras (NEVES, 2007, pp. 76-80).

portuguesa, pondo a última em causa, quando, como demonstrado a cima, a intenção é a preservação e coexistência de ambas. Também nessa ótica, os interesses circunscritos na afirmação, ou na super valorização da língua portuguesa retomam certa “nostalgia colonial”, que impedem que se clarifique o reforço de uma língua ou outra como sendo um designo essencialmente interno (COSTA; VARELA, 2009, p. 12).

### ***III.1.3 – Moçambique***

A realidade linguística heterogênea de Moçambique é dos exemplos possíveis de um país africano onde coexistem diversas línguas autóctones e outras tantas estrangeiras. No país, as línguas autóctones de raiz bantu são as mais faladas pela maioria da população. Os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, que têm em conta a população com idade superior aos quatro anos de idade, indicam que as línguas autóctones consistem as *línguas maternas* para 93% população. Dentre elas as mais faladas são: o emakhuwa (26%); o xichangana (11%); o elomwe (8%); o cisena (7%); o echuwabo (6%); as demais línguas bantus totalizam 33%.

O Censo de 1997 indica que a língua portuguesa a é língua materna de apenas 6% da população, que é falado com mais frequência apenas por 9% apesar de 39% dos recenseados terem declarado que a sabiam falar. A maior parte dos seus falantes localiza-se em zona urbana (onde 72% sabem falar português, enquanto no meio rural 73% *não* a sabem falar), são do sexo masculino e compreendidos na faixa etária entre os 10 e os 20 anos, decrescendo substancialmente à medida que a idade aumenta. Realidade semelhante à encontrada na época da colonização (ROSÁRIO, 1996, p. 212).

Ao contrário do que se passa em Timor-Leste e, muito embora os fluxos migratórios rumo aos centros urbanos tenham sido intensificados, as línguas moçambicanas associam-se às regiões específicas do país, sendo que *nenhuma delas é falada no território todo*, não havendo por isso uma língua franca. Dessa forma, o *português*, apesar de não ser reconhecido por toda a população, *é a língua com falantes distribuídos por todo o país* (FIRMINO, s/d, p. 3).

A fixação da língua portuguesa em Moçambique relaciona-se com a administração colonial do território. Até a segunda metade do século XVIII esta

administração era feita a partir da Índia e, não se sentia, em Moçambique, que tenha havido uma verdadeira estratégia de política colonial que visasse a divulgação da língua junto da população moçambicana, “ela ia-se impondo pela força das circunstâncias, pelo trabalho do acaso, enquanto a governação penetrava até onde podia chegar” (ROSÁRIO, 1996, p. 211).

Com a implantação do Pacto de Berlim (1885) e as mudanças na postura colonial a língua começa a ser difundida efetivamente (BRITO; MARTINS, 2005, p. 644). Estas mudanças congregam o empreendimento de ações para a imposição do domínio português e da exploração das potencialidades de Moçambique<sup>81</sup>. A intensificação do português dá-se em 1902 com a designação de Maputo, na época Lourenço Marques, como capital da então colônia, reforçando os laços econômicos com a África do Sul e acompanhado pela instalação de uma máquina burocrática para apoiar o Estado colonial e as atividades econômicas agora intensificada pelo contato entre ambos os países (Newitt, 1995; Penvenne, 1995; In FIRMINO, s/d, p. 6).

O desenvolvimento capitalista em Maputo teve que contar com a população local devido aos escassos colonos portugueses, exigindo não só comerciantes locais como também mão-de-obra que pudesse dinamizar as instituições burocráticas e comerciais, formando uma pequena burguesia moçambicana que se estabelecia e se distinguia pela escolarização em português e o domínio da língua já no início do século XX. Esta pequena burguesia local conseguia obter estabilidade social dentro do sistema colonial através do estatuto de assimilados, o que significa, como condição primeira, a exigência da língua portuguesa (FIRMINO, s/d, p. 5).

A política “assimilacionista” acabou por gerar a emergência de uma ideologia social que relacionava diretamente a mobilidade social com o conhecimento do português: “a língua portuguesa tornou-se uma forma de capital social directamente ligada aos sistemas simbólicos, ideológicos e económicos que controlavam a mobilidade social e relacionavam as habilidades pessoais com a estratificação social dentro da colónia” (FIRMINO, s/d, p. 6).

---

81 As autoridades coloniais promoveram um conjunto de reformas que incluíram a legislação laboral para atrair investimento através da oferta de mão-de-obra barata e a reorganização da administração colonial. (Newitt, 1995; Penvenne, 1995; In FIRMINO, s/d, p. 6)

Durante o período pré-independência o domínio da língua portuguesa foi motivado pelo estatuto hegemônico que esta mantinha no sistema de produção e reprodução colonial tanto ao nível sócio-cultural e ideológico, como ao nível econômico (BRITO; MARTINS, 2005, pp. 644-645). No entanto a difusão da língua era limitada devido as condições do sistema colonial:

“o sistema colonial que não tinha nem a capacidade nem a vontade de alargar a classe de africanos «civilizados», impediu a sua aquisição por um segmento amplo da população africana, de tal modo que, *quando se deu a independência de Moçambique, o português fazia parte do repertório linguístico de um grupo minoritário de moçambicanos*, muitos dos quais concentrados nas zonas urbanas” (FIRMINO, s/d, p. 7, grifo nosso).

Em 1962, quando se inicia a luta armada pela independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) escolhe o português como língua de comunicação entre os moçambicanos de diferentes origens envolvidos na ação. Acresce-se a essa escolha o fato da literatura, numa importante expressão da revolta visualizada, ter utilizado a língua portuguesa como veículo das suas mensagens, dando um novo significado a ela lançando a idéia de neutralização da língua portuguesa (ROSÁRIO, 1996, p. 214). Nesse contexto, a decisão política do uso da língua portuguesa nos movimentos de independência assinalou a expurgação das suas conotações coloniais, pois servia agora a propósitos anticoloniais, atribuindo-lhe um novo significado simbólico (FIRMINO, s/d, p. 9).

Esta escolha foi, em grande parte, condicionada pelo fato de que dentre a ampla variedade linguística do país nenhuma das línguas locais representava a maioria da população, correndo o risco da ameaça de uma “guerra linguística” interminável e, “as guerras linguísticas, tal como as guerras religiosas, desencadeiam ódios e violências sem nome” (FERREIRA, 1988, p. 25). Assente na unidade nacional, a língua portuguesa era a única “capaz” de assegurá-la.

Consequentemente, no pós-independência a língua portuguesa torna-se língua oficial, intimamente ligada com o funcionamento das instituições nacionais; com o prestígio da língua associada a mobilidade social, que atribuída certa unidade às elites escolarizadas independente das origens étnicas (FIRMINO, s/d, p. 8). Enfim, “razões políticas, culturais ou ideológicas e diplomáticas levaram a uma decisão marcada pelo pragmatismo” (FERREIRA, 1988, pp.24-25).

Assim, a oficialização do português pós-independência está associada a promoção da unidade nacional e à criação de uma consciência nacional, pois “o português foi adoptado não como uma herança mas como talvez a mais valiosa ferramenta para forjar a unidade da futura nação” (COUTO, 2007a, grifo nosso). A política favorável à língua levou a consequente expansão para novos falantes e novos domínios. Numericamente, o Censo Geral da População registrava em 1980 que apenas 24,4% da população sabia falar português. Em 1997, a taxa atinge 39%, sendo que entre a população urbana os números indicavam que 72% dominava a língua. Simbolicamente, a língua portuguesa vai ocupando novas funções discursivas ligadas a realidade pós-colonial do país, passando a expressar novas ideologias e a veicular novos valores simbólicos.

No entanto, não é possível que se ignore o contexto moçambicano de maneira ampla, pois se a língua vai se interiorizando nas zonas urbanas, muitos moçambicanos “rurais” têm um contato mínimo com o português e com os valores ideológicos associados. Dessa forma, a nacionalização ou a oficialização do português é um processo contraditório no seio da sociedade moçambicana, produzindo a projeção do Estado unificado e, ao mesmo tempo, excluindo camadas significativas (senão majoritárias) da população, questionando inclusive a própria unidade nacional através das solidariedades paralelas criadas entre estes e expressas nas línguas autóctones:

*“O facto de as actividades nacionais e oficiais serem desenvolvidas exclusivamente em Português pode colocar os não falantes da língua à margem do sistema nacional e motivá-los a criarem formas alternativas de comunhão. Assim, a possibilidade de as populações rurais terem criado solidariedades particulares, em paralelo ou mesmo em oposição à solidariedade nacional promovida pela ideologia oficial, não deve ser ignorada” (FIRMINO, s/d, p. 13, grifo nosso).*

Outra consequência da oficialização do português é o fato de reforçar a sua posição como língua de estatuto elevado (para os “altos domínios” ou para a vida urbana) em detrimento das línguas autóctones bantus, geralmente relacionadas com a comunicação inter-étnica. Ao invocarem as realidades sociais e por serem parte das práticas políticas e econômicas, a divisão de “trabalho linguístico” afeta diretamente o posicionamento dos cidadãos na vida nacional (BOURDIEU, 1998). No caso moçambicano essa divisão de trabalho linguística reafirma o favorecimento das camadas urbanas, escolarizadas e falantes de português (FIRMINO, 2008, p. 11).

Cabe, por fim, lembrar que a dinâmica e convivência da língua portuguesa com a riqueza das línguas nacionais em Moçambique alude os pontos de intersecção cada vez mais frequentes entre elas, conferindo um processo de “nativização” da língua. Ao interiorizar-se no contexto sócio-cultural do país, a língua portuguesa “moçambicaniza-se”, refletindo o novo uso social que se faz da mesma. Assim, “neste contexto multilíngue, os *moçambicanos estão reinventando a língua portuguesa*, ao mesmo tempo que ela os está inventando como corpo colectivo, *como sujeitos de uma cultura apta para o afecto e para as negociações com a modernidade*” (COUTO, 2007, grifo nosso).

O alargamento do uso da língua portuguesa e o contexto pós-independência, e com ela a alteração dos mecanismos que contribuíram para o reforço do padrão linguístico, deram origem a novas formas linguísticas. A exigência do uso da língua oficial acabou por gerar “desvios” do padrão europeu, e divulgaram-se as novas formas de uso tornando-as tema “normal”, inclusive na imprensa local. A moçambicanização da língua portuguesa abrange dimensões múltiplas que incluem aspectos fonéticos, fonológicos, morfo-sintáticos, semânticos, pragmáticos e retóricos (GUMPERZ, 1982 In FIRMINO, s/d, p. 23).

A inovação linguística está ligada às mudanças do contexto social, onde os traços que a tipificam constituem “estratégias retóricas” e “índices de contextualização” que garantem a cooperação social que indicam a identidade dos membros da sociedade moçambicana (GUMPERZ, 1982 In FIRMINO, s/d, p. 23). Dessa forma, a língua que se vai modelando reflete a realidade social que traduz passando. Este processo vai se dando de forma natural a medida que a língua se interioriza, e é recriada consoante são produzidas novos pensamentos e novas dinâmicas sociais: “vamos criando uma língua apta para o futuro, veloz como a palmeira, que dança todas as brisas sem deslocar seu chão. Língua artesanal, plástica, fugidia a gramáticas” (COUTO, 1997).

### III.2 – A língua entre o social e o político

Reconhecida a diversidade deste espaço, a partir da descrição destes “três casos”, procura-se entender, a seguir, os fenômenos que circunscrevem a relação da língua portuguesa com as demais línguas presentes nestes espaços. Nesse sentido, torna-se necessário atentar para as hierarquizações existentes entre elas, bem como para as modificações que a língua portuguesa apresenta consoante aos locais em que se insere.

Inicialmente, é conveniente que se refira que o debate em torno da concepção/definição de “língua” e do sistema linguístico passa por diversas propostas<sup>82</sup>. No entanto, não é a pretensão discutir as debilidades e as potencialidades de cada uma dessas propostas, pois para tal exigiria-se um debate profundo e impertinente. As investigações linguísticas, os estudos do funcionamento e “evolução” gerais da língua, das suas formas e funções, ou seja *a língua enquanto sistema comunicativo*, não são foco dessa abordagem.

A língua que pretendemos atentar é *a língua enquanto linguagem*, que faz uso do sistema de signos convencionados, e é matéria da sociologia da linguagem, na qual “a perspectiva socio-histórica da língua não é importante como depósito de memórias ou como armazém de mitos mas antes como uma *questão de interesse político*” (MADEIRA, 2003, pp. 10-11, grifo nosso). A intenção que se apresenta, portanto, é a de definir a língua a partir de um entendimento que permita perceber a forma como a mesma é instrumentalizada pela retórica da lusofonia.

---

82 Suscintamente podemos mencionar duas vertentes expressivas do debate linguístico: (1) o *subjetivismo idealista* – que se interessa pelo ato da fala como fundamento da língua – e, entende que “as leis da criação linguística são idênticas àquelas da psicologia individual, [na qual] a língua representa um processo de criação ininterrupto que se manifesta por meio de atos individuais de fala; [e] é, desse modo, análoga à criação artística e tem caráter puramente instrumental” (DE NARDI, 2007, p. 30). E (2) o *objetivismo abstrato* – que concebe o sistema linguístico com um caráter autônomo, desvinculando-se de qualquer ato de criação individual – por sua vez, “a língua é recebida pelo indivíduo como um sistema acabado, integralmente constituído, que sua comunidade linguística vem a lhe oferecer” (DE NARDI, 2007, p. 30).

### III.2.1 – A língua como fato social

A língua é a manifestação da vida e como ela está em perpétua metamorfose (LOURENÇO, 2004, p. 122). A expressão linguística, em sua função comunicativa, é própria da realidade humana e da sua relação com o mundo, é o fato social que nos diferencia e nos define enquanto ser humano:

“A língua é um fato social no sentido mais genuíno do termo “social” que é o de *propriamente humano*. Mas, por um lado, a língua não é simplesmente um fato social “entre outros” e “como outros” (como os sistemas monetários, por exemplo), pois a *linguagem é o fundamento mesmo de todo social* [...] Os fatos sociais não são exteriores aos indivíduos, não são extra-individuais, senão interindividuais, *correspondendo nisto ao modo de ser do homem*, que é um “ser com outros”. Enquanto se reconhece como “pertencente também a outros”, ou se cria com o propósito de que assim se torne, o fato social - e, em particular a *língua - transcende ao indivíduo*, mas não lhe é de nenhuma maneira “exterior”, pois é próprio do homem “sair de si mesmo”, transcender-se a si mesmo como simples indivíduo; e a manifestação por excelência, o modo específico desse transcender-se é precisamente, a linguagem.” (COSERIU, 1958, p. 43, grifo nosso)

Enquanto fato social que “é o fundamento mesmo de todo social” (COSERIU, 1958, p. 43) a língua, traduzida em linguagem<sup>83</sup>, exprime, comunica o “pensar” e é a linguagem “o único modo de ser do pensamento”<sup>84</sup>, a sua realidade e a sua realização” (KRISTEVA, 1980, p.17). O pensamento, segundo Pêcheux (1975), não é um espelho da consciência, pois o *real* determina as formas de existência do pensamento, é antes o *fruto da relação do sujeito com a exterioridade* que o atravessa<sup>85</sup>, enquanto tal, *produz-se na linguagem*, “não sendo nem anterior nem independente dela e das relações materiais que a envolvem” (In DE NARDI, 2007, p. 31).

Ao mesmo tempo, a língua(gem) é condição de possibilidade da interação

---

83 De forma simples, pode-se dizer que “a linguagem é a faculdade de expressão de um grupo de pessoas e a língua é o instrumento que esse grupo utiliza para expressar-se” (MARINET, 1960 In DE NARDI, 2007, p. 3).

84 “além do facto de mesmo o discurso mudo (o “pensamento” mudo) no seu labirinto se servir da rede da linguagem e não a poder dispensar, parece impossível [...] afirmar a existência de um pensamento extralinguístico.” (KRISTEVA, 1980, pp. 17-18)

85 “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real (PÊCHEUX, 1975 In DE NARDI, 2007, p. 30)



humana e da ação da consciência (do pensamento), e é dimensão social (do real) que comporta a diversa esfera das atividades humanas (FARACO, 1999, p. 120). Significa dizer que a utilização de uma língua reflete as condições e finalidades de cada uma das ações humanas. Este vínculo entre a língua e as atividades humanas exprime e reforça-a como uma *consciência prática* e plenamente *dimensionada no social* (BAKHTIN, 1988, In FLORES, 1998, p. 17).

Assim perspectivada, na ótica bakhtiniana, a língua, enquanto instrumento da linguagem, não é a interação entre indivíduos isolados que “apenas atualizariam um sistema objetivo ou apenas expressariam uma subjetividade dada *a priori*, mas [uma interação] entre *indivíduos socialmente organizados*, isto é, constituído e *imersos nas relações sociais historicamente dadas e das quais participam de forma ativa e responsiva*” (FARACO, 1999, p. 121, grifo nosso). Nesse sentido, a dinamicidade da língua está no fato de ser ela mesma imersa nas relações sociais e históricas que se falam através dos sujeitos que a utilizam.

A língua sendo interrelacionar com o sistema social e com as atividades humanas é também “materialidade”<sup>86</sup>, tornando possível compreender os processos de significação como ao mesmo tempo relativamente estáveis (conjunto de regras) e sempre abertos (dinâmico), porque podem ser percebidos como ações de natureza social, dependentes das relações sociais (FLORES, 1998, p. 18).

É a dinamicidade e a materialidade da língua que permite afirmar que ela *comporta o espectro diverso das singularidades humanas*. Nesse sentido, são feitas “re-leituras” da língua consonante as realidades em que se insere, pois se a língua é um fato social, a variação linguística, derivada da mudança social, é “natural e essencial à linguagem humana”<sup>87</sup> (LABOV, 1972 In BARONAS, 2007, p. 98). Assim, se no espaço da língua portuguesa coexistem outros tantos espaços de outras tão diversas línguas, ao interiorizar-se num determinado contexto sócio-cultural a língua portuguesa reflete o

---

86 Aqui não nos referimos ao sustentáculo material – o conjunto de regras – que cada língua apresenta, mas ao enquadramento social que esta revela – material porque social e historicamente dimensionadas e dependentes das relações materiais em que se inscrevem as enunciações.

87 “A linguagem é, por natureza, um objeto sujeito a alterações, por ser uma parte constitutiva do ser humano. Ora, se o homem está sempre evoluindo, mudando sua aparência, suas idéias e seus valores, é perfeitamente normal haver variações e mudanças linguísticas [...] dessa forma, o que exigiria explicação seria a ausência da variação na linguagem e não a sua presença” (BARONA, 2007, p. 98)

uso social que se faz dela e se modifica (COUTO, 2007).

É nesse sentido que, como coloca Madeira (2003), que “entre a língua oficial e os seus usos correctos e as linguagens legítimas com usos apropriados, há um espaço criado pela possibilidade de um maior ou menor entendimento”(p.26):

“Se a língua oficial é formada pelo conjunto de indivíduos que são capazes de articular com correcção e distinção os elementos que a constituem, podemos entretanto considerar que não são esses milhões que a falam mas, antes, um *imenso universo de constelações de falantes que usam as mesmas leis, mas como resultados diferentes*. Em contacto com a língua de colonização, os povos que apropriaram o português de formas plurais imprimiram-lhe as diversidades das suas experiências culturais. *No Brasil como em África, cada povo moldou e recriou a língua portuguesa, integrando-a nas particularidades locais*” (MADEIRA, 2003, pp. 25-26, grifo nosso)

### ***III.2.2 – “A língua nunca foi uma espécie de instrumento neutro”***

A língua dilatada do seu sustentáculo material estende-se ao simbólico; material porque é um conjunto de regras – ortográfico, fonético, sintático, morfológico – simbólico porque não é uma unidade imparcial que se encerra na sua função de sistema de comunicação e que “nunca foi – e continua a não o ser – uma espécie de instrumento neutro que se esgota no seu uso comunicante empírico” (LOURENÇO, 2004, p. 128). Ao dilatar-se transforma o ato de comunicação na matéria-prima das demais ciências sociais e contém em si, para além das funções e da forma da língua (do qual se ocupa a linguística estrutural) também uma perspectiva sociológica que visiona “*aquilo que se pode fazer com a linguagem*” (FOUCAULT, 1991, p. 856, grifo nosso)

Nessa perspectiva, ver a língua imersa numa realidade enunciativa concreta, numa realidade social e histórica, implica entender que toda a enunciação está impregnada de um conteúdo ideológico (BAKHTIN, 1988 In FLORES, 1998, p. 13). Segundo Bakhtin (2002), o ideológico é o material social dos signos<sup>88</sup> criados pelo

---

88 Na definição de Saussure (1916), o signo linguístico é uma entidade psíquica bi-face, composta de imagem acústica (o que se pronuncia) e de imagem conceitual (o que se “interpreta”, o conceito), sendo nomeados como significante e significado, respectivamente.

Para Bakhtin (1988) “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado, fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (p. 31)

Para Foucault (2008) os signos são elementos significantes que reenviam para conteúdos ou representações (pp. 66-67)

homem, “não é máscara, tampouco instrumento de deformação da realidade, mas *condição de possibilidade da produção de sentidos*” (In DE NARDI, 2007, p. 32, grifo nosso). Assim, os signos são produtos ideológicos que refletem e refratam uma realidade, pois “na verdade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. [...], [portanto] *a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou vivencial*” (BAKHTIN, 1988, p. 70, grifo nosso).

A produção de sentidos é tanto mais importante quanto “sabemos que a *circulação destes sentidos interpelam permanentemente o sujeito para a reconstituição de novos processos de subjetivação e de identificação orientados para a tomada de posições*, ou seja, para a ação social e política” (MADEIRA, 2003, p. 7, grifo nosso). A produção de sentidos é estabelecida pela relação direta entre língua e poder, pois o poder depende intimamente do funcionamento dos “discursos de verdade” :

“[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas *relações de poder não podem se dissociar*, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e *um funcionamento do discurso*. Não há possibilidade de exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência” (FOUCAULT, 1991, p. 179-180, grifo nosso)

Na perspectiva de Foucault (1969) os discursos valem-se de determinadas práticas para a constituição dos signos enquanto objetos de representação, e dessa forma, os discursos são autorizados de acordo com cada momento histórico em que se pronunciam: “[...] as regras de enunciação autorizam a inclusão de *determinados objectos e a exclusão de outros*; a sua organização nos enunciados; *os temas que se emancipam e que se degeneram num dado período histórico*” (FOUCAULT, 1969 In MADEIRA, 2003, p.14, grifo nosso).

É nesse âmbito, da inclusão e da exclusão de objetos e de enunciações autorizadas, da relação direta entre o discurso e o poder, que se pode mencionar o surgimento do termo “lusofonia” e os sentidos produzidos pela mesma, à maneira como a língua (outrora de “dominação”, agora de “união”) vai sendo convocada e com ela outros tantos referenciais do “mundo lusófono”. É possível mencionar ainda a forma

como “antigos discursos” vão sendo reelaborados em função dos contextos históricos em que são “escritos” pois “é justamente da re-aplicação de narrativas históricas antigas e de interpretações da história que se faz o presente” (ALMEIDA, 1998, In BAPTISTA, 2006, p. 24).

### ***III.2.3 – As “outras” línguas no espaço lusófono***

A íntima relação entre língua e poder não passa apenas pela produção de sentidos, mas refere-se também, num contexto plurilinguístico, aos estatutos que cada uma das línguas assume, face a sua utilização e as suas características.

Considerando que muitas das línguas faladas no “espaço lusófono” são línguas maternas e essencialmente orais contrapõem-se às características da língua portuguesa nesses lugares – língua oficial e escrita. Posto isso, é pertinente atentar à dicotomia existente entre a oralidade e a escrita, entre a língua materna e a língua oficial, bem como a importância que tais dicotomias assumem na fixação de uma língua, e as consequências que as mesmas carregam. Fatos que ganham relevância ao passo que a preservação da “comunidade de expressão portuguesa” na retórica da lusofonia “consagra a dimensão ocidental da língua (a língua norma, a língua franca do mercado e a língua lírica da alta cultura) em detrimento dos vários pólos da mesma língua (dialectos, falares regionais, crioulos) que a apropriam” (MADEIRA, 2003, p. 25)

#### **III.2.3.1 – Oralidade e Escrita**

Trajano (1993) ao dissertar sobre as características da oralidade recorda que ela é endêmica em muitas sociedades, e a sua transmissão de estrutura aberta é variável de acordo com cada interação específica em que se dá. A oralidade, com a sua variabilidade e dinâmica, tende a favorecer a coexistência de múltiplas narrativas na construção da memória e da identidade, possibilitando um contexto rico em diversidade (TRAJANO, 1993b, p. 16).

Por sua vez, segundo Goody (1977), as mudanças no modo de comunicação pelo desenvolvimento e adoção da escrita em larga escala favorecem a atividade crítica, da

racionalidade e do ceticismo. Na forma de escrita o discurso pode ser inspecionado detalhadamente por não se “desmanchar” como as palavras numa fala. Essa característica do discurso escrito contribui para que as diferenças de sentido sejam percebidas e para que a mensagem possa ser transmitida com mais “coerência” pois são conduzidas aos cuidados das regras do argumento. Dessa forma, “*a escrita torna-se um meio especialmente eficaz para o controle da diferença, da contradição e da multiplicidade*” (GOODY, 1977 In TRAJANO, 1993b, p. 14).

Ao tornar um tema público (formalizado) e escrito, ele é em larga medida uma tentativa de controlar e domesticar as contradições que possam existir nas diversas versões desdobradas pela oralidade (TRAJANO, 1993b, p. 15). Nesse sentido o controle da diferença através da escrita cria uma verdade única e intrinsecamente associada aos fatos relegando a intersubjetividade, que tem lugar não só na epistemologia mas implicam diretamente em atos de poder:

“Ao controlar a contradição e a diferença, a fixação dos rumores pela escrita também recria a noção de verdade, que passa a ser pensada como a adequação e correspondência entre aquilo que é narrado no discurso e os fatos acontecidos. Controlando a multiplicidade de sentido dos rumores, a escrita quer para si uma verdade que parece se recusar a uma hermenêutica, por desnecessária, pois, sendo escrita, ela é transparentemente verdadeira: não é torcida ou inventada, não envolve a utilização das qualidades basicamente humanas da fantasia e da imaginação, não passa, portanto, pelos sujeitos sociais. Como os funcionários coloniais pareciam pensar, a verdade da escrita é única, completa e não diz respeito ao mundo intersubjetivo, pois provém diretamente dos fatos e de sua inscrição pela escrita por um sujeito com autoridade” (TRAJANO, 1993b, pp. 15-16).

Com a escrita é introduzido um novo critério de autoridade que institui uma visão única, monolítica e exclusivista da realidade passada e atual, “numa relação de poder e autoridade em que a *escrita tem a pretensão de determinar o verdadeiro e apresentar a versão completa e definitiva dos fatos*” (TRAJANO, 1993b, p. 16, grifo nosso). Por conseguinte, o documento escrito altera a relação com a história:

“o poder de controlar a verdade torna-se estreitamente associado ao acesso à tecnologia da escrita. O documento escrito substitui a memória e transforma-se em fonte de evidência e legitimidade. *Tudo o que se desvia do texto escrito tende a ser visto como não autêntico e, portanto, a ser silenciado.* Dessa forma, o texto escrito redefine a história, a identidade e a verdade (TROUILLOT, 1995 In DIAS, 2002, p. 23, grifo nosso).

A relação direta da escrita com os atos de poder está associada a dominação. Numa posição generalista, Levi-Strauss (1979) menciona que “a função primária da publicação escrita foi o de facilitar a servidão” (LÉVI-STRAUSS, 1979, In TRAJANO, 1993b, p. 16). Nessa linha Goody (1986) aponta que a emergência da escrita introduziu profundas modificações na relação entre governantes e governados, pois para o Estado o implemento da escrita significou o aumento de seu poder para governar<sup>89</sup> (GOODY, 1986 In TRAJANO, 1993b, p. 16). A oposição frontal entre os povos com e sem escrita, que já se vulgarizara no século XVI, torna-se ainda mais aguda “tanto mais que permite decidir, impor e banalizar a selvageria do outro” (MARGARIDO, 2000, p. 50).

Pelo poder onipresente da sobreposição da escrita, poder que nomeia, impõe e legitima designações, pela via da criação de hegemonias – um conjunto naturalizado e dividido pelas práticas, hábitos, relações simbólicas e diferenças – que o poder colonial conseguiu se impor: “o colonialismo é uma situação que não se reduz ao simples mas violento processo de dominação e resistência que conduz ao exercício formal de governar, sendo muito mais algo que pertence ao plano da política da percepção e da experiência” (COMAROFF AND COMAROFF, 1991 In TRAJANO, 1993b, p. 17). Assim, a manutenção do poder que se compunha, na situação colonial, de um modo de vida e um estilo de vida político envolveram o desenvolvimento de uma práxis comunicativa comum entre os grupos sociais existentes (FABIAN, 1986 In TRAJANO, 1993b, p. 18) que legitimava a escrita e hierarquizava as estruturas sociais consoante ao seu domínio.

### III.2.3.2 – Língua Materna/ Língua Oficial

Numa realidade plurilinguística, a subordinação de línguas se dá pela atribuição de estatutos “inferiores” a algumas delas que torna explícita a distinção entre a *língua oficial* – usada para uma linguagem vigiada, cuidada e tensa, e a *língua familiar* – relaxada (BOURDIEU, 1998, p. 24).

O processo pelo qual o ser humano assimila sua língua materna é um processo de integração progressiva dele mesmo na comunicação verbal. Os indivíduos somente

---

<sup>89</sup> Sobre as críticas à esse posicionamento isto ver Derrida (1976).

ao penetram na corrente da comunicação verbal através dessa língua materna é que têm a sua consciência desperta e a partir daí ela começa a operar. À medida que essa integração se realiza, sua consciência é formada e adquire seu conteúdo (BAKHTIN, 1988, p. 78):

“É apenas no processo de aquisição de uma língua “estrangeira”<sup>90</sup> que a consciência já constituída - graças à língua materna - se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. *Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência* (BAKHTIN, 1988, p. 79, grifo nosso).

Portanto, a língua materna assume importância na constituição do indivíduo na medida em que é por meio dela que a consciência se desperta e se forma. Por sua vez, a língua oficial beneficia-se das condições institucionais necessárias à sua codificação e à sua imposição generalizada. A integração em uma mesma comunidade linguística, em situações de bilinguismo, é produto do domínio político reproduzido por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante conferindo as condições para o domínio linguístico (BOURDIEU, 1998, p. 25).

No processo de constituição do Estado são dadas as condições para a unificação do mercado linguístico dominado pela língua oficial através das ocasiões oficiais e dos espaços oficiais (escola, administração pública, instituição política). Dentre eles, o sistema de ensino é o meio necessário para a difusão do código da língua escrita, da língua correta em oposição a língua falada, implicitamente tida como inferior, fazendo-a adquirir a força de lei (BOURDIEU, 1998, p. 30).

A dicotomia entre a língua materna (ou familiar) e a língua oficial assenta-se no projeto ocidental de constituição do Estado-nação, pois neste tipo particular de Estado, o Estado burocrático, a escrita é essencial para o desenvolvimento desta forma de governo, sendo preciso que o Estado-nação desfrute de uma língua escrita padronizada: “o *sistema burocrático moderno é altamente dependente da escrita* para a realização das atividades administrativas, seja para comunicar-se à distância, arquivar informações ou mesmo para despersonalizar interações” (GOODY, 1996 In DIAS, 2002, p. 11, grifo

---

90 Em muitos casos, a língua oficial é uma língua segunda, que pode ser igualmente interpretada na citação.

nosso).

Dessa forma, a imposição linguística tem parte com o Estado, com a unificação estatal, e com a dimensão de unificação do mercado dos bens simbólicos que acompanha a unificação da economia e da produção e da circulação cultural:

“O reconhecimento da legitimidade da língua oficial não tem nada de uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem de um acto intencional de aceitação de uma «norma»; ela inscreve-se no estado prático, nas disposições que são insensivelmente inculcadas, através de um longo e lento processo de aquisição, pelas sanções do mercado linguístico e que se encontram portanto ajustadas, fora de qualquer cálculo cínico e de qualquer condicionante consciente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços características de um determinado mercado prometem objectivamente aos detentores de um certo capital linguístico” (BOURDIEU, 1998, pp. 32-33)

### III.2.3.3 – A fixação da língua portuguesa

A fixação de uma língua sobre outra é um ato de superioridade cultural (MADEIRA, 2003, p.17), pois “todas as línguas do mundo são – estrutural e/ou tipologicamente – aptas a exprimirem todos os fatos humanos, desde que trabalhadas culturalmente para esse fim” (HOUAISS, 1987, p. 23). Nessa direção, Margarido (2000) visualiza que as hierarquias entre as diversas línguas “não são mais do que um duplo das hierarquias sociais e sobretudo raciais já sedimentadas a longa data” (p. 61).

A fixação da língua portuguesa inicia-se num ato político de institucionalização da mesma enquanto língua imperial, portanto numa imposição político-cultural (MADEIRA, 2003, p. 8). No entanto, a fixação da língua portuguesa foi feita de forma incompleta. As políticas coloniais nunca apresentaram uma glotopolítica concisa e nem tampouco a tiveram como prioridade imperial. Assim, a “não” fixação da língua está diretamente relacionada com desvalorização educacional por parte do império. Nas palavras de Lourenço (2004):

“Que ela seja hoje fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou a Timor, que a língua portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência dos deuses e obra do tempo do que resultado de concertada política cultural” (LOURENÇO, 2004, p. 123)



A falta de estratégia governamental na temática educacional, cultural e de uma política de língua, deve-se ao fato das mesmas nunca terem sido entendidas como necessárias. Os motivos para tal são sintetizados por Margarido (2000): primeiro pela suposição que os “colonizados” trabalhariam condenados à “mudez comunicacional” – o que, para o autor, relaciona-se diretamente com as percepções racistas da época, segundo as quais o africano, inferior intelectualmente, seria incapaz de aprender corretamente a língua portuguesa –; depois pela expansão da língua ter-se dado quase por um “milagre”<sup>91</sup> sem custos para o império colonial; e por fim, pela relação direta entre a “ignorância” e a “dependência”, nas palavras do autor: “o facto de lhe ser recusado o acesso à escrita, constitui por isso uma operação destinada a assegurar a permanência do estatuto de inferioridade” (MARGARIDO, 2000, p.50).

As consequências desta despreocupação com a literacia refletem-se hoje nos baixos índices de alfabetização dos países do espaço lusófono e se, verdade é que a língua portuguesa tenha sido capaz de se sobrepor as línguas locais, de se impor enquanto norma escrita, de integrar “falares na língua imperial”, certo é “que nunca conseguiu que a escrita se tornasse literacia, que a norma culta se estendesse uniformemente a todos esses povos através, principalmente, de uma escolarização maciça e objectivamente integradora” (MADEIRA, 2003, p. 22).

A fixação incompleta da língua portuguesa remonta ainda, num sentido prático, a capacidade de utilização da língua, o distanciamento exibido pelo locutor face à norma culta, à norma padrão, à língua legítima não só na escrita, mas também falada, que acaba por portar consigo a diferenciação e transforma os desvios linguísticos em distâncias sociais (BOURDIEU, 1998, pp. 37-38).

Como resultado, no interior do sistema de variantes “concorrentes” é que se define, dentro do mercado linguístico, o valor prometido às produções linguísticas dos diferentes locutores. Nesse sentido, mesmo para aqueles que a língua portuguesa é

---

91 Cabe salientar que há um debate acerca da intencionalidade da expansão da língua portuguesa às coloniais. O contexto socio-histórico em que essa dispersão se deu inseria Portugal na contextura europeia, onde a afirmação das línguas nacionais seguiam a par da afirmação da identidade e autonomia nacionais, em que o português vai se opor ao castelhano e ao poder político e linguístico que ele representava (MEDEIROS, 2005, p. 10). No entanto, o que pretende-se aqui não é discutir a intencionalidade dessa fixação, mas antes olhar para o fato dessa fixação não ter contado com uma glotopolítica coesa e que acarretou na não conversão em índices de literacia nesses países.

língua materna, as relações de poder e sociais são evidenciadas na hierarquização dos “falares”, atribuindo distintos estatutos aos que falam, por exemplo, “português do Brasil”, “português de Moçambique”, “português de Portugal”<sup>92</sup> (MADEIRA, 2003, p. 28). As diferenças que o embate dos falares “regionais” revela “existe, na ordem da pronúncia do léxico, e até mesmo da gramática, todo um conjunto de diferenças sociais [que] entram num sistema de oposições linguísticas que é a “re-tradução” de um sistema de diferenças sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 37).

### III.3 – Espaços de identificação

O debate sobre a identidade, sobre as identidades, é de todo amplo e controverso. De tal forma, próximo do percebido no conceito de cultura, a identidade é também um conceito difuso e de difícil delimitação. Os desdobramentos da identidade e as formas de abordar a questão da identidade são inúmeras<sup>93</sup>.

Neste capítulo, conforme já mencionado, a identidade será tratada a partir da língua, ou antes, busca-se atentar para a intimidade entre língua e identidade. Para tanto, entendemos que esta relação implica em duas dimensões: dos (1) *processos de identificação do sujeito* – que instaura o elo entre o social e o individual a partir do qual o sujeito assume um posicionamento (ainda que provisório); sendo que este processo só é possível através da língua(gem) (DE NARDI, 2007, p. 76), já que esta é o fundamento próprio do social (COSERIU, 1958, p. 43) e é ela que cria os referenciais do sujeito (MADEIRA, 2003, p. 9).

---

92 Os “desvios” da língua portuguesa, suas variantes, subordinam em relações hierárquicas não só realidades “externas” (o português falado em diferentes lugares do mundo) como também internas ao seu “lugar de origem”, posto que mesmo em Portugal essa hierarquização é percebida não só no que se refere aos “estrangeiros lusófonos” como também, por exemplo, o ilhéu e o continental.

93 As nomenclaturas que a ela se ligam permitem visualizar a amplitude do termo: identidade pessoal; identidades sociais; identidade coletiva; identidade cultural; identidade política; identidade nacional; identidade subalterna; identidade dominante; identidade legitimadora; identidade de resistência; identidade de projeto – apenas para citar algumas possibilidades de abordagem.

E, a (2) *identidade nacional* – concebida como a interação histórica de fatores *primários* (etnia, território, idioma, religião), *geradores* (meios de comunicação, cidades, exércitos modernos, monarquias centralizadas), *induzidos* (codificação da língua oficialmente, acréscimo da burocratização, sistema nacional de ensino), *reativos* (defesa das identidades oprimidas e subjugadas) (CASTELLS, 2008, p. 35). Inscrevendo a língua como fator que converge para a estruturação da identidade nacional.

### ***III.3.1 – A construção da identidade***

Num primeiro entendimento, podemos dizer que a identidade é “*sentido de pertença* [...] acima de tudo” (RAMALHO; RIBEIRO, 2002, p. 13, grifo nosso), e é por isso o “resultado da nossa própria tentativa de nos darmos sentido” (RAMALHO; RIBEIRO, 2002, p. 15). É sentido de pertença na medida em que a identidade é fonte de significado (CASTELLS, 2008, p. 22) e síntese da construção de múltiplos significados distintivos (ALVES SILVA, s/d, p. 3).

Nessa direção, os processos de *diferenciação* do sujeito – pelos quais dá sentido a si mesmo – resultam da interação social e de uma posição histórica: “o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros, e [...] [aos] meios de diferenciação pode ser colado, entrelaçado, um registo único e contínuo de factos sociais” (GOFFMAN, 1982, In MENDES, 2001, p. 496). O sujeito, enquanto registo único e contínuo dos fatos, assume uma posição histórica e social através da qual se fala a si próprio, dando-lhe sentido (DE NARDI, 2007, p. 82). Nesse sentido, identificou Hall (2000) que as identidades estão sujeitas a uma *historicização radical* – o que lhes dá um caráter de mutação constante e obriga a pensá-las em suas relações com o tempo (In DE NARDI, 2007, p. 81)

Além dos processos de diferenciação nos quais se inscreve o sujeito, a construção da identidade implica na idéia de *alteridade*. O “outro” assume papel relevante na identificação do eu, ora aproximando-se e criando pertença, ora se distinguindo e gerando diferenciação, ora construindo a imagem do “eu” pelo olhar do “outro”. Na concepção do ser humano o “outro” é decisivo (TODOROV, 1981 In MENDES, 2001, p. 503): “o diálogo com os outros é essencial na construção da

consciência de cada indivíduo, diálogo que é multivocal e que se produz na intersecção de forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e de forças centrífugas (necessidade de diferenciação do outro)” (BAXTER; MONTGOMERY, 1996 In MENDES, 2001, p. 503).

Nessa direção, Hall (2003) aponta que as identidades se criam por oposição, ou seja se constroem em relação ao que não são, pressupondo a *negação do outro*, a sua marginalização, ou em oposição, a *celebração da diferença*, que leva a aceitação da heterogeneidade e do hibridismo como elementos da identidade <sup>94</sup>.

Assim, as identidades são sempre relacionais, pois são baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e nas interações com o “outro” (MENDES, 2001, p. 490). Woodward (2000) lembra que a identidade, como algo relacional, é marcada pela diferença, ou seja, é o que algo que está fora dela não o é; e ainda, que a identidade é “uma construção, ao mesmo tempo, *simbólica e social*” (WOODWARD, 2000 In DE NARDI, 2007, p. 77, grifo nosso).

### ***III.3.2 – Identidade e poder***

Segundo Castells (2008), a construção social da identidade sempre ocorre em contexto marcado por relações de poder (p. 26). De tal maneira, “as identidades coletivas proporcionam um princípio de integração social” (EDER, 2003, on line), o qual é seguido por outro princípio tão essencial quanto: os interesses<sup>95</sup>.

Nesse sentido, as elites assumem papel assumido na constituição das identidades coletivas, posto que esse núcleo da sociedade é gerador de “tendências” (GAMA, 2009, p. 16). Como salienta Bauman (2005) “em nenhum momento dos últimos dois séculos ou menos, as linguagens faladas respectivamente pelas elites incluídas ou abastadas e

---

94 Próximo, portanto, dos processos pelos quais interagem cultura e ideologia identificados por Thompson (1995) acima expostos. Destacamos aqui a unificação (pela qual se constrói, no nível simbólico, uma identidade coletiva a fim de gerar a “unidade”) e a fragmentação (que expurga o diferente ,aquele que se ameaça ao grupo e unidade dominante) (THOMPSON, 1995, p. 86)

95“Os interesses conduzem as estratégias que incluem os outros mediante um cálculo racional, ou seja, levam a prover um mundo de pessoas suficientes para dele se beneficiarem. As identidades definem as fronteiras de um espaço em que se incluirão os interesses” (EDER,2003, online).

pelo resto do "povo", assim como as experiências relatadas nas nossas linguagens, foram tão diferentes entre si” (In GAMA, 2009, p. 16). Assumem ainda relevância posto que “fundam” identidades consideradas por Castells (2008) como legitimadoras – identidades dinamizadas por setores dominantes e instituições, a fim de aumentar e legitimar seus mecanismos de controle social (pp. 6-7). Assim, as elites, através de processos de autoridade, de legitimação, solidificam a construção da identidade coletiva com intuito de racionalizar a sua dominação.

No entanto este processo não se dá de forma passiva, mas negociada. Como coloca Santos (2001) a construção identitária passa por estratégias de aceitação e/ou recusa de padrões, sendo possível designá-la como integrada pelas representações e estratégias dos indivíduos e dos grupos. A identidade é, portanto, “uma construção estruturada [...] [que] *resulta também da margem de liberdade que esses mesmos indivíduos possuem na relação com os outros, nomeadamente na adesão aos modelos-padrão ou na recusa de reproduzir*” (SANTOS, 2001, p. 50, grifo nosso).

No mesmo sentido, Castells (2008) revela que “embora (...) as identidades também possam ser formadas a partir das instituições dominantes, apenas assumem tal condição quando e se os atores sociais as interiorizam, construindo o seu significado com base nessa interiorização” (CASTELLS, 2008, p. 3).

De tal forma, as identidades podem ser construídas de forma a negociar a inserção numa determinada realidade social, podendo ser encenada em termos de subordinação (ou adesão aos modelos-padrão) e/ou de reivindicação (ou recusa da reprodução de tais modelos)<sup>96</sup>.

Ainda no que se refere a questão do poder nos processos de identificação, o questionamento de Hall (1996) a respeito de quem necessitaria da identidade (In MENDES, 2001, p. 189) é elucidador. O autor conclui sua reflexão conferindo importância ao conceito devido ao fato da *identidade ser articuladora de discursos e práticas que interpelam o sujeito* (enquanto sujeito social) e que produz a subjetividade

---

96 Nesse espectro da negociação identitária a cultura é relevante ao passo que ela “é uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença para gerar diversas concepções de identidade de grupo” (APPADURAI, 1997, p. 13), encenadas em termos tanto de subordinação e resistência, face a forma como é explorada tal diferença.

que o constrói:

*“a identidade é um conceito crucial, porque funciona como articulador, como ponto de ligação, entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, por um lado, e, por outro, os processos que produzem a subjectividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados”* (HALL, 1996, In MENDES, 1001, p. 189, grifo nosso)

Madeira (2003) acrescentaria à reflexão que ao interpelarem o sujeito, os sentidos produzidos e circulados reconstituem novos processos de subjetivação e consequentemente de identificação, orientados para a tomada de posições, ou seja, os processos identitários são importantes ao constrangerem o sujeito na tomada de decisão para a ação social e política (p.7). Destarte é possível salientar que todo movimento identitário envolve um posicionamento político do sujeito (DE NARDI, 2007, p. 82).

### ***III.3.3 – A identidade e a língua***

#### **III.3.3.1 – A língua nos processos de identificação do sujeito**

No que se refere a problemática língua/identidade Lourenço (1999) observa o fato da língua ser anterior ao sujeito: “não se pode dizer de língua alguma que ela é uma invenção de um povo, mas ao contrário, é ela que o inventa” (p. 121).

A anterioridade da língua constitui o indivíduo, forma as suas categorias de pensamento e de reprodução do mesmo e assim confere, em primeiro plano, a identidade que lhe é dada, sedimentando a construção de seus referenciais. Como coloca Madeira (2003): “acordamos para uma língua e antes de sermos capazes de ler ou escrever o alfabeto, estamos mergulhados num conjunto de sentimentos, crenças e valorizações. Acordamos para uma língua sem saber como articulá-la. *A língua antecipa-se-nos, construindo o nosso referencial*” (p.9, grifo nosso).

Sendo a língua anterior ao sujeito e os seus referenciais construídos a partir dela, é ainda preciso que o sujeito encontre *espaços de identificação* que lhe permitam a “tomada da palavra” de forma a inscrever-se nesta língua, possibilitando “dizer” e “dizer-se”. Nesse sentido, a “tomada da palavra” é entendida como “o trabalho do

sujeito de estabelecer um lugar a partir do qual ele se dirá como tal, um lugar no discurso. Inscreve-se, esse sujeito, assim, em traços significantes, *produzindo espaços de dizer nessa língua*” (SERRANI, 1998, In DE NARDI, 2007, p. 75, grifo nosso). Os movimentos de “tomada da palavra”, observa Serrani (1998), conduzem à assunção de uma subjetividade que inscreve o sujeito como um “ser em línguas, pego na ordem simbólica que o produz enquanto sujeito” (In DE NARDI, 2007, p. 75).

No entanto, esta subjetividade é vivida em um “*contexto social* no qual a *linguagem e a cultura dão significado* à experiência que temos de nós mesmos e *no qual adotamos uma identidade*” (WOODWARD, 2000, In DE NARDI, 2007, pp. 75-76, grifo nosso). No entendimento dessa relação entre a anterioridade da língua (que confere os nossos referenciais), os espaços de identificação (que possibilitam a “tomada da palavra”) e o contexto social, torna-se possível compreender porque assumimos uma tal identidade e não outra, e ainda mais, como estas “identidades” são, antes de mais, um posicionamento, e este não é estanque:

“é um caminho para a compreensão do porquê somos chamados a assumir uma identidade e não outra, ocupando uma determinada posição e, por vezes, sendo chamados a estar em posições aparentemente conflitantes em momentos diferentes de nossa história. E mais, a consideração de um sujeito imerso em ordens significantes implica olhar para os processos de identificação como *a condição instauradora, a um só tempo, de um elo social e um elo com o objeto do desejo do sujeito*, já que a construção de uma identidade é o estabelecimento de um lugar de dizer e uma forma de satisfação do desejo: o encontro, ainda que provisório, com um posicionamento para si mesmo” (DE NARDI, 2007, p. 76, grifo do autor, sublinhado nosso).

Assim, a construção da identidade pelo sujeito, enquanto posição que o mesmo toma para si, se dá mediante a sua relação com a língua e com o discurso que o sujeito assume como seu, envolvendo fortemente o inconsciente e a subjetividade (DE NARDI, 2007, p. 77). Assumir uma posição, uma identidade, não significa estar aprisionado a ela, pois os discursos e a língua comportam heterogeneidade e polifonia. Dessa forma, é possível dizer que as identidades se ressignificam acompanhando os movimentos dos discursos e dos sujeitos nos discursos e na história, sendo, portanto, identidades moventes, não estáveis ou estáticas, que envolvem processos de identificação como elo social e de desejo do sujeito (DE NARDI, 2007, p. 78).

E ainda, se a construção da posição (do lugar de dizer) é um movimento que se

dá mediante o seu assujeitamento a um discurso que passa a assumir como seu, a identificação, enquanto processo por meio do qual o sujeito produz a sua identidade, pode ser considerada um efeito da relação do sujeito com a língua(gem), “pois é *justamente na língua que está a possibilidade de que haja identificação*, já que ela representa para o sujeito a dimensão simbólica, e é pela imersão no simbólico que ele encontra espaços que lhe permitem colocar-se na língua” (DE NARDI, 2007, pp. 76- 77).

Se os processos de identificação são um efeito da relação do sujeito com a língua(gem), se é na língua que se encontra a possibilidade de identificação e através dela a assunção de uma “posição”, de um “lugar de dizer”, parece impossível que a negociação dessas identidades e posições sejam feitas da mesma forma para aqueles que a fazem “dentro” da sua língua materna e para aqueles que a fazem inseridos na “língua do outro”.

Nesse sentido, contribuem as colocações de Derrida (2001) referindo-se a sua própria experiência e a relação entre a sua língua materna – o hebraico – e a língua incorporada durante sua estadia na Argélia – o francês. O autor versa sobre a incorporação de uma “outra” língua (não materna) como um processo de *naturalização do “artificial”*: “o que se naturaliza, e se torna parte do sujeito ao longo da sua constituição identitária, é uma *prótese que, por assim dizer, se incorpora*” (In PORTO, 2002, p. 143, grifo nosso). É ainda Derrida (2001) que alerta que “para os que vivem a língua como língua do Outro, a cultura da língua é sempre uma relação de hegemonia, porque esta língua se impõe como Lei, como homo-hegemônia, apagando as dobras e alisando o texto” (In MADEIRA, 2003, p. 27).

Assim, se uma mesma língua é para uns a “língua de partida”, a primeira, a “língua-mãe que cresce em nós”, para outros ela pode ser senão a “língua de chegada”, que vem do “outro” (MADEIRA, 2003, p. 27), sendo distintos os processos de negociação consoante a relação estabelecida entre o sujeito e a língua em que se realizam.

### III.3.3.2 – A língua na identidade nacional

Outro aspecto que a intimidade entre língua e identidade toca é conferido pela apropriação de uma língua na construção da identidade nacional. Nesse sentido, o



trabalho de Benedict Anderson (1991) é de grande expressão. No livro “Comunidades Imaginadas” (1991), Anderson relaciona a formação dos Estados-nação embrionários com a viragem linguística dos mesmos (ANDERSON, 1991, p. 78).

Para Anderson (1991), a nação, consolidada em torno da identidade nacional, teria passado pelo processo de oficialização dos vernáculos<sup>97</sup> europeus dentro da burocracia das estruturas do governo dos Estados europeus recém-formados. Agrega-se à sedimentação do Estado-nação, o desenvolvimento da indústria literária (do “capitalismo tipográfico”) assente nos vernáculos já amplamente utilizados pelas populações (ANDERSON, 1991, p. 78). As identidades nacionais são, portanto, relativas a utilização de determinada língua por determinado número de indivíduos, sob a condição da escrita:

“Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que apenas estas centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada. [...] Podemos resumir as conclusões dos argumentos apresentados até agora dizendo que a *convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna.*” (ANDERSON, 1991, p. 80, grifo nosso)

Anderson (1991) identifica a nação como uma condição limitada internamente e soberana de um grupo de indivíduos que estão ligados a outros indivíduos sem nunca os haver conhecido, mas que sabem possuir uma identidade comum partilhada (p. 33). Para o autor, portanto, a nação é identificada como uma coletividade humana que se projeta como nacional pela percepção “comum” de fatores culturais múltiplos, sendo a língua o mais basilar (ANDERSON, 1991, p. 32).

Benedict Anderson destaca o papel que a indústria literária operou

---

97 Nesse momento, ao latim tinha sido relegado o estatuto de língua sacra – o que, de certa maneira, limita e cerceia a influência da Igreja Católica/Vaticano sobre a Europa; conferindo maior “autonomia” aos Estados nacionais recém-formados (ANDERSON, 1991, p. 77).

potencializando essa condição, a favor de sua instrumentalização política para movimentos de luta pela soberania e autodeterminação em diversos processos históricos caracterizados como nacionalistas. Nesse sentido, o autor aponta a apropriação dos modelos nacionalistas europeus para movimentos independentistas, em especial, no sudeste asiático, mantendo sempre uma perspectiva de centralidade no papel das nações européias em germinar esses ideários (VASCONI, 2010, p. 23).

Nessa direção, não seria inoportuno referir que estes processos de formação do Estado nacional referem-se a realidades européias, e portanto, muito particulares. E, ainda, que as identidades, bem como os nacionalismos, não são necessariamente atrelados aos Estados. Como demonstra Castells (2008), a existência de movimentos nacionalistas seculares que não se constituem como Estados, são o exemplo que nos permite visualizar as identidades para além da questão do Estado-nacional moderno.

Em contextos “não-europeus” surge, facilmente, a constatação de que tais categorias de análise e conceitos fazem parte de um aparato ocidentalizado de percepção e de entendimento do mundo e das realidades nele vividas. Dentre tais, destacamos os referentes aos processos de descolonização, onde a formação do Estado nacional esteve sempre diretamente relacionada com a lógica colonial assente em categorias ocidentalizadas de nomeação e organização, sendo elas, principalmente, a concepção de Estado-nação<sup>98</sup> e identidade nacional, conceitos estes, identificados como um artefato ideológico, uma criação histórica arbitrária controlada pelas elites no projeto de estabelecimento de Estados-nação modernos<sup>99</sup> (GELLNER In CASTELLS, 2008, p.30)

No contexto das descolonizações, diversas dimensões são atribuídas ao

---

98 Recorda-se aqui que a própria noção de Estado identificado com Nação é um conceito falhado, pois “dos 132, apenas 12 correspondiam unidade política territorial a um grupo nacional, ou seja, 90,9% coexistiam num mesmo estado outros grupos nacionais” (CONNOR, 1971 In PUJOLS, 2008, p. 48). E que o seu vínculo remonta o projeto buscado pela Revolução Francesa do século XVIII, que a palavra Nação torna-se sinónimo de Estado, pois, se antes quem detinha a soberania estatal era o monarca, após a Revolução, o “povo” passa a ser o titular dessa soberania. À época de sua constituição, o *Estado-Nação*, surgido no contexto europeu, tinha como propósito reunir territórios e populações de maneira a garantir maiores rendimentos, o Estado-Nação era um instrumento económico e político e se apresentava como o único capaz de garantir a solidez/sobrevivência.

99 No projeto de constituição dos Estados-Nação “os movimentos nacionalistas (que racionalizam os interesses da elite) criam uma identidade nacional que é acolhida pelo Estado-Nação e disseminada pela propaganda política” (GELLNER, 1983 In CASTELLS, 2008 a, p.30).

nacionalismo, aqui entendido como a “força com habilidade em criar um *senso de identidade*” (GUIBERNAU, 1997 In MATA, 2007, grifo nosso). Pode-se verificar que a nação é passível de ser reinventada como “patrimônio herdado do passado” por agentes sociais que vão se apoderando dela, privatizando os signos que conferem existência às entidades fundacionais – a tradição, o passado, a memória, a língua – e, mobilizando “seus poderes interpelativos no processo de luta por hegemonia nos campos político e cultural” (AHMAD, 2002, In MATA, 2007).

No entanto, a questão do nacionalismo assume também a dimensão da resistência anticolonial. Chartterjee (1986) referindo-se ao nacionalismo nos países orientais de colonialismo britânico revela o caráter contraditório que este apresentou, pois estes países foram forçados a adotar uma “forma nacional” hostil às suas culturas, o modelo de Estado-nação e a identidade nacional, para lutar contra o nacionalismo ocidental das potências coloniais (In SANTOS, 2002a, p. 34).

Em tal situação, o reconhecimento do “subdesenvolvimento” ou do “atraso” dos povos colonizados é ameaçador na medida em que a sua superação significaria necessariamente a adoção de uma cultura estranha, fundando um ciclo contínuo, pois se para lutar pela independência era preciso adotar uma forma de “nacionalismo” que lhe era externo, ao adotá-lo adentrava-se na sua condição “subdesenvolvida” que requer, para superação dessa mesma “inferioridade”, o aprofundamento dessa “exterioridade” que é o nacionalismo ocidental. É nesse sentido que para Chartterjee (1986) a própria idéia do nacionalismo ocidental, a força de capaz de criar o senso de identidade, apresenta o seu dilema: “o nacionalismo como história de libertação e de progresso é o mesmo que conduziu aos regimes mais opressivos e irracionais” (p. 2, In SANTOS, 2002a, p. 34).

Em suma, nos contextos não-europeus pode-se dizer que “a representação dos espaços ocupados por uma língua” – língua que assume papel fundamental na consolidação do Estado-nação para Anderson (1991), que é “fator primário” da interação histórica que abarca a identidade nacional (CASTELLS, 2008, p. 35), que é entidade fundacional mobilizada no processo de luta por hegemonias nos campos político e cultural (AHMAD, 2002, In MATA, 2007) – “não corresponde exactamente à linguagem que foi ocupando os espaços da sua dispersão” (MADEIRA, 2003, p.28).

Primeiro porque não se pode estabelecer a existência de formas puras nem da língua, nem da identidade, nem da pertença a uma comunidade; e nem tampouco da forma como língua, identidade, cultura se cruzam na vivência e formação de povos agregados em comunidades, nações ou países. E depois, porque também não são únicas as identidades, mas múltiplas e sobrepostas, expostas e recobertas, o que não coincide necessariamente com os limites geográficos e não são definidas nas margens das fronteiras políticas (MADEIRA, 2003, p. 28).

#### ***II.3.4 – A construção identitária na lusofonia***

Pensar a identidade na lusofonia implica, em primeiro lugar, questionar a pertença enquanto processo fundamental da identidade. A partir do entendimento da identidade como “sentido de pertença que é acima de tudo” (RAMALHO; RIBEIRO, 2002, p. 13) é possível indagar a respeito da real (in)existência de uma “identificação lusófona”. Nesse sentido afirma Madeira (2003): “ora, nenhum lusófono saberá nomear extensiva ou detalhadamente os “nós” e os “laços” que unem ou separam, na lusofonia, o sentimento de pertença a uma comunidade” (p. 27).

Se a identidade implica, também, em processos de alteridade que jogam constantemente com a “negação do outro” e a “celebração da diferença”, ora com vistas a afirmar uma singularidade essencial, ora a assumir a diversidade como elemento constitutivo da identidade, não é inoportuno deixarmos a questão sobre quem seria o “outro” na lusofonia. Num esboço de resposta, colabora a afirmação de Medeiros (2005): “o que se entende, no imaginário português, como “espaço matricial da língua”, tende a transformar-se numa *referência identitária que permite, simultaneamente, uma auto-definição dos portugueses e a projecção dessa definição para os outros*” (p.13, grifo nosso); sugerindo, portanto, a quem se prenderia o referencial identitário na lusofonia.

Nesse sentido as relações de poder subjacentes à construção da pertença identitária lusófona – num sentido de comum entendimento e identificação entre povos com origens distintas e trajetos igualmente diversos entre si – tem início num ato político de institucionalização da língua portuguesa como língua imperial. Como acima mencionado, o “início lusófono” é dado por uma vontade política, ou ainda numa imposição político-cultural: “a lusofonia *instituição política* reclama e tenta impor a

utilização legítima da norma linguística em todos os espaços, invocando a preservação da norma culta como uma consequência natural do processo histórico quando, na verdade, se trata de uma *imposição político-cultural*” (MADEIRA, 2003, p.18, grifo do autor).

Acresce às relações de poder, que o sujeito ao falar a partir de uma posição histórica e cultural determinada, a “escolha” de *uma* história para um determinado grupo social será determinante na construção de sua identidade, posto que o passado (entidade fundacional) sempre significa sobre a identidade:

*“A história oficial é, certamente, apenas uma das versões da história de um povo, aquela que o poder determinou como possível de ser contada e que constrói a matriz de saberes para a construção de uma identidade, procurando sufocar a latente diferença que insiste em pulsar no seu interior. O passado sempre significa em relação à identidade”* (DE NARDI, 2007, p. 82).

Nesse sentido a “memória torna-se campo e objeto de luta havendo de identificar como funcionam as redes sociais e cognitivas que procuram impor a sua versão do passado e da identidade oficial” (MENDES, 2001, p. 499). Na lusofonia, a “comunhão cultural destes povos” está “condicionada pelo esquecimento, mas igualmente pela memória de um passado colonial, os dois necessariamente seletivos” (MEDEIROS, 2005, p. 17) na medida em que as relações de poder permanecem ou subsistem às relações coloniais (SEIXAS, 2007, p. 132) e condicionam a construção de uma identidade dita lusófona.

Por sua vez, o espaço da língua portuguesa é marcado pela pluralidade e pela diversidade (conforme acima exposto) e a conexão entre língua e identidade está intimamente marcada pela sua descontinuidade, onde as experiências relativas aos estatutos que a língua assume nas realidades em que se insere interferem diretamente nos processos de identificação do sujeito:

*“Os falantes de português que a têm como língua-mãe, terão a mesma concepção de lusofonia que os falantes de português que têm como língua materna uma das oito línguas bantu de Moçambique? Dito de outra maneira, o monolinguismo/plurilinguismo afecta a relação que cada povo mantém com as origens linguísticas, com a política da língua e com a sua experiência social e afectiva dentro de uma determinada língua?”* (MADEIRA, 2003, p. 27)

Ora, se é na língua que são encontradas as possibilidades de identificação (efeito da relação do sujeito com a linguagem) na qual o sujeito encontra o “lugar de dizer”; as

colocações de Derrida (2001) quanto a incorporação de uma língua segunda como um processo de incorporação do artificial que se naturaliza, indiciam as diferentes percepções possíveis entre aqueles que tem o português como língua-materna, e os que a tem como “língua do outro”.

Porém, ressalva-se ainda, que mesmo para os que tem o português como língua materna, a descontinuidade da “cultura da língua” reflete-se na diferença de tratamento a que se sujeitam os seus falantes:

*“A sua identidade é-lhes dada, não pelo Estado em que falam, mas pelo “estado” da sua língua num determinado contexto, pela diferença de estatuto que lhes é conferido por falarem português do Brasil, português de Moçambique, português de Portugal, ou português na Venezuela, na França, na África do sul, etc. [...] A capacidade de utilização de uma língua, a maior ou menor distância exibida por um locutor face à norma padrão [...] A construção da diferença, aqui, é fundada na desigualdade, na segregação ou na discriminação”* (MADEIRA, 2003, p. 28).

Tendo em conta a dinamicidade da língua e da identidade, não se pode postular a existência de formas puras de identidade, de língua, da pertença a uma comunidade e igualmente não se pode postular a existência de uma identidade, mas de identidades múltiplas no espaço lusófono. Nessa direção, exemplifica Madeira (2003) que:

*“Não se é “apenas” africano. É-se africano-árabe-macua, africano-senga-cristão, africano-thonga-protestante, africano-ronga-animista-católico e infinitamente, por aí adiante, consoante os critérios de designação propostos, sujeitos ainda assim a todas multiplicações e desdobramentos possíveis. Do mesmo modo, não se é simplesmente “português”. É-se português do continente, português ilhéu, português-transmontano, e poderíamos acrescentar: português-do-norte, português-da-raia, português-serrano e assim sucessivamente. Um “lusó-africano” é um luso que nasceu em África ou um africano que nasceu em Portugal? Um “lusó-descendente” é moçambicano, guineense ou brasileiro? Em suma, nem sempre são os limites geográficos das fronteiras políticas que melhor definem as margens da inclusão/exclusão; as identidades não são modulares, mas gradações híbridas que formam os indivíduos na sua relação com o seu ambiente social, económico e cultural”* (MADEIRA, 2003, p. 28)

Dessa forma, se a língua portuguesa – convocada para dar sentido a identidade lusófona – é veículo de expressão nacional de espaços regionais diversos, é também, apenas *um* dos instrumentos dessas identidades nacionais.

Se a língua portuguesa teve grande importância nos processos de independência das ex-colónias portuguesas, tendo sido, em certos casos, a única capaz de conferir a pretensa

unidade nacional (como no caso de Moçambique, acima exposto); ainda assim a construção da identidade nacional nesses espaços esteve “historicamente embebida na questão colonial, na medida em que a asserção da identidade nacional se transforma numa arma de luta contra a exploração colonial” (CHATTERJEE, 1986 In SANTOS, 2002a, p. 34).

Nesse sentido, frequentemente os discursos nacionalistas da resistência anti-colonial nos processos de independência ao mesmo tempo que desafiam a dominação colonial, aceitam as premissas intelectuais da modernidade em que a dominação colonial se funda. E não só as premissas intelectuais como também as premissas territoriais, nas fronteiras estabelecidas arbitrariamente segundo os interesses das expotenciais coloniais, “sob o fardo de que a sua contestação poderia ter significado o efeito contraproducente de perpetuar o colonialismo” (SANTOS, 2002a, p. 35).

Assim, a busca de uma identidade nacional “homogênea” para os falantes de uma língua torna-se insatisfatório no caso atinente da lusofonia. A assunção e compreensão da diversidade nos processos de identificação dentro de uma língua passam a ser importantes meios de compreensão de processos históricos que forjam a identidade:

“Mais importante do que isso [homogeneidade identitária numa língua] é construirmos meios para a compreensão de como diferentes processos históricos foram capazes de forjar imaginários sociais diversos, de construir memórias sociais diversas, dando origem a diferentes identidades sociais e, portanto, também a diversas formas de negociá-las” (DE NARDI, 2007, p. 83).

Por fim, se são inúmeras as possibilidades de identificação no espaço da língua portuguesa, a “pertença identitária lusófona” toca o esforço pela imposição de um (di)visão do mundo: “o poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhes princípios de visão e divisão comum, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (BOURDIEU, 1989, p. 117). A identidade na lusofonia passa por ser um esforço político pelo reconhecimento de uma visão única de uma tal identidade que se quer consolidada, mesmo que composta de múltiplos referentes. A construção do espaço lusófono implica o reconhecimento interno de uma visão única de si mesmo, e uma divisão social do mundo, através da identificação entre pertencentes e não pertencentes a esta “comunidade”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – A Fábula e a Ata**

A importância desse trabalho se dá na medida em que o mesmo ajuda a compreender a instrumentalização da lusofonia na política internacional, tornando manifesta a manipulação estratégica de atributos culturais e simbólicos, no caso a exponenciação da língua portuguesa, na negociação de áreas de influência internacional. Dessa forma, o trabalho acrescenta elementos na discussão não só pela assunção da inexistência de uma mitologia compartilhada no universo lusófono (já amplamente discutido por Eduardo Lourenço), ou ainda pela definição da língua, da cultura e da identidade que o mesmo assume interligando-os e tornando possível visualizar os processos identificatórios que interpelam o sujeito na tomada de decisão e da ação prática, mas, sobretudo, colabora para tal discussão ao evidenciar os discursos de três das principais instituições lusófonas.

Contribui ainda para o questionamento da validade do conceito-ideia da lusofonia, ou antes do discurso que a legitima, ao contrapor a sua institucionalização com a diversidade linguística, identitária e cultural dos espaços por ela atingidos. Contudo, conforme já exposto na introdução, a constatação empírica de tal diversidade, torna-se vazia de sentido se conjuntamente a ela não se buscar compreender e responder “que realidade pretendemos recobrir com o conceito de lusofonia” (BAPTISTA, 2000, p. 4). Nesse sentido, esse trabalho participa da busca por essa resposta ao realçar a perpetuação da ordem política internacional que remete, necessariamente, às relações de poder assentes no argumentário da dominação colonial agora relidas pela retórica lusófona.

Através da verificação das hipóteses de trabalho levantadas, no decorrer do estudo realizado, as análises desenvolvidas buscaram refletir acerca das mesmas, tendo como fator norteador a busca pelas respostas das questões colocadas.

No que alude a primeira hipótese deste estudo, a proximidade da cultura e da política inserem a lusofonia na expressão de um poder essencialmente simbólico que concorre para a formação de áreas de influência internacional. Tal assertiva foi corroborada pela percepção de que a cultura tem sido comumente instrumentalizada pela política para a legitimação de poder, através da produção simbólica da cultura que



naturaliza sentidos e estabelece uma determinada ordem política. Ao assumirmos que a cultura caracteriza-se pelo seu dimensionamento simbólico enquanto padrão de significados incorporados e que remete, necessariamente, a um fundo mítico, encontramos na lusofonia indícios que permitem sugerir em qual ordem política se apóia a instrumentalização da mesma. Fato que se dá pela ausência de uma mitologia compartilhada efetivamente no imaginário dos povos que se inserem na lusofonia. Ainda, se o mito adquire relevância na condução da história, como coloca Barthes (1984), torna-se mais evidente que, na lusofonia, a ausência de um fundo mítico e um imaginário efetivo deixa lacunas para que este espaço seja tomado por outros referenciais culturais e mitológicos, e que a apropriação destes (no caso, o lusotropicalismo e os mitos imperiais) servem de aporte para a formatação do discurso legitimador lusófono, sustentando, ou antes, perdurando a ordem política assumida anteriormente. Assim, a manutenção dos discursos abrigados na lusofonia remetem ao passado colonial e reforçam a matriz cultural e política portuguesa dentro dessa trama.

A configuração do sistema internacional contemporâneo, marcado pela fragmentação dos recursos de poder, permite mencionar que o mesmo (o poder) torna-se uma batalha pela manipulação dos códigos culturais da sociedade. Nesse sentido, a instrumentalização dos recursos simbólicos como fonte de legitimação política percorre o poder simbólico na luta pela imposição da definição do mundo.

De tal maneira, através da conexão de fatores (cultura, língua e política) foi possível discutir a lusofonia como um poder essencialmente simbólico assente num aporte cultural que converge para a negociação de áreas de influência internacional.

Por sua vez, a segunda hipótese de trabalho pôde ser confirmada mormente pela análise dos discursos institucionais das três organizações selecionadas, bem como pela observação dos fatores que as originaram e pelos objetivos que apresentam. Em primeiro lugar, verificou-se que a matriz diferenciadora – a língua portuguesa – é basilar à formação das três instituições, sendo ela o argumento central para a fundação das mesmas. A partir desta matriz, os objetivos e funções destas instituições são traçados e levados a cabo.

No que tange aos processos de formação das mesmas, os atos de fundação da UCCLA e da CPLP são simbolicamente expressivos, dado não só os locais escolhidos

para os mesmos (Padrão dos Descobrimentos – Lisboa; Centro Cultural de Bélem – Lisboa, respectivamente), mas também o enfático e entusiástico discurso lusófono antecedente que circunda tais fundações de um forte caráter inevitável do “destino lusófono”.

Pôde-se constatar que o discurso eminentemente lusófono destas instituições assenta-se nos mesmos referenciais teóricos discutidos sobre a lusofonia: o passado comum, a identidade “partilhada”, a língua portuguesa comum, os registros lusotropicals, a unidade forjada, “vantagem lusófona”, a evocação de “valores próprios” dos povos lusófonos. Nesse sentido, através da colocação de Bourdieu (1982) para quem a história toma forma a partir da palavra da instituição, pois esta é criadora de representação legítima (p. 21), corroborou-se a ordenação simbólica do mundo (influência cultural) que a “lusofonia” chama para si.

Também nessa direção, a análise destas instituições evidenciou a saliência da matriz cultural/identitária portuguesa quer nos discursos das mesmas, quer nas práticas por elas tomadas. Índícios que apontam que a lusofonia, através dos seus processos de institucionalização e construção de legitimidade que conjugam idéias, capacidades materiais e instituições (nessa parte do trabalho nos atentamos a dimensão institucional), estabiliza-se e perpetua uma determinada ordem hegemônica que vai buscar de tais referências e práticas coloniais.

No que se refere a última hipótese levantada, a respeito da sustentabilidade das premissas lusófonas, a verificação da mesma pôde ser conferida, em primeiro lugar, pelo dimensionamento da diversidade linguística do espaço dito lusófono. Ao visualizarmos a ampla variedade linguística existente nos países que compõem a lusofonia foi possível desconstruir a assertiva dos cerca de “240 milhões de falantes da língua portuguesa” e a pretensa uniformidade que a mesma visa conferir.

Se a língua portuguesa é a “quinta língua mais falada do mundo”, que abarca estes tais 240 milhões de falantes, não significa, contudo, que ela seja a mesma para todos estes. Primeiro porque se ela é língua materna da maioria dos mais de 190 milhões de brasileiros ou dos por volta de 10 milhões de portugueses, não o é nas realidades angolana, caboverdiana, guineense, moçambicana, são tomense ou timorense. É senão língua do “outro”, segunda língua ou língua oficial para a maioria destas

populações.

Nesse sentido, a uniformidade linguística entre os falantes de língua portuguesa aludida na retórica lusófona é insustentável socialmente, tendo, portanto, outros fins que não cobrem a perspectiva real/social/cultural/linguística dos territórios em que a língua portuguesa foi-se entranhando. Fins estes que foram observados nos dois primeiros capítulos dessa dissertação, nomeadamente, a busca de áreas de influência internacional e o reforço matricial português nessa categoria conceitual de aplicação prática que é a lusofonia.

A uniformidade linguística foi também questionada pela concepção de língua aqui delimitada – fenómeno social, dinâmico e (i)material – e junto a ela também da identidade (circunscrita na questão linguística). Contrapondo-a à língua “instituição política”, a lusofonia “instituição social” passa a ser “essa articulação viva que mantém, actualiza e recia, modula, apropria e amplia esta língua em espaço oficiais e informais, físicos e imateriais” (MADEIRA, 2003, p. 20).

A língua imersa no social e no histórico tem uso simbólico que a cinge de conteúdo ideológico. Essa ligação (língua e ideologia) é a condição da produção de sentidos estabelecida na relação entre língua e poder. É na lógica da produção e circulação de sentidos que encaixa-se a própria incipiência do termo “lusofonia” (e seus derivantes).

Cabe, nesse debate, a reflexão quer sobre a aparente neutralidade de expressões (“lusófono”, “espaço lusófono”, “lusofalante”) – que faz com que, de certa forma, se isentem de serem desconstruídos criticamente –, quer sobre o aparente conforto linguístico ou semântico das mesmas disfarçando relações hegemônicas identitárias (VARELA; COSTA, 2009, p. 15). Estes vocábulos suscitam ainda diferentes planos de discussão, tanto pela relação imediata com a “atribuição da cidadania” que confere a Portugal a sua primeira instância, como ainda pela centralidade da referência pelo lado português tanto cultural-identitária quanto pelo político/econômico no cenário internacional que à cada parte é atribuído, relações que tornam-se explícitas nas próprias palavras (VARELA; COSTA, 2009, p. 16).

Como acima referido, também a “des-utilização” frequente dos vocábulos (“lusocultura”, “lusitanismo”, “lusismo”, “luso-brasileiro”, “luso-africano”) está

inserida na produção de sentidos. Esta substituição se dá pela convocação destes elementos nos discursos e narrativas articuladas sobre os povos que utilizam a língua portuguesa, tendo relação direta com outras apreciações de outros domínios, que não só linguísticos, mas também de signos e práticas estabelecidas pelas relações sociais, econômicas e políticas (MADEIRA, 2003, p. 8). Daí que a lusofonia seja marcada pela ambiguidade com que circula no processo de produção de sentidos e esteja diretamente vinculado com estratégias ideológicas e de poder dos grupos sociais que detêm os seus meios de produção, sendo antes um projeto ou vontade política das elites, conforme colocou Rodrigues Lopes (2007), do que uma “tradução do real”.

Portanto, assumida a diversidade respeitante, observados os estatutos atribuídos às diversas línguas, a dimensão social da língua, a sua relação com poder e o aporte ideológico da produção de sentidos, é possível compreender a dicotomia entre a língua dimensionada socialmente e a instrumentalização política feita pela retórica lusófona. A lusofonia “instituição política reclama e tenta impor a utilização da norma linguística em todos estes espaços, invocando a preservação da norma culta como consequência natural do processo histórico quando na verdade, se trataria de uma imposição política-cultural” (MADEIRA, 2003, p. 12). É ainda, a língua “instituição política” ligada a existência prática dos seus usos que permite atentar as relações de poder nela inscritas e que possibilita encará-la na sua dimensão política.

Por sua vez, a pertença identitária lusófona foi discutida através da intimidade entre língua e identidade. Intimidade que abrange os processos de identificação do sujeito e a construção da identidade nacional.

É através da língua que se encontram as possibilidades de identificação do sujeito, espaços estes que conduzem o sujeito à tomada da palavra pela qual pode dizer e dizer-se. A tomada da palavra remete a uma subjetividade dada de acordo com o contexto social em que se encontra o sujeito; a partir dela adota uma identidade, um lugar de dizer, uma posição – não estanque, mas mutável. Nesse sentido, a pertença identitária lusófona é questionada pela própria diversidade linguística existente na lusofonia, pois os processos de identificação não se darão da mesma forma para os que negociam identidades em diferentes mosaicos linguísticos.

No que concerne a identidade nacional sob o jugo da lusofonia, ou antes, da

língua portuguesa, coube recordar que a questão identitária abrange diferentes planos de identificação e mesmo por isso, se a língua portuguesa é veículo de expressão nacional de espaços regionais diversos, é também, apenas *um* dos instrumentos das mesmas. E ainda, que a esta própria categoria organizacional é um conceito de aparato ocidental, pertinente a realidades particulares e que acaba por traduzir-se, em muitos casos dos países de língua portuguesa, como ajustamentos impróprios atrelados a lógica colonial.

Assim, a retórica lusófona ao utilizar da “língua comum” e da sua exponenciação na construção da identidade ou identificação entre povos diferentes, o faz de forma a mascarar a diversidade desse espaço e subjazer relações de poder que há muito vêm sendo cunhadas. Ao abrigar num mesmo referencial a “identidade lusófona”, a retórica lusófona forja a unidade e exclui a diferença, ao mesmo tempo que usa da diferença entre lusófonos (sobretudo através de esteriótipos cunhados já há longa data) não para emancipar, ou descolar, mas para perpetuar relações dantes entabelecidas, para gerar e sustentar certo poder assente na exclusão.

Nesse sentido, dentro dos processos de identificação quebrar as representações estereotípicas e estanques “*é criar oportunidades reais de identificação*, não com um outro como caricatura de si mesmo, que permite ao sujeito pensar dominá-lo pela apreensão das características que o individualizam, mas por um outro que o desloque, faça-o sentir a necessidade de *reconhecer o espaço da diferença como o lugar da construção das identidades*” (DE NARDI, 2007, p. 81).

Proporcionar os deslocamentos é fundamental quando assume-se que todo conflito identitário leva a mudanças sociais, políticas e econômicas, podendo ser ao mesmo tempo decorrente dessas mudanças. Assim, “conceber a identidade e a cultura como espaços da diferença é opor-se ao controle social que se faz por meio da homogeneização, pela separação dos diferentes, expulsão da heterogeneidade que cria espaços de poder pela restrição dos lugares sociais” (DE NARDI, 2007, p. 82).

Na mesma direção, podemos referir que Eduardo Lourenço, concebe a possibilidade de construção do imaginário mitológico compartilhado efetiva e afetivamente na lusofonia, desde que o mesmo se assuma como um espaço da pluralidade e da diferença:

“o imaginário lusófono tornou-se definitivamente, o da pluralidade e o da diferença, e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja *unidade utópica*, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento mais sério e profundo, *assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença*. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextrincavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense (LOURENÇO, 1999, p. XX)

De forma convergente, as críticas pós-coloniais têm refutado a idéia de que a lusofonia é um sonho homogeneamente partilhado, apresentando-a na sua pluralidade discursiva, reconhecendo a diversidade identitária entre países e grupos sociais (VALENTIM, 2005). Os estudos pós-coloniais indicam também a necessidade de trabalhar e pensar a lusofonia conjuntamente com a redefinição identitária que ela exige, sem esquecer ou negar o passado colonial mas dando voz a todas as partes da história.

Dessa forma a lusofonia poderia recriar-se e reconstruir-se como discurso pós-colonial na medida que superasse a dicotomia “colonizador/colonizado” e que “nos convidasse a questionarmo-nos acerca do nosso lugar e dos nossos motivos, abertos ou inconfessados nessa utopia e simultaneamente a olhar “de olhos abertos” para as outras imagens e miragens que a compõem” (LOURENÇO, 1999 In SEIXAS, 2007, p. 133). Assim, a lusofonia pode ser “um espaço de fecundidade e entendimento entre povos” (PADILHA, 2005) desde que a mesma se assuma como um discurso “plural e necessariamente imperfeito” num projeto utópico que revisitasse criticamente a história colonial confrontada a partir de outras memórias que não só a memória do colonizador (LOURENÇO, 1999). Na mesma direção, a lusofonia pode ser identificada como um espaço imbuído de possibilidades emancipatórias, denominada como um potencial de “hibridação emancipatória” (SANTOS, 2002a), desde que a mesma se estabeleça através da promoção do diálogo pós-colonial e polifônico (SEIXAS, 2007, pp. 136-137).

É nesse sentido, que se retoma aqui o ser e o porvir da lusofonia. Nas palavras de Lourenço (1999) são eles: “o presente e o destino desse continente imaterial que é, ou que queremos que mais nitidamente o venha a ser, o *mundo da lusofonia*” (p. 174, grifo do autor, sublinhado nosso). Presente e destino possíveis tão-somente pela vontade política dos que desse universo fazem parte (ou que ele representam – ou seja as suas

elites políticas), e que passa, necessariamente, pelo continente imaterial dessa esfera.

Sinteticamente, este trabalho tencionou demonstrar os mecanismos que colocam a “ficção” lusófona na ordem do dia, ganhando estatuto de “verdade”, perpetuando-se em todas as suas formalidades. Paralelizando o *Desenredo* rosiano, a fábula é posta em ata. Colocação esta que referencia quer a insustentabilidade das premissas que sustentam a lusofonia – daí ser ela “ficção” e “fábula”; quer a sua formalização e perpetuação através de suas instituições – tornando-a “verdade” pela via da “ata”. Esta última alusão faz-se em jeito de ironia no que toca a sacralização da escrita enquanto validade única (e uníssona) da realidade que se tece. Por fim, as considerações finais direcionam também para o *Desenredo*. Como no conto de Guimarães Rosa, onde o seu protagonista ousa desprezar a verdade linear e “re-narra” a história, também na lusofonia a re-leitura do passado (até então legitimado pelo lado “linear” da história) feita por todas as vozes que a compõe é a possibilidade da concretização de um “desenredo” emancipatório.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. C. Memória e identidade nacional – as comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re)construção da nação. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseCarlosAlmeida.pdf>> Acesso em: 24 ago.2010.

ALMEIDA, M.V.d. **Crioulidade e fantasmagoria**. Brasília, 3 nov. 2004. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (Série Antropologia). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>> Acesso em: 10 maio.2010

\_\_\_\_\_. O Atlântico pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In:

\_\_\_\_\_. **Um mar da cor da terra**. “Raça”, cultura e política da identidade. Oeiras: Celta, 2000. 256p.

\_\_\_\_\_. O regresso do luso-tropicalismo – nostalgias em tempos pós-coloniais. Essas outras histórias que há para contar. Lisboa: Salamandra, 1998. pp 235-243.

\_\_\_\_\_; BASTOS, C.; FELDMAN-BIANCO, B. (coords). **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 23-37.

ALVES SILVA, R. H. **Sociedade em rede**: cultura, globalização e formas colaborativas. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior. Covilhã, s/d. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf>> Acesso em: 14 abr.2010.

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL. **Guiné Equatorial na CPLP**. Disponível em: <[www.amnsitia-internacional.pt](http://www.amnsitia-internacional.pt)> Acesso em: 25 jul.2010.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ANDRADE, O. **Pau-Brasil**. São Paulo: Globo, 2003.

ANJOS, J. C. G. d.Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 2003, pp. 579-596. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a08v25n3.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2010.

APPADURAI, A. Dimensões culturais da globalização – a modernidade sem peias. Tradução de T. Costa. Lisboa: Teorema, 2004.

ARAGÃO, M. d.S.S.d. **A contribuição de António Houaiss para a linguística brasileira**. Disponível em: <[http://alanepb.org/downloads/socorro\\_06.pdf](http://alanepb.org/downloads/socorro_06.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2010.



ARRIGHI, G. Globalização e macrosociologia histórica. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.20, jun.2003, pp. 13-23. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a3.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2010.

AUGEL, M. P. O crioulo guineense e a oratura. **Scripta**, Belo Horizonte, v.10, n. 19, p.69-91, 2º sem 2006. Disponível em:  
<[http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20070621145422.pdf](http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070621145422.pdf)> Acesso em: 16 jul.2010.

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Disponível em:  
<[http://aulp.org/index\\_main.php](http://aulp.org/index_main.php)>

\_\_\_\_\_. Relatório de Actividades – 1999/2001. AULP, 2002.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104. Tradução de M. Ávila; G. R. Gonçalves; E.L.d.L Reis. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/bhabha/bhabha.pdf> Acesso em: 23 ago.2010.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2 ed. Tradução de M.Lahud; Y.F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAPTISTA, M. M. O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: para além do multiculturalismo 'pós-humanista', **III Seminário Internacional 'Lusografias'**. Évora, 8 a 11 Nov. 2000, Évora: Universidade de Évora, 2000. No prelo.

\_\_\_\_\_. Da cultura europeia à lusofonia: pensar o impensado com Eduardo Lourenço. **Metamorfoses**, Lisboa, nº4, 2003, pp. 45-54. Disponível em:  
<<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/DaCulturaeuropeiaaLusofonia.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. O outro, globalmente o mesmo. In: LÓPEZ, A. B.; LUCAS, B.M.(eds). **Nacionalismo e Globalización: Língua, Cultura e Identidades**. Universidade de Vigo, 2003, pp. 213-219. Disponível em:  
<<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/O%20outroGlobalmenteoMesmo.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Do anti-humanismo trágico de Eduardo Lourenço. **Estudos** - Revista do Centro Académico da Democracia Cristã, Coimbra, Nova série, 2003, pp.67-77. Disponível em: <<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/DoAntiHumanismo.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. A Lusofonia não é um jardim ou da necessidade de 'perder o medo às realidades e aos mosquitos. In: CABECINHAS, R.; MARTINS, M. L.; SOUSA, H. (eds). **Comunicação e Lusofonia** – para uma abordagem crítica da cultura e dos media. Porto: Campo das Letras, 2006, pp. 23-44. Disponível em:  
<<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/ALusofonianaoeumJardim.pdf>> Acesso em: 08 abr.2010.

\_\_\_\_\_. Pela mão de Heidegger e Lacan...Ontologia e imaginário em Eduardo

Lourenço.

**Colóquio/Letras**, Lisboa, nº 170, pp.219-235, jan-abr. 2009. Disponível em:  
<<http://mariammanuelbaptista.com/pdf/PelamaoHeidegger.pdf>> Acesso em 15 jul.2010.

\_\_\_\_\_. Comunicação Intercultural e Lusofonia – a perspectiva da semiótica da cultura. In: MARINHO, S.; ROCHA, R.P.; SOUSA, H (eds). **Anuário internacional de comunicação lusófona 2008**: Comunicação e cidadania no espaço lusófono. Braga, Publicação Lusocom/Sopcom/CECS, pp. 11-20, 2009.

BARBOSA, F. Língua, Discurso e Identidade no Cabo Verde Pós-Colonial. In: **International Conference on Capverdean Migration and Diaspora**. Centro de Estudos de Antropologia Social. ISCTE– Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 6-8 abr.2005. Disponível em:  
<[http://www.prio.no/private/jorgen/cvmd/papers/CVMD\\_Barbosa\\_Fernando.pdf](http://www.prio.no/private/jorgen/cvmd/papers/CVMD_Barbosa_Fernando.pdf)> Acesso em: 12 jul.2010.

BARRONAS, J. E. d. A. Falar rural: é possível alterar uma tradição (?). **Abralin**, Curitiba, v. 6, n.1, p.95-110, jan/jun. 2007. Disponível em:  
<<http://www.abralin.org/revista/RV6N1/03-Joyce.pdf>> Acesso em: 03 jul.2010.

BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996

BARROS, D. L. P. d. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: \_\_\_\_\_; FIORIN, J.L. (orgs). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

BARROS, V. A lusofonia como espellismo dunha casa miticamente común. *Tempo exterior*, n. 19, v. X (I), pp. 7-21, 2009.

BARTHES, R. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BAUMAN, Z. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de C.A. Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer** – a economia das trocas linguísticas. Tradução de W. Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de F. Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BORGES, B.d.M. Uma teoria de instituições em declínio: reavaliando saída, voz e lealdade de Hirschman para as instituições internacionais. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul/dez. 2004, pp. 249-286. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/cint/v26n2/v26n2a01.pdf>> Acesso em: 30 set.2010.

BRITO, W. A cidadania lusófona: condição necessária da afirmação política da multicul-turalidade lusófona. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em:  
<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel1/WladimirBrito.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2010.

BRITO, R. H. P. d.; MARTINS, M. L. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária. **Anuário internacional de comunicação lusófona**, v. 2, n. 1, pp. 69-78, 2004. Disponível em:  
<<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1156/902>> Acesso em: 06 jun.2010.

\_\_\_\_\_. Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. In: Fidalgo, A.; Serra, P.(Eds.). **Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO**, Vol 3, Visões Disciplinares. Covilhã: LabCom, 2005. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/brito-regina-martins-moises-mo%C3%A7ambique-e-timor-leste-onde-tambem-se-fala-o-portugues.pdf>> Acesso em: 06 jun.2010.

CALDAS, E. L.; LACZYNSKI, P.; EVANGELISTA, A. C. **Participar de Redes Internacionais**. Ação Administrativa Instituto Polis: São Paulo, n. 204, p. 1-2, 2003. Disponível em <[http://www.polis.org.br/download/arquivo\\_boletim\\_12.pdf](http://www.polis.org.br/download/arquivo_boletim_12.pdf)> Acesso em 7 jun. 2010.

CAPELLO, R. O padrão das redes de cidades: calculando as exterioridades da rede urbana. **Rio Estudos**, Rio de Janeiro, n. 01. p. 2-15, fev. 2001. Disponível em <[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/40\\_o%20padr%E3o%20da%20rede%20de%20cidades.ZIP](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/40_o%20padr%E3o%20da%20rede%20de%20cidades.ZIP)> Acessado em 17 jun. 2010.

CARDOSO, F. J. CPLP: Entre Expectativas e Realidades. In: **O Mundo em Português – A Europa Mundo**, n.º 45-47, Julho/Julho/Agosto, Lisboa: IEEI, pp. 14-16, 2003.

CARREIRA, S.d.S. G. Narrar a nação: um projeto além da utopia. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em:  
<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ShirleyCarreira.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2010

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural. O direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIOTTA NEVES, R. Os estudos pós-coloniais: um paradigma de globalização. **Babilónia** – Revista lusófona de línguas, culturas e tradução, Lisboa, n. 6-7, pp. 231-239, 2009. Disponível em:  
<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/viewFile/912/746>> Acesso em: 23 ago. 2010.

CORDEIRO, E. Foucault e a existência do discurso. **Cadernos do Noroeste**, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, v. 8, n. 1, 1995, pp.179-186.

COSERIU, E. **Sincronía, diacronía e história**. El problema del cambio lingüístico. Montevideu: s.ed.,1958, p. 43.

COSERIU, E. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.60, pp. 117-134, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100007&script=sci_arttext)> Acesso em: 23 ago.2010.

COSTA, S. F.; VARELA, O. B. Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP): comunidade “lusófona” ou fictícia?. **Tempo Exterior**: Revista de Análise e Estudos Internacionais, [Baiona/Pontevedra; Galícia], n. 19, Jul/Dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Cabo Verde e a União Europeia**: diálogos culturais, estratégias e retóricas de integração. 2009. 289f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009

COUTO, M. Perguntas à língua portuguesa. **Ciberdúvidas da língua portuguesa**. 11 abr.1997. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=118> > Acesso em: 12 abr.2010.

\_\_\_\_\_. A reinvenção da língua portuguesa em Moçambique – alucação de Mia Couto na cerimónia de entrega do prémio literário da União Latina. **Ciberdúvidas da língua portuguesa**. 4 maio.2007. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=1165> > Acesso em: 12 abr.2010.

\_\_\_\_\_. Língua portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos – alucação de Mia Couto na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa. **Ciberdúvidas da língua portuguesa**. 22 jun.2007. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1279> > Acesso em: 12 abr.2010.

COX, R. Ideologies and the new international economic order: reflections on some recent literature. **International Organization**, v. 33, n. 2, pp. 257-302, 1979, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706612>> Acesso em: 30 set.2010.

\_\_\_\_\_. Social force, states and world orders: beyond international relations theory. In:

\_\_\_\_\_; SINCLAIR, T. **Approches to world order**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/> >

\_\_\_\_\_. **Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa - 10 Anos da CPLP** (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Lisboa: Assessoria de Imprensa – Secretariado Executivo da CPLP, 2006.

CRISTÓVÃO, F. Os três círculos da lusofonia. Revista Humanidades (Lisboa), 2002.

DERRIDA, J. **O monolinguismo do Outro ou a prótese de origem**. Porto: Campo das Letras, 2001.

DE NARDI, F. S. **Um olhar discursivo sobre a identidade** – Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. 2007. 202 f. Tese (Doutorado em Teorias do texto e do discurso) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DIAS, J. B. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. **Mana**, vol.8, n.1, pp. 7-27, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9639.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2010.

*Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.

*Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*. Porto: Porto editora, 2009.

*Dicionário da Língua Portuguesa Aulete*. Disponível em: <[www.aulete.uol.com.br](http://www.aulete.uol.com.br)>

*Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2003.

ECO, U. **O signo**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

EDER, K. Identidades coletivas e mobilização de identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 set.2010

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

\_\_\_\_\_. Dialogismo com conceito chave de uma antropologia filosófica. In: \_\_\_\_\_. et al. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, Editora UFPR, 1999.

FEIJÓ, R. G. Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste. **Etnográfica**, v. 12, n. 1, pp.143-172, maio 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a08.pdf>> Acesso em: 06 jun.2010.

FELDMAN-BIANCO, B. Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhanças e diferenças. In RAMALHO, M. I; RIBEIRO, A. S. (org). **Entre Ser e Estar** - Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002, pp. 143-184.

FERRÃO, L.; ROQUE. A. R. As teias da história: importância e contributo dos inventários materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana\\_Roque.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Roque.pdf)> Acesso em: 23 ago. 2010

FERREIRA, Manuel. **Que futuro para a língua portuguesa em África?**. Lisboa:

ALAC (Edições A Preto e Branco), 1988.

FERREIRA, M. E.; TORRES, A. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas. In: MOREIRA, A. (coord) **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação**. Coimbra: Almedina, 2001. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1106/1/cplp.pdf>> Acesso em: 08 maio.2010.

FIRMINO, G. Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique. In: **Colóquio “Português, Língua Global”**, 2008a, Maputo. [Lisboa] Instituto Camões, 2008. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=83&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69)> Acesso em: 08 maio.2010.

\_\_\_\_\_. Nomes dos *vatonga* de Inhambane: entre a “tradição” e a “modernidade”. **Etnográfica**, vol.12, no.1, p.129-141, maio, 2008b. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a07.pdf>> Acesso em: 08 maio.2010.

\_\_\_\_\_. A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique. In: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.(s/d) Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>> Acesso em: 08 maio.2010.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, pp.197-223, nov.2001

FLORES, V. Dialogismo e enunciação: elementos para uma epistemologia da linguística. **Linguagem & Ensino**, v. 1, n. 1, 1998, pp. 5-34.

FONTENLA, J. L. Sob o signo de Babel. Reflexão acerca da literatura e integração linguística. **Cadernos do Povo/Ensaio – Revista da Lusofonia**, Braga, v.5, pp. 9-14, set.1987

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas** - uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de A. R. Rosa. Lisboa: Edições 70, 1991.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Tradução de L.F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRONZAGLIA, M.L. **Unidades Subnacionais**: Um Estudo de Caso Sobre a Cidade de São Paulo – de 2001 a 2004. 2005. 232f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005.

FURTADO, C. A Busca de uma Integração (Im) Possível. In: **O Mundo em Português – A Europa Mundo**, n.º 45-47, Julho/Julho/Agosto, Lisboa: IEEI, 2003.

GAMA, C. d. M. **A identidade cultural portuguesa** – instrumentos promotores: o Instituto Camões. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações

Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GILL, S. R.; LAW, D. Global hegemony and the structural power of capital. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 4, pp. 475-499, dez.1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600523>> Acesso em: 30 set.2010.

\_\_\_\_\_. **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

GOMES, G.S.C. Comunidades culturais e linguísticas: um veículo para a cooperação inter-regional e internacional?. In: XXI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA – DIVERSIDADE E MUDANÇA NA ORDEM INTERNACIONAL, 21, nov. 2003, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 2003. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/files/SantaClaraGomes.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2010

GOMÉZ, José Maria. Globalização da política – mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (Org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** (vol. 2). São Paulo, Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES; L.M.P.; SARMENTO, C.M. Palavras de abertura. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Org). **Culturas cruzadas em português** – Redes de poder e relações culturais (Portugal – Brasil, séc XIX e XX). Volume I – Instituições, diplomatas, intelectuais e movimentos. Coimbra: Almedina, 2010

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Redes de poder e relações culturais. Diálogos e pesquisas. In \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Org.). **Culturas cruzadas em português** – Redes de poder e relações culturais (Portugal – Brasil, séc XIX e XX). Volume I – Instituições, diplomatas, intelectuais e movimentos. Coimbra: Almedina, 2010

HAGEMEIJER, T. As língua de S. Tomé e Príncipe. Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, [La Coruña], v. 1.1, pp. 1-27, 2009. Disponível em: <[http://rcblpe.sftw.umac.mo/HOME\\_PORT\\_\(RCBLPE\)\\_1.html](http://rcblpe.sftw.umac.mo/HOME_PORT_(RCBLPE)_1.html)> Acesso em: 16 jul. 2010.

HALL, S. **Da diáspora** – identidades e mediações culturais. Tradução de C. Alvares, S. Amaral, A. C. Escosteguy, A. L. G. Resende, F. Rudgier. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, T. T. d. (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petropolis: Vozes, 2000.

HAMILTON, R. G. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. **Via Atlântica**, n.3. São Paulo: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, 1999.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história** – uma introdução geral à filosofia da história. 2 ed. Tradução de B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.

HEIMER, F.W. Dinâmicas políticas nos países africanos de língua portuguesa. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. 2004, Coimbra. Anais... Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/Franz\\_Heimer.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/Franz_Heimer.pdf)> Acesso em: 24 ago.2010.

HERNÁNDEZ, A.G. As minhas razões para acreditar na “lusofonia”. **Revista Galaicoportuguesa de sociopedagogia e sociolinguística**, temas de ensino, v. 1, n. 4/5, pp. 17-19, 1985.

HOUAISS, A. Sobre o mundo da lusofonia e a natureza da literatura. In: O fenómeno literário nos países lusófonos: literatura galega, portuguesa, brasileira e africana. **Cadernos do Povo/Revista Internacional de Lusofonia**. Pontevedra/Braga, n.2/3/4, maio-dez.1987, pp. 21-33.

HULL, G. **Língua, identidade, resistência**. Camões, 14, pp. 80-92, 2003.

\_\_\_\_\_. **Timór-Lorosa'e: identidade, lian no politika edukasional** – Timor-Leste: identidade, língua e política educacional. ed. lit.Tradução de M.d.G.d. Orey. Portugal: Instituto Camões, 2001.

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. **Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa**. Portugal: Minsitério dos negócios estrangeiros, 2006.

KRATOCHWIL, F.; RUGGIE, G. International Organization: a state of art on an art of the state. **Internacional Organization**, v. 40, n. 4, pp. 753-775, 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706828>> Acesso em. 30 set.2010.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LAISNER, R. Las redes internacionales de ciudades como posibilidad de difusión de la democracia participativa local. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCES, 21., Compartives studies on local government and politics – redes de governanza y espacios. Santiago (Chile), 2009.

LESSA, A.C.M; PENA FILHO, P. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, pp. 57-81, jan-jun.2007.

LOPES, C. Entre o regional e global. In: **O Mundo em Português** – a Europa mundo, n.º 45-47, Julho/Julho/Agosto, Lisboa: IEEI, pp. 24-26, 2003.

LOPES, E. Ler a diferença. In: BARROS, D.L.P.d. (org.). **Os discursos do descobrimento**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000.

LOPES, H. V. Das redes de conhecimento às redes de desenvolvimento: o papel das universidades na formulação de políticas comuns na CPLP. In: XVIII ENCONTRO



AULP – Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, 18., Brasília, 2008. Lisboa: **Anais...** Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2008, pp. 27-33.

LOURENÇO, E. **Nós e a Europa** – ou as duas razões. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1988.

\_\_\_\_\_. **A nau de ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1999.

MACHADO, I. J.d. R. Reflexões sobre o pós-colonialismo. **Teoria & pesquisa**, São Carlos, v. 44/45, n. jan/jul, 2004 Disponível em:  
<<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/71/61>> Acesso em: 10 jul.2010

MADEIRA, A. I. Sons, sentidos e silêncios da lusofonia: uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa. **Cadernos Prestige**, n. 18, Lisboa, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Os termos-chave da análise de discurso**. Lisboa: Gradiva, 1979.

MALTEZ, J. A. **Princípios de ciência política**. Introdução à teoria política, Lisboa: ISCSP-UTL, 1996.

MARGARIDO, A. **A lusofonia e os lusófonos**: novos mitos portugueses. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARTINS, M. d.L. Lusofonia e Luso-tropicalismo - equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In X CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 10., São Paulo, 2004. São Paulo: **Anais..** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pp. 1-15, 2004. Disponível em:  
<[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins\\_LusotropiLusofonia\\_2004.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf)> Acesso em 10 jul.2010.

MATA, I. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?. **O marrare** – revista da pós-graduação em literatura portuguesa, Rio de Janeiro, n.8, ano 7, 2007. Disponível em:  
<<http://www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/inocencia.pdf>> Acesso em: 14 maio.2010.

\_\_\_\_\_. Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade. In SANCHES, M. R. **Portugal não é um país pequeno** – contar o império na pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, 2006. pp. 286-315.

MEDEIROS, P.C.P. Lusofonia: discursos e representações. **O cado dos trabalhos**: Revista eletrónica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/FEUC/FLUC, Coimbra, n. 1, 2005. Disponível em:  
<[http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611\\_lusofonia\\_discursos\\_reprentacoes.pdf](http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_lusofonia_discursos_reprentacoes.pdf)> Acesso em: 08 maio. 2010.

MEDEIROS, P. d. Casas assombradas. In: RIBEIRO, M. C. **Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

pp.127-14

MELLO, V. d. C. Globalização, regionalismo e ordem internacional. Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 42. n. 1, Jan/Jun, 1999, pp. 157-181. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a07.pdf>> Acesso em: 08 maio.2010.

MELLO, A. F. d. Gramsci, o capital supranacional e o novo teorema da política. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 21, n. 62, pp. 105-113, out.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a08v2162.pdf>> Acesso em: 03 out.2010.

MENDES, A. P. C. Quem tem medo da terceira margem? Vozes e vias migrantes: entre memórias e projecções. In: LOSA, M. **Cadernos de literatura comparada**, n. 18 – Viagens, 2008. Porto, Instituto de Literatura Comparada, 2008, pp.26-41.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. d. S. (org.). **Globalização. Fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001, pp. 489-524

MENESES, M. P. Outras vozes existem, outras histórias são possíveis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL COTIDIANO – DIÁLOGOS SOBRE DIÁLOGOS, 2., 2008, Niterói. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, 20p. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/69\\_Meneses.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/69_Meneses.pdf)> Acesso em: 23 maio. 2010.

MESSARI, N.; NOGUEIRA, J.P. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MOURA, M. R. O simbólico em Cassirer. **Ideação**, Feira de Santana, n. 5, Jan/Jun. 2000, pp. 75-85. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/marinaide5.pdf>> Acesso em: 08 abr.2010.

MOURÃO, F. A. A. O déficit político da CPLP. In: **O mundo em português – a Europa Mundo**, n.º 45-47, Julho/Julho/Agosto, Lisboa: IEEI, pp. 19-20.

MUNIZ, T. d. S. As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro e do “eu” entre Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.1, n.2 Dez/2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.%20As%20impossibilidades%20da%20“lusofonia”%20e%20as%20narrativas%20acerca%20do%20“outro%20e%20do%20“eu”%20entre%20Brasil%20e%20Portugal%20.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.%20As%20impossibilidades%20da%20%20“lusofonia”%20e%20as%20narrativas%20acerca%20do%20“outro%20e%20do%20“eu”%20entre%20Brasil%20e%20Portugal%20.pdf)> Acesso em: 02 jun.2010.

NARDI, J. B. Cultura, identidade e língua nacional no Brasil: uma utopia?. Cadernos de Estudos da FUNESA, Araparica, n. 1, 2002. Disponível em: <[http://www.apreis.org/docs/bresil/Cult\\_lang\\_bres\\_jBnardi\\_vp.pdf](http://www.apreis.org/docs/bresil/Cult_lang_bres_jBnardi_vp.pdf)> Acesso em: 08 Jun.2010.

NEMEC, J. Luso-tropicalismo: um fundo sólido para as relações ocntemporâneas entre os países de língua portuguesa?. Prêmio Ibéro-Americano 2005. Disponível em: <[http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI\\_JanNemec.pdf](http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI_JanNemec.pdf)> Acesso em: 14 maio.2010.

NEVES, M. H. M. O Brasil no contexto da construção de uma linguística no mundo lusófono. In: RIO-TORTO, G. M. et al. (Orgs). **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 643-656.

NEVES, A. C. **Língua e poder em Cabo Verde**: a situação de diglossia nas escolas primárias. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Zurique, Zurique, 2007.

OLIVEIRA, M. d. O português brasileiro e as línguas crioulas de base portuguesa. In: CONGRESSO DA AFAL, 14., 2005, Monterrey. **Anais...** Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/pdf/maril002.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2010.

ORIOU, M. Appartenance linguistique, destin collectif, décision individuelle. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, n. 79, pp. 335-347, 1985.

PADILHA, L. C. Da construção identitária a uma trama de diferenças – Um olhar sobre as literaturas de língua português. Revista crítica de ciências sociais, n. 73, Dez/2005, pp. 3-28. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-Espaco%20Virtual-151.pdf>> Acesso: 02 ju.2010.

PEREIRA, D. Crioulos de base portuguesa. **Fórum dos linguistas** – história da língua portuguesa, Lisboa, s/d. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>> Acesso em: 30 maio.2010

PINTO, J. F. **Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**: Continuidades e Descontinuidades. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: Europress, 2005.

PIZARRO, M. Mais mito que realidade. In: **O mundo em português** – a Europa Mundo, n.º 45-47, Julho/Julho/Agosto, Lisboa: IEEI, 2003, pp. 16-18.

PORTO, N. O corpo nas colónias: a comunidade colonial na margem do Império – o caso da Companhia de Diamantes de Angola. In: RAMALHO, M. I; RIBEIRO, A. S. (org). **Entre Ser e Estar** - Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002, pp. 143-184.

PUREZA, J. M. O príncipe e o pobre: o estudo das relações internacionais entre a tradição e a reinvenção. **Revista de ciências sociais**, n. 52/53, nov.1998/fev.1999, Coimbra, CES, 1999.

RAMALHO, M. I; RIBEIRO, A. S. (org). **Entre Ser e Estar** - Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002.

RIBEIRO, A. S. A tradução como metáfora da contemporaneidade – pós-colonialismo, fronteiras e identidades. In: KEATING, M. E.; MACEDO, G.(orgs.). **Colóquio de Outono**. Estudos de Tradução. Estudos pós coloniais. Braga: Universidade do Minho, p. 77-87, 2005.

RIBEIRO, M. C. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo, Porto: Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_. O fim da exceção atlântica e a descolonização da Europa. In: **Colóquio/Letras**, Lisboa, nº 170, jan-abr. 2009, pp. 41-50.

RODRIGUES LOPES, E. Lusofonia: conceito e realidade. In **Notícias CPLP – Dossier Especial – Jornal Expresso**, ano 1, n. 1, Jul-Ago. 2007. p. 4.

ROMERO, M. de H. **La cooperación descentralizada**: Nuevos Desafios para la gestión urbana. Un aborfafe a partir del programa URB-AL de la Comisión Europea. Urbano, Concepción, Chile, v.07, n. 09, p. 76-85. 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/198/19800912.pdf>> Acesso em: 12 abr.2010.

ROSA, J. G. Desenredo. in: **Tutaméia** (Terceiras Estórias). 8ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSÁRIO, L. d. **Singularidades** – Estudos Africanos. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, Série Cadernos, 1996.

\_\_\_\_\_. Lusofonia: Cultura ou Ideologia?. In: **Jornal de Notícias**, Maputo, 6 Jun. 2007, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Língua e Governação. In: **Colóquio “Português, Língua Global”**, 2008, Maputo. [Lisboa] Instituto Camões, 2008. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=83&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69)> Acesso em: 08 maio.2010.

RUTHEFORD, J. O terceiro espaço – entrevista com Hommi Bhabha. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. n.24, 1996. Distrito Federal, 1996. pp. 35-41.

SANTOS, B. d. S. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1988.

\_\_\_\_\_. Os processos de globalização. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Globalização. Fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001, pp. 31-106.

\_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In RAMALHO, M. I; RIBEIRO, A. S. (org). **Entre Ser e Estar - Raízes, percursos e discursos da identidade**. Porto: Afrontamento, 2002a, pp. 23-85

\_\_\_\_\_. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, [Coimbra], out. 2002b, pp.237-280.

ROCHA-TRINDADE, A. Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, **Cursos da Arrábida Portugal**, n.5. Sintra: Publicações Europa-América, 1998.

SARAIVA, J. F. S. Olhares transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo. In: **Humanidades**: consciência negra. Brasília: UnB, nº 47, dez, 1999.

SARMENTO, C. M. As “vantagens” actuais da cultura, in Estudos de Homenagem a Jorge Crespo, Lisboa: FCSH-UNL, pp.1-19, 2009. No prelo.

\_\_\_\_\_. Architecturas em Rede. In: **AAVV África-Europa**: Cooperação Académica. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, pp. 117-126, 2008.

\_\_\_\_\_. Novas arquitecturas políticas: redes, interdependência e violência. In: MOREIRA, A.(Coord.). **A Globalização da Sociedade Civil**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 303-322, 2004.

SEIXAS, E. C. d. N. C. Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago. **Cronos**, Natal- RN, v. 8, n. 1, Jan/Jun. 2007, pp. 131-155. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/d6.pdf>> Acesso em: 05 abr.2010.

SERRACINI, J. E. F. **A internacionalização do orçamento participativo**: Um estudo dos impactos da rede urbal nº 09- Financiamento local e orçamento participativo- sobre a gestão pública local. 2007. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2007.

SOUSA, V. Tentativas da criação de uma comunidade lusófona. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/VivianaSousa.pdf>> Acesso em: 24 ago.2010.

SILVA, R.H.A.d. **Sociedade em Rede: cultura, globalização e formas colaborativas**. 2004.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2010.

SILVA, M. A. d. M. Teoria crítica em Relações Internacionais. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, Jul-Dez.2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v27n2/v27n2a01.pdf>> Acesso em: 30 set.2010

SILVA, M.F. Promoção da língua portuguesa no mundo – hipótese de modelo estratégico. 2005. 557f. Dissertação (Doutorado em Estudos Portugueses) – Universidade Aberta, Lisboa, 2005b.

SILVA, D. B. d. A promoção da língua portuguesa nos discursos oficiais do ministério da cultura do Brasil. In: ENCONTRO DE CIÊNCIA EMPÍRICA EM LETRAS, 10., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível: <[http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art\\_13\\_ed14.pdf](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art_13_ed14.pdf)> Acesso em: 15 ago.2010

SOARES, M. d. L. Eduardo Lourenço e as labirínticas relações brasil-portugal. **Revista**

**Letras**, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan/jun. 2003. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.revistalettras.ufpr.br/edicao/59/MariaSoares-EduardoLourencoEAsLabirinticasRelacoesBrasilPortugal.pdf>> Acesso em: 17 abr.2010.

STUMPF, I. R. C.; VANZ, S. A.d. S. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em ciências da informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, pp. 42-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a04v15n2.pdf>> Acesso: 15 ago.2010

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**. 6 ed. São Paulo: Vozes, 1995.

TIMOR-LESTE. Constituição da República Democrática de Timor-Leste. 2002. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=547&lang=pt>> Acesso em: 17 abr.2010.

TRAJANO FILHO, W. “Rumores: uma narrativa de nação”. *Série Antropologia*, nº 143. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1993a.

\_\_\_\_\_. Escrita e oralidade: uma tensão na hegemonia colonial. *Série Antropologia*, nº154. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1993b.

TREVAS, V. **Workshop “Cooperação Internacional e Redes de Cidades”**. Fórum de Barcelona: diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, condições para a paz, IV, Barcelona, 2004. Disponível em <[http://www.barcelona2004.org/esp/banco\\_del\\_conocimiento/docs/PO\\_21\\_PO\\_TREVAS.pdf](http://www.barcelona2004.org/esp/banco_del_conocimiento/docs/PO_21_PO_TREVAS.pdf)> Acesso em 12 jun. 2007.

UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas. Disponível em: <[www.uccla.net](http://www.uccla.net)>

\_\_\_\_\_. **UCCLA: o futuro, as cidades e a lusofonia** – 25 anos. Lisboa: UCCLA/Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

VASCONI, P. M. **Esporte, cultura e relações internacionais**: a identidade nacional cubana e sua projeção internacional pelo esporte. 2010. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

VELASCO E CRUZ, S. Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 42, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1735.pdf>> Acesso em: 30 set.2010.

TREVAS, V. **Workshop “Cooperação Internacional e Redes de Cidades”**. Fórum de Barcelona: diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, condições para a paz, IV, Barcelona, 2004. Disponível em <[http://www.barcelona2004.org/esp/banco\\_del\\_conocimiento/docs/PO\\_21\\_PO\\_TREVAS.pdf](http://www.barcelona2004.org/esp/banco_del_conocimiento/docs/PO_21_PO_TREVAS.pdf)> Acesso em 12 jun. 2010

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XIX. Porto: Afrontamento, 1990.

XAVIER, L. G. **Um rio chamado Moçambique, uma casa chamada lusofonia.** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 8. Texto fotocopiado, 2005.